



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

**SALVADOR, BAHIA  
MARÇO/2014**



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL  
10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**

**RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Relatório de Gestão do exercício de 2013, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual, a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e das orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU/PR nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

**SALVADOR, BAHIA  
MARÇO/2014**

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	12
2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE .....	13
2.1 Identificação da unidade jurisdicionada .....	13
2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade .....	14
2.3 Organograma funcional .....	16
2.4 Macroprocessos finalísticos .....	24
2.5 Macroprocessos de apoio .....	29
2.6 Principais parceiros .....	31
3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS .....	31
3.1 Planejamento da unidade .....	31
3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados .....	49
3.2.1 Objetivos .....	49
3.2.1.1 Objetivo nº 833.....	49
3.2.1.2 Objetivo nº 825.....	53
3.2.1.3 Objetivo nº 830.....	56
3.2.1.4 Objetivo nº 832.....	59
3.2.2 Ações .....	60
3.2.2.1 Ações – OFSS .....	60
3.2.2.2 Ações/subtítulos – OFSS .....	60
3.2.2.2.1 – Ação 2723.....	60
3.2.2.2.2 – Ação 2000.....	62
3.2.2.2.3 – Ação 200G.....	64
3.2.2.2.4 – Ação 8698.....	66
3.2.2.2.5 – Ação 20UB.....	67
3.2.2.2.6– Ação 2907.....	68
3.2.2.2.7– Ação 20IC.....	69
3.2.2.2.8 – Ação 7U23.....	70
3.2.2.2.9– Ação 2004.....	71
3.2.2.2.10 - Ação 14VN.....	72
3.2.2.2.11– Ação 8785.....	73
3.2.2.2.12– Ação 8761.....	74
4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO .....	75

4.1 Estrutura de governança .....	75
4.2 Avaliação do funcionamento dos controles internos .....	77
4.3 Sistema de Correição .....	81
4.3.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS).....	81
4.3.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética.....	82
4.3.3. Execução de atividades pelo NUAL.....	82
4.3.4. Movimentação cartorária e SISCOR.....	83
4.3.5. Dos Procedimentos Disciplinares.....	83
4.3.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos.....	84
4.3.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar.....	84
4.3.8. Conclusão.....	85
4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU .....	85
4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos .....	85
5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA .....	86
5.1 Execução das despesas .....	86
5.1.1 Programação .....	86
5.1.1.1 Análise crítica .....	88
5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa .....	89
5.1.3 Realização da despesa .....	94
5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação .....	94
5.1.3.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação .....	94
5.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	95
5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores .....	96
5.3.1 Análise crítica .....	96
5.4 Transferências de recursos .....	97
5.4.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício .....	97
5.4.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios .....	97
5.4.3 Informações sobre a prestação de contas relativas aos convênios, termos de cooperação e contratos de repasse .....	97
5.4.4 Informações sobre análise de prestações de contas de convênios e de contratos de repasse ..	97
5.4.5 Análise crítica .....	97
5.5 Suprimento de fundos .....	97
5.5.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo .....	97
5.5.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF) .....	98
5.5.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos .....	99

5.6 Renúncias sob a gestão da UJ .....	99
5.6.1 Benefícios financeiros e creditícios .....	99
5.6.2 Renúncias tributárias .....	99
6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS .....	99
6.1 Estrutura de pessoal da unidade .....	100
6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada .....	101
6.1.1.1 Lotação .....	101
6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada .....	102
6.1.2 Qualificação da força de trabalho .....	103
6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções .....	103
6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade .....	104
6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade .....	104
6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada .....	105
6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas .....	107
6.1.4.1 Classificação do quadro de servidores inativos da unidade jurisdicionada segundo o regime de proventos e de aposentadoria .....	107
6.1.4.2 Demonstração das origens das pensões pagas pela unidade jurisdicionada .....	108
6.1.5 Cadastramento no Sisac .....	108
6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos .....	108
6.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos .....	108
6.1.7.1. Absenteísmo.....	108
6.1.7.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais.....	109
6.1.7.3. Movimentação processual.....	109
6.1.7.4. Rotatividade (turnover).....	110
6.1.7.5. Educação Continuada.....	110
6.1.7.5.1. Capacitação.....	110
6.1.7.5.2. A Capacitação Regional.....	111
6.1.7.5.3. Ensino à Distância (Capacitação à Distância – Treinamento Funcional).....	112
6.1.7.5.4 Ensino Presencial.....	112
6.1.7.5.5. Capacitação para o público externo.....	112
6.1.7.5.6. Educação para o Trânsito.....	113
6.1.7.5.7. Estratégias do NUCAP/BA para 2014.....	113
6.1.7.5.8. Conclusão.....	113
6.1.7.6. Satisfação e Motivação.....	114
6.1.7.7. Disciplina.....	114
6.1.7.8. Aposentadoria versus reposição do quadro.....	114

6.1.7.9. Desempenho funcional.....	114
6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários.....	115
6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão .....	115
6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados .....	115
6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada .....	115
6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão .....	116
6.2.5 Composição do quadro de estagiários .....	117
<b>7 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO .....</b>	<b>117</b>
7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros .....	117
7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios .....	117
7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiro.....	121
7.2 Gestão do patrimônio imobiliário .....	121
7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial .....	121
7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional ....	122
7.2.2.1 Análise crítica .....	123
7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ .....	123
7.2.3.1 Análise crítica .....	125
7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros .....	125
<b>8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO .....</b>	<b>126</b>
8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	126
8.1.1 Análise Crítica .....	128
<b>9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....</b>	<b>130</b>
9.1 Gestão ambiental e licitação sustentáveis .....	130
9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água .....	133
<b>10 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS .....</b>	<b>133</b>
10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU .....	133
10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício .....	133
10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício .....	133
10.2 Tratamento de recomendações do OCI .....	133
10.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício .....	133
10.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício .....	133
10.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.....	133

10.4 Declaração de Bens e Rendas estabelecida na Lei nº 8.730/93 .....	133
10.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93 .....	134
10.4.2 Situação do cumprimento das obrigações .....	135
10.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário .....	135
10.6 Alimentação Siasg e Siconv .....	136
11 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE .....	137
12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS .....	137
12.2 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis .....	141

## LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

art. – artigo

CGU – Controladoria-Geral da União

CNAE – Cadastro Nacional de Atividade Econmica

CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica

CPF – Cadastro de Pessoa Física

CPGF – Cartão de Pagamento do Governo Federal

CRC – Conselho Regional de Contabilidade

DBR – Declarao de Bens e Rendas

Dec. – Decreto

DN – Decisão Normativa

DPRF – Departamento de Polícia Rodoviária Federal

DRPRF – Distrito Regional de Polícia Rodoviária Federal

IN – Instruo Normativa

LOA – Lei Orçamentária Anual

MJ – Ministério da Justiça

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

n - número

OCI – rgo de Controle Interno

OFSS – Orçamento Fiscal e da Seguridade Social

PAC – Programa de Acelerao do Crescimento

PC – Prestao de Contas

Port. – Portaria

PPA – Plano Plurianual

PRF – Polícia Rodoviária Federal

RFB – Receita Federal do Brasil

RG – Relatório de Gestão

Siafi – Sistema Integrado de Administrao Financeira do Governo Federal

Siasg – Sistema Integrado de Administrao de Serviços Gerais

Sisac – Sistema de Apreciao e Registro dos Atos de Admissão e Concessões

Siconv – Sistema de Gestão de Convenios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria

Siorg – Sistema de Informaes Organizacionais do Governo Federal

SRPRF – Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal

SPRF - Superintendência de Polícia Rodoviária Federal

STN – Secretaria do Tesouro Nacional

TCU – Tribunal de Contas da União

TI – Tecnologia da Informação

UG – Unidade Gestora

UJ – Unidade Jurisdicionada

UO – Unidade Orçamentária

## LISTA DE QUADROS, TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES

Quadro 2.1 – Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual .....	13
Quadro 2.3 Organograma funcional .....	16
Quadro 3.2.1.1 Objetivo nº 833.....	49
Quadro 3.2.1.2 Objetivo nº 825.....	53
Quadro 3.2.1.3 Objetivo nº 830.....	56
Quadro 3.2.1.4 Objetivo nº 832.....	59
Quadro 3.2.2. – Ação/Subtítulos – OFSS .....	60
Quadro 4.2 – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ .....	77
Quadro 5.1.1 – Programação de despesas .....	87
Quadro 5.1.2.1 – Movimentação orçamentária interna por grupo de despesa .....	89
Quadro 5.1.2.2 – Movimentação orçamentária externa por grupo de despesa .....	92
Quadro 5.1.3.1 – Despesas por modalidade de contratação – créditos de movimentação .....	91
Quadro 5.1.3.6 – Despesas por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação .....	94
Quadro 5.2 – Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos .....	95
Quadro 5.3 – Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores .....	96
Quadro 5.5.1 – Despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (série histórica) .....	97
Quadro 5.5.3 – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por portador .....	98
Quadro 5.5.4 – Prestações de contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF) .....	99
Quadro 6.1.1.1 – Força de trabalho da UJ – situação apurada em 31/12 .....	102
Quadro 6.1.1.2 – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ .....	102
Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro) .....	103
Quadro 6.1.2.2 – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - situação apurada em 31/12 ...	104
Quadro 6.1.2.3 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade – situação apurada em 31/12 .....	105
Quadro 6.1.3 – Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores .....	105
Quadro 6.1.4.1 – Composição do quadro de servidores inativos – situação apurada em 31 de dezembro .....	107
Quadro 6.1.4.2 – Instituidores de pensão – situação apurada em 31/12 .....	108
Quadro 6.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados .....	115
Quadro 6.2.3 – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva ...	115
Quadro 6.2.4 – Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra .....	116
Quadro 6.2.5 – Composição do quadro de estagiários .....	117
Quadro 7.2.1 – Distribuição espacial de bens imóveis de uso especial de propriedade da União ..	121

Quadro 7.2.2 – Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional .....	122
Quadro 7.2.3 – Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UJ .....	123
Quadro 7.3 – Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros .....	125
Quadro 8.1 – Gestão da Tecnologia da Informação (TI) .....	126
Quadro 9.1 – Gestão ambiental e licitações sustentáveis .....	130
Quadro 9.3 – Consumo de papel, energia elétrica e água .....	133
Quadro 10.4.1 – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	134
Quadro 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.....	137

## 1 - INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão está estruturado conforme disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 127/2013 e da Portaria TCU nº 175/2013, e demais orientações do órgão de controle interno contidas na Portaria CGU nº 133/2013, que aprova a Norma de Execução nº 1/2013.

Este relatório visa correlacionar as metas, os resultados consolidados e a destinação dos recursos contemplados nos Programas de Governo do exercício de 2013. Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal.

Em seu conteúdo, o Relatório de Gestão, conforme já referido, exibirá as realizações, os resultados operacionais e os índices de satisfação obtidos em função das metas programadas, bem assim o impacto alcançado em função das ações desempenhadas, considerando a estrutura atualatrelada aos recursos consignados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

O Relatório está organizado e sistematizado de modo a que se possibilite a visualização das ações desenvolvidas pela 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal no decorrer do exercício de 2013 e a aplicação dos recursos financeiros, fornecendo subsídios para o planejamento de políticas de segurança pública e assistência à saúde.

Para a sua elaboração foram utilizados como instrumentos norteadores o Plano Plurianual (PPA), o Orçamento autorizado na LOA 2013 e os relatórios de atividade das diversas áreas da Administração desta Regional, o que possibilita uma perspectiva macro com acompanhamento setorizado, de sorte que a abordagem está centralizada na Gestão de Programas e Ações.

Com o presente documento, a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal encerra o exercício, enaltecendo sua missão institucional de Preservar a vida e promover a paz pública com segurança cidadã como processo permanente de gestão, pela prática da responsabilidade social, desenvolvendo e promovendo ações comprometidas com a segurança, a cidadania e a integridade física e patrimonial dos usuários das rodovias federais.

GEORGE SILVA PAIM

Superintendente Regional da 10ª SRPRF/BA

## 2 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DA UNIDADE

## 2.1 Identificação da unidade jurisdicionada

## QUADRO 2.1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Justiça			Código SIORG: 000316
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal			
Denominação Abreviada: 10ª SPRF/BA			
Código SIORG: 002835	CÓDIGO LOA: NÃO SE APLICA		Código SIAFI: 200114
Natureza Jurídica: Órgão Público da administração direta do Poder Executivo			CNPJ: 00.394.494/0109-56
Principal Atividade: Segurança e ordem pública			Código CNAE: 8424-8/00
Telefones/Fax de contato:	(071) 2101-2205	(071) 2101-2209	(071) 2101-2208
Endereço Eletrônico: sup.ba@prf.gov.br			
Página na Internet: http://www.prf.gov.br			
Endereço Postal: Rua Antônio Santos Gouveia, 263, Quadra A, Lote 09, Porto Seco, Cep: 41233020, SALVADOR - BA			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Normativos de criação e alteração da UJ: Constituição Federal (Art. 144), Lei nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), Decreto nº 1.655/1995.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Decreto nº 6.061/2007 e Regimento Interno, aprovado pela Portaria nº 1.375/2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
999999			
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			

Código SIAFI	Nome
99999	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
999999	99999

## 2.2 Finalidade e competências institucionais da unidade

O Departamento de Polícia Rodoviária Federal tem a sua competência definida pela Constituição Federal (Art. 144), pela Lei nº 9.503/97 (Código de Trânsito Brasileiro), pelo Decreto nº 1.655, de 03 de outubro de 1995, e pelo Regimento Interno, constante do Anexo da Portaria nº 1.375, de 02 de agosto de 2007, do Senhor Ministro de Estado da Justiça, publicada no Diário Oficial da União de 06 de agosto de 2007.

Assim, além da própria competência constitucional, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal, nos termos do Decreto nº 1.655/95 e do Regimento Interno, tem as seguintes atribuições:

- realizar o patrulhamento ostensivo das rodovias e estradas federais, executando operações relacionadas com a segurança pública, com o objetivo de preservar a ordem, a incolumidade das pessoas, do patrimônio da União e o de terceiros;
- exercer os poderes de autoridade de polícia de trânsito, cumprindo e fazendo cumprir a legislação e demais normas pertinentes, inspecionar e fiscalizar o trânsito, assim como efetuar convênios específicos com outras organizações similares;
- aplicar e arrecadar as multas impostas por infrações de trânsito e os valores decorrentes da prestação de serviço de estadia e remoção de veículos, objetos, animais e escoltas de veículos de cargas excepcionais, executar serviços de prevenção, atendimento de acidentes e salvamento de vítimas nas rodovias federais;
- realizar perícias, levantamento de locais, boletins de ocorrências, investigações, testes de dosagem alcoólicas e outros procedimentos estabelecidos em leis e regulamentos, imprescindíveis à elucidação dos acidentes de trânsito;
- credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escoltas e transporte de cargas indivisíveis;
- assegurar a livre circulação nas rodovias federais podendo solicitar ao órgão rodoviário a adoção de medidas emergenciais, bem como zelar pelo cumprimento das normas legais relativas ao direito de vizinhança, promovendo a interdição de construções, obras e instalações não autorizadas; executar medidas de segurança, planejamento e escoltas nos deslocamentos do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefes de Estado e diplomatas

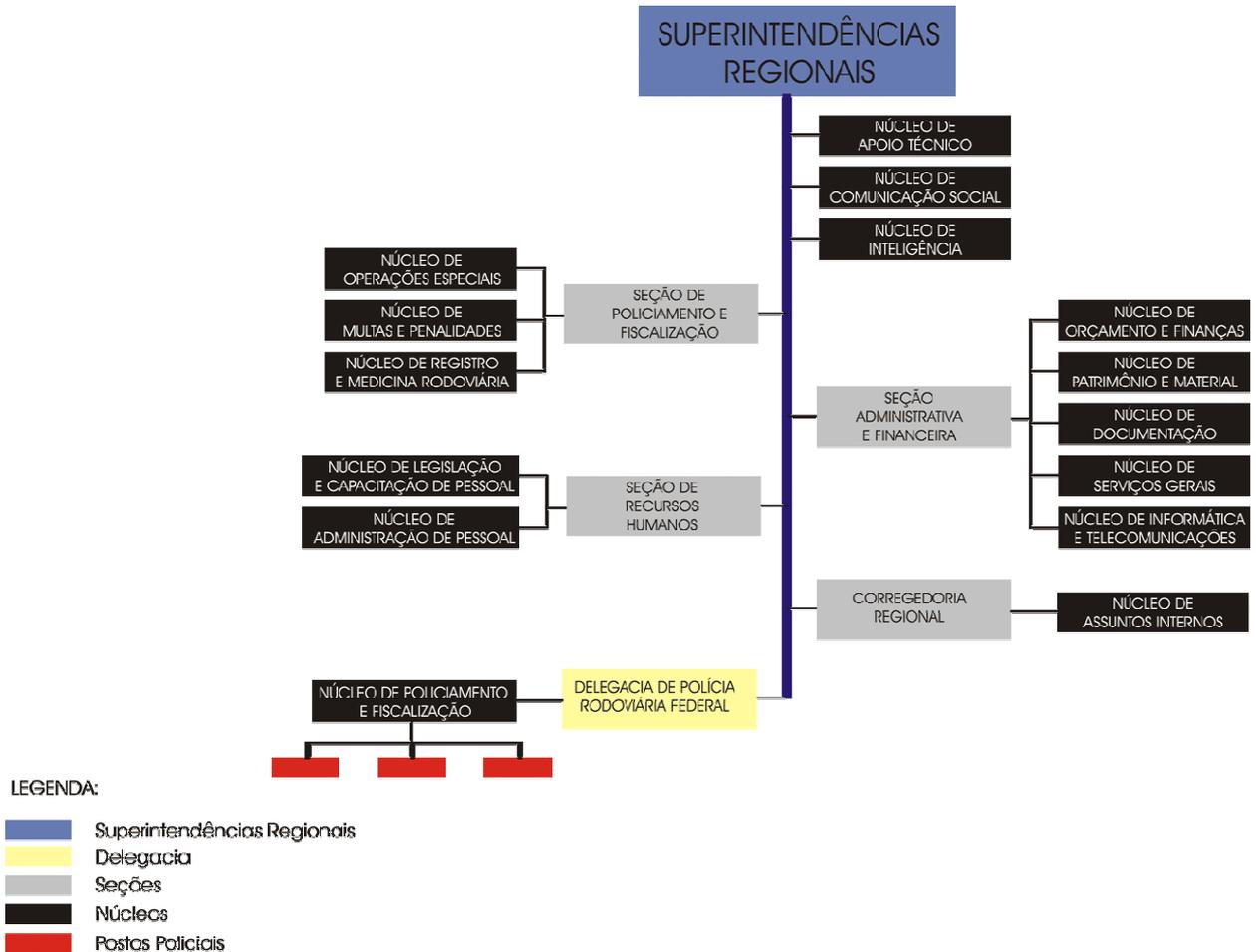
estrangeiros e outras autoridades.

As atividades operacionais da 10ª Superintendência de Rodoviária Federal são difundidas em todo o estado da Bahia, dada a sua estruturação que contempla uma Sede administrativa, localizada na cidade de Salvador, 10 (dez) Delegacias e 26 (vinte e seis) Postos, ao longo dos 6.449,7 Km de rodovias Federais do Estado da Bahia.

O desenvolvimento desse conjunto de atividades consoante os seus compromissos regimentais com a segurança pública e a valorização da vida confere à 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal um perfil institucional que a qualifica como a executora de múltiplas políticas de ações sociais, de variados segmentos da sociedade, decorrentes das demandas de setores da Administração Pública em diversos níveis hierárquicos, além de sua própria atribuição regimental.

Nesse diapasão é que a 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal vem desenhando suas linhas de ação, buscando acompanhar esse processo evolutivo decorrente da diversificação das demandas sociais, dentre as quais, em grande número requerem a ação do governo mediante a integração do aparato estatal existente, exigindo-se maior flexibilização e disponibilidade da Instituição Polícia Rodoviária Federal.

## 2.3 Organograma funcional



Abaixo estão relacionadas as principais competências e atribuições de cada setor, as quais estão definidas no Regimento Interno do DPRF, aprovado pela Portaria no. 1.375, de 02 de agosto de 2007, cujo texto segue transcrito abaixo:

Art. 75. Às Superintendências Regionais de Polícia Rodoviária Federal, nos âmbitos das respectivas circunscrições, compete:

- I - executar as atividades pertinentes ao Departamento de Polícia Rodoviária Federal;
- II - conceder remoção a pedido, anuênios, adicional de periculosidade ou insalubridade, licença-prêmio, quintos/décimos, isenção de imposto de renda, averbação de tempo de serviço, abono de permanência e apostilamento de proventos, observada a respectiva legislação vigente;
- III - emitir certidões por tempo de serviço dos servidores lotados na Unidade Regional;
- IV - lotar servidores no âmbito da Unidade Regional;
- V - conceder remoção, ex-offício, no âmbito da Unidade Regional, desde que não decorra ônus para a União;
- VI - aprovar as ações de capacitação no âmbito de sua competência;

- VII - aprovar e encaminhar o planejamento anual de ações de capacitação sob sua responsabilidade;
- VIII - autorizar a participação de servidores, sob sua subordinação, nas ações de capacitação;
- IX - autorizar a participação de servidores instrutores, sob sua subordinação, nas atividades de instrutoria nas ações de capacitação da Regional e do Departamento;
- X - encaminhar relatório de atividades de ações de capacitação ocorridas no âmbito de suas competências; e
- XI - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.

Art. 76. Ao Núcleo de Apoio Técnico compete:

- I - promover a devida instrução processual e procedimental, no âmbito do Gabinete do Superintendente;
- II - prestar assistência ao Superintendente, no tocante à conformidade dos atos administrativos;
- III - prestar acompanhamento administrativo nos processos e decisões judiciais de interesse da Superintendência;
- IV - elaborar e orientar a confecção de minutas dos documentos a serem assinados pelo Superintendente;
- V - prestar auxílio técnico às demais áreas da Superintendência e Delegacias, quando solicitado;
- VI - reunir, organizar, zelar e manter atualizado todo o acervo de livros, revistas e demais publicações jurídico-legais da Superintendência; e
- VII - providenciar a edição, publicação e distribuição do boletim de serviço regional, bem como a reprodução e distribuição às chefias da Regional de um exemplar do boletim de serviço central.

Art. 77. Ao Núcleo de Comunicação Social compete:

- I - orientar e assistir ao Superintendente nos assuntos relativos à área de comunicação social;
- II - promover e executar as atividades de relações públicas, de divulgação e de publicidade oficial do Departamento, no âmbito da Superintendência;
- III - providenciar, analisar e supervisionar a elaboração e distribuição de material de propaganda institucional;
- IV - apurar, editar, redigir e difundir matérias do interesse da Superintendência;
- V - programar e promover a execução de solenidades, além de orientar e acompanhar a realização de reuniões, encontros, simpósios, congressos e outros eventos do interesse da Superintendência; e
- VI - promover a articulação da Superintendência com outros órgãos da Administração Pública, bem como manter cadastro atualizado de autoridades.

Art. 78. Ao Núcleo de Inteligência compete:

- I - seguir as diretrizes instituídas pelo Coordenador de Inteligência do Departamento;
- II - assessorar e manter o Superintendente informado sobre as atividades de inteligência;
- III - apresentar relatório periódico das atividades de inteligência ao Superintendente e ao Coordenador de Inteligência;
- IV - planejar, propor e coordenar as atividades de inteligência na Superintendência;
- V - produzir conhecimentos resultantes do processamento completo das informações obtidas pela atividade de inteligência;
- VI - intensificar a produção de conhecimentos para a atividade-fim, atuando em conjunto com as Delegacias e a Seção de Policiamento e Fiscalização da Superintendência;
- VII - cumprir e fazer cumprir a legislação pertinente à salvaguarda de assuntos sigilosos;
- VIII - identificar, acompanhar e avaliar as ameaças reais ou potenciais à área de atuação da Superintendência;
- IX - planejar e elaborar o Plano de Segurança Orgânica da sede da Superintendência, bem como nas Delegacias e Postos subordinados à Superintendência;
- X - solicitar dados, informações e conhecimentos aos órgãos de inteligência, sobre assuntos de interesse da Superintendência;
- XI - manter intercâmbio com órgãos públicos e entidades privadas, com vistas à obtenção de dados relacionados com a sua área de atuação;
- XII - manter sob sua guarda toda a documentação encaminhada para os arquivos da área de inteligência;
- XIII - receber, conferir e classificar documentos, expedientes e demais correspondências, bem como controlar o trâmite de correspondências enviadas e recebidas por meio de malotes específicos da área;
- XIV - propor a aplicação de cursos de capacitação, especialização, seminários, palestras e outros eventos ligados à atividade de inteligência, apresentando projetos ao Coordenador de Inteligência do Departamento, por intermédio do Superintendente; e
- XV - elaborar e propor o Plano Anual de Atividades de Inteligência na Superintendência.

Art. 79. À Seção de Policiamento e Fiscalização compete:

- I - programar, determinar, supervisionar e executar as atividades de policiamento, escolta, segurança e medicina rodoviária, inspeção e fiscalização de trânsito, transporte de pessoas e bens, controle e arrecadação de multas, prevenção e repressão ao roubo e furto de veículos e de cargas, prevenção e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas, credenciamento de escoltas, estatísticas e transitometria;
- II - coletar, atualizar e repassar à Divisão de Patrimônio e Material informações pertinentes à estadia, alimentação, locomoção e outros dados necessários ao planejamento de apoio logístico, quando da realização de operações fora da circunscrição da Superintendência;
- III - coordenar e controlar as atividades da Central de Informações Operacionais - CIOP, mantendo-a sob sua subordinação direta;
- IV - orientar, supervisionar e controlar os serviços de escolta e segurança, nos deslocamentos de autoridades nacionais e estrangeiras, em articulação com os demais órgãos responsáveis, mantendo sob seu comando direto um corpo de motociclistas para a execução dessas tarefas;
- V - organizar e manter atualizado o controle dos veículos e bens apreendidos; o cadastro de formulários destinados à apreensão de documentos, veículos, armas e outros objetos; bem como o cadastro dos documentos extraviados, cancelados ou danificados;
- VI - programar, orientar e executar comandos e operações especiais de prevenção e repressão às infrações de trânsito, objetivando a redução dos acidentes; e
- VII - realizar levantamentos estatísticos e pesquisas das atividades operacionais desenvolvidas pela Superintendência, além de outros procedimentos necessários à consecução da missão institucional do Departamento, elaborando mapas, gráficos e relatórios demonstrativos para retratar a situação real das ações e serviços prestados ao longo das rodovias e estradas federais.

Art. 80. Ao Núcleo de Operações Especiais compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades relativas ao policiamento rodoviário e às operações relacionadas com a segurança pública;
- II estudar, revisar e propor normas, instruções e regulamentações referentes a abordagem, bloqueio de estradas, controle de tráfego e demais ações de policiamento;
- III - executar, controlar e avaliar as operações especiais desencadeadas pela Superintendência;
- IV - apoiar outros órgãos do sistema de segurança pública, no desempenho de missões cujas características exijam táticas e procedimentos especiais, quando autorizado pelo superior hierárquico;
- V - executar, acompanhar e promover trabalhos e operações de prevenção e repressão aos crimes de roubo e furto de veículos e cargas, tráfico ilícito de substâncias entorpecentes, tráfico de armas, munições e produtos controlados, contrabando, descaminho, falsificação de produtos, adulteração de combustíveis, outros crimes contra o patrimônio, e demais delitos praticados nas rodovias e estradas federais;
- VI - executar, acompanhar e promover ações específicas no combate ao trabalho escravo, à exploração sexual infanto-juvenil, ao tráfico de seres humanos, aos crimes ambientais, à lavagem de dinheiro, ao crime organizado, e demais delitos transnacionais que utilizem as rodovias e estradas federais para sua consecução;
- VII - pesquisar, analisar e difundir o comportamento dos infratores, bem como organizar e manter atualizado o cadastro de informações sobre os crimes praticados nas rodovias e estradas federais, além de elaborar e difundir as resenhas sobre acontecimentos de relevância ocorridos em sua área de atuação em articulação com a área de Inteligência e Central de Informações Operacionais; e
- VIII - coordenar e comandar os grupos especiais, tais como: grupos de operações com cães, grupos de controle de distúrbios, entre outros.

Art. 81. Ao Núcleo de Multas e Penalidades compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades referentes às autuações, medidas administrativas, aplicação de penalidades, arrecadação, controle e fornecimento de dados para o processamento e cobrança das multas de trânsito, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços, convênios e contratos;
- II - organizar, controlar, orientar e distribuir às unidades da Superintendência, normas relativas à atualização e interpretação da legislação de trânsito e outros procedimentos que disciplinam a aplicação de penalidades;
- III - organizar, controlar e manter atualizado o cadastro de registros de multas e o processamento das penalidades aplicadas, de acordo com as disposições legais;
- IV - acompanhar e controlar a arrecadação de multas, taxas e outros valores decorrentes da prestação de serviços;
- V - controlar, orientar e manter cadastro atualizado de talões de autos de infração distribuídos, extraviados ou danificados;
- VI - controlar, orientar e gerenciar processos de cancelamento de multas;

- VII - elaborar mapas gerenciais e demonstrativos de autuações, de penalidades aplicadas e da arrecadação de multas, bem como manter registros de débitos existentes;
- VIII - preparar as informações técnicas atinentes aos processos judiciais acerca de multas, e
- IX - coordenar e prestar apoio técnico às Comissões Administrativas de Defesa de Autuação - CADA, e às Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Art. 82. Ao Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina Rodoviária compete:

I - planejar, coordenar, orientar e executar as atividades de saúde no âmbito das vias federais, quais sejam:

- a) atendimento pré-hospitalar e resgate
- b) transporte inter-hospitalar;
- c) transporte de órgãos;
- d) apoio de saúde a operações da Unidade Regional;
- e) apoio de saúde a dignitários e a outros órgãos;
- f) comandos de saúde preventivos para o trânsito;
- g) atividades de medicina do tráfego;
- h) investigação de causas motivadoras de acidentes de trânsito;
- i) confecção de estatísticas de atendimento às vítimas de acidentes.

II - realizar ou acompanhar cursos e treinamentos correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

III propor a aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades elencadas no inciso I;

IV - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física, Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiro; Defesa Civil e outros órgãos e instituições locais com atividades congêneres na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso I;

V - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com a segurança do trânsito, prevenção e levantamento de locais de acidentes;

VI propor medidas para a redução dos índices de acidentes e preservação da integridade física dos usuários e dos servidores quando em serviço;

VII - manter arquivos atualizados de boletins de ocorrências;

VIII - preparar e fornecer os elementos necessários à elaboração de relatórios e coleta de dados estatísticos de acidentes de trânsito;

IX - orientar e fazer cumprir as normas de segurança relativas ao trânsito de produtos perigosos, elaborando planos e procedimentos para a condução ou atendimento a acidentes envolvendo esses produtos, bem como realizar estudos e análises sobre a legislação e as normas de segurança;

X - colaborar com a educação de trânsito ministrada nas escolas, empresas e órgãos oficiais;

XI - promover a realização de trabalhos de fotografia técnica, desenhos, plantas, croquis e demais meios necessários à ilustração e complementação dos serviços efetuados, assim como controlar, supervisionar e manter cadastro atualizado de formulários ligados a boletins de ocorrências; e

XII - realizar estudos e pesquisas sobre acidentes de trânsito, objetivando, principalmente, a determinação de pontos críticos, assim como orientar e controlar as tarefas relativas a levantamentos, consolidação, análise e divulgação de dados e informações, promovendo a realização periódica de censos e outros métodos necessários à identificação dos fenômenos do trânsito rodoviário.

Art. 83. À Seção Administrativa e Financeira compete:

I - programar, supervisionar e executar as atividades relativas às áreas de administração, orçamento e finanças, material e patrimônio, transporte e manutenção, documentação, obras e serviços, informática e telecomunicações;

II - elaborar edital, minuta de contratos e convênios, acompanhando as suas formalizações, no âmbito da Superintendência;

III orientar e revisar os projetos básicos e termos de referência das áreas requisitantes, bem como os demais instrumentos pertinentes ao processo licitatório;

IV coordenar e analisar os atos relacionados a procedimentos licitatórios, nas suas diversas modalidades, manifestando-se quanto ao atendimento da legislação pertinente;

V - comunicar os atos de dispensa ou inexigibilidade de licitações no âmbito da Superintendência;

VI - indicar à autoridade competente os servidores que deverão atuar como pregoeiro, equipe de apoio, presidente e membros das comissões de licitação, gestores de contrato e comissão de recebimento de materiais/serviços no âmbito da Unidade Regional;

VII - prestar apoio administrativo ao pregoeiro e às comissões de licitação;

- VIII - supervisionar e acompanhar os trabalhos de fiscalização e gestão contratual no âmbito da Superintendência;
- IX - organizar e controlar o cronograma de realização de licitações, além de acompanhar a publicação de todos os atos relativos ao processo licitatório;
- X - promover a fiscalização das construções, reformas e ampliações dos bens imóveis no âmbito da Unidade Regional; e
- XI - desenvolver, implementar e coordenar o planejamento da Unidade Regional, considerando todas as áreas de atuação e encaminhando as demandas à Sede Central, em prazo estabelecido mediante instrução interna do Departamento.

Art. 84. Ao Núcleo de Orçamento e Finanças compete:

- I - programar, orientar, controlar e executar as atividades inerentes à administração orçamentária e financeira;
- II - elaborar demonstrativos sobre a execução orçamentária e financeira;
- III - controlar e executar os recursos recebidos e praticar os procedimentos pertinentes à emissão de notas de empenho, à liquidação e ao pagamento das despesas;
- IV - informar, para fins de licitação, a existência de disponibilidade orçamentária;
- V - controlar o crédito disponível existente nos diversos elementos de despesas;
- VI - controlar e processar os pagamentos de despesas do exercício, de restos a pagar e de exercícios anteriores;
- VII - receber, registrar e devolver cauções dadas como garantia de contratos;
- VIII - analisar, avaliar e efetuar conferência prévia de processos e outros documentos de pagamento;
- IX - proceder à liquidação de processos de despesas e documentos de pagamentos;
- X - analisar os processos de concessão de diárias, transporte, ajuda de custos e suprimentos de fundos;
- XI - emitir ordens bancárias de pagamentos, de créditos ou de guias de recebimentos;
- XII - manter atualizados os credenciamentos de ordenadores de despesa junto aos estabelecimentos bancários; e
- XIII - manter atualizado o rol de servidores responsáveis pelo gerenciamento de recursos orçamentários e financeiros e pela administração do patrimônio da Superintendência.

Art. 85. Ao Núcleo de Patrimônio e Material compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades inerentes aos bens patrimoniais, mantendo o cadastro atualizado;
- II - efetuar o levantamento das necessidades da Superintendência e propor a aquisição de bens móveis e imóveis;
- III - receber, acompanhar, controlar, distribuir ou redistribuir os bens móveis;
- IV - propor a recuperação, reparação ou substituição dos bens danificados integral ou parcialmente; a alienação dos bens móveis considerados prescindíveis ou de recuperação antieconômica e a baixa dos bens irrecuperáveis, de acordo com a legislação pertinente, elaborando os mapas de incorporação e baixa de bens;
- V - promover o inventário patrimonial dos bens de responsabilidade da Superintendência;
- VI - examinar os processos de alienação, bem como orientar e controlar a execução dos atos que envolvam a aquisição, alienação e recebimento de bens móveis e imóveis, e os registros contábeis de baixas, cessões e alienações;
- VII - manter atualizado o cadastro de material permanente e de imóveis, com a respectiva documentação, inclusive termo de responsabilidade;
- VIII - examinar, conferir, armazenar e escriturar a entrada e a saída de materiais e equipamentos, exercendo o controle físico-contábil dos estoques, bem como efetuar o levantamento das necessidades e propor a aquisição do material de consumo;
- IX - manter em segurança os materiais estocados, observando as condições de armazenamento, de acordo com as determinações contidas em legislação pertinente, bem como indicar membros para compor comissão especial para efetuar o inventário e o recebimento de bens adquiridos;
- X - atualizar, no Sistema de Patrimônio de Imóveis da União, as modificações físicas executadas nos imóveis em uso pela Superintendência;
- XI - manter atualizada a situação física dos bens patrimoniais no sistema de controle interno do patrimônio; e
- XII - manter atualizado o registro da identificação, quantitativo e numeração do manequim dos servidores lotados na Unidade Desconcentrada para pronto atendimento quando solicitado.

Art. 86. Ao Núcleo de Documentação compete:

- I - controlar e executar as atividades inerentes à área administrativa, protocolo, arquivo, reprografia, recebimento e expedição de documentos;
- II - receber, conferir, classificar, numerar, selecionar, distribuir, pesquisar, autuar e indexar documentos, processos, expedientes e demais correspondências;
- III - manter sob sua guarda, em perfeitas condições de conservação, a documentação encaminhada para arquivo;
- IV - manter registro, controlar, acompanhar e prestar informações sobre a tramitação de processos e documentos;

<p>V - controlar o trâmite de correspondências enviadas por meio de malotes;</p> <p>VI - promover a aquisição, supervisão e controle da distribuição do Diário Oficial, jornais, revistas e periódicos necessários ao desempenho da Superintendência;</p> <p>VII - implementar e supervisionar a política de documentação e informação no âmbito da Superintendência, garantindo a recuperação das informações, o acesso aos documentos e a preservação de sua memória; e</p> <p>VIII - normatizar e manter atualizado o acervo documental e de informações da Superintendência, assim como organizar e supervisionar a implantação das atividades de gestão de documentos das unidades administrativas vinculadas, estabelecendo normas gerais de trabalho.</p> <p>Art. 87. Ao Núcleo de Serviços Gerais compete:</p> <p>I - encaminhar pedidos relacionados com compras e suprimentos, aquisição de materiais e execução de serviços;</p> <p>II - elaborar e manter atualizado o catálogo de materiais e de especificações, bem como manter registro cadastral de fornecedores e prestadores de serviços;</p> <p>III - processar e efetuar compras isentas de licitação, na forma da legislação pertinente;</p> <p>IV - instruir os interessados sobre os documentos necessários à inscrição no cadastro de fornecedores;</p> <p>V - acompanhar e promover a execução das atividades de vigilância, recepção, portaria, zeladoria e circulação de pessoas nas dependências da Unidade Regional;</p> <p>VI - promover e acompanhar a manutenção de viaturas e equipamentos, assim como controlar o consumo de combustíveis e lubrificantes, acessórios e peças de reposição;</p> <p>VII - promover medidas para manter atualizada a documentação de veículos;</p> <p>VIII - promover o gerenciamento da frota de veículos;</p> <p>IX - elaborar o Plano Anual de Aquisição de Veículos -PAAV no âmbito da sua Unidade Regional;</p> <p>X - informar imediatamente ao Chefe do Núcleo de Patrimônio e Material sobre qualquer alteração de situação física, temporária ou permanente, dos bens patrimoniais encaminhados para manutenção ou conserto, bem como sobre movimentações para estes fins; e</p> <p>XI - repassar periodicamente ao Chefe da Divisão de Administração e Serviços Gerais as informações relativas à manutenção e documentação das viaturas da Superintendência.</p> <p>Art. 88. Ao Núcleo de Telemática compete:</p> <p>I - planejar, coordenar e executar atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização;</p> <p>II - desenvolver estudos destinados à modernização das atividades de informática, telefonia e radiocomunicação;</p> <p>III - treinar e dar suporte técnico aos usuários de informática, telefonia e radiocomunicação no âmbito da Superintendência;</p> <p>IV - pesquisar, avaliar, propor especificações técnicas, testar e emitir parecer para aquisição e utilização de recursos de hardware, software e de telecomunicações, bem como sua implantação e operação;</p> <p>V - promover e supervisionar a execução dos serviços técnicos de instalação, manutenção nos equipamentos e programas de informática, telefonia e radiocomunicação; e</p> <p>VI - dar parecer sobre obras e reformas prediais que envolvam a estrutura física da rede lógica, de telefonia ou de radiocomunicação.</p> <p>Art. 89. À Seção de Recursos Humanos compete:</p> <p>I - programar, coordenar e executar as atividades das áreas de ensino, recursos humanos e legislação de pessoal; e</p> <p>II - planejar, coordenar, orientar e executar as seguintes atividades de saúde:</p> <p>a) concessão de plano de saúde;</p> <p>b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;</p> <p>c) Projeto Servidor Saudável a Escolha Racional e Viável - PROSSERV;</p> <p>d) apoio de saúde institucional;</p> <p>e) higiene e saúde no trabalho;</p> <p>f) perícias;</p> <p>g) doenças do trabalho;</p> <p>h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;</p> <p>i) medicina do trabalho;</p> <p>j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;</p> <p>l) juntas médicas regionais.</p> <p>III - prestar assistência social, médica, odontológica, psicológica, hospitalar, farmacêutica, de educação e de proteção à saúde dos servidores e de seus dependentes, dedicando atenção especial aos portadores de dependência química;</p>
---

- IV auxiliar as atividades de saúde quando do recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;
- V - realizar a inspeção de saúde para prática de atividades físicas;
- VI - realizar ou acompanhar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades acima elencadas;
- VII - propor aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades acima elencadas; e
- VIII - representar a Unidade Regional junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais; Corpo de Bombeiros; Defesa Civil e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades congêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades elencadas no inciso II.

Art. 90. Ao Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal compete:

- I - orientar, controlar e executar as atividades de ensino e capacitação dos servidores, propor planos e programas de aperfeiçoamento e demais atividades referentes ao ensino e profissionalização, bem como manter cadastro atualizado da ficha curricular dos servidores;
- II - auxiliar na realização de concursos públicos e outros processos seletivos, cursos e estágios;
- III - realizar estudos e pesquisas com a finalidade de elaborar e propor normas complementares à legislação afeta à área de pessoal;
- IV - analisar, elaborar e opinar sobre propostas, projetos e demais atos de natureza normativa sobre a sua área de competência;
- V - planejar e executar as atividades pertinentes à capacitação dos servidores administrativos que não obtiveram índice satisfatório na avaliação da GDATA;
- VI - instruir e emitir pareceres em consultas relacionadas com a interpretação e aplicação da legislação na área de pessoal;
- VII - executar as atividades relativas a avaliações dos servidores para fins de homologação do estágio probatório e concessão de Progressão Funcional e da GDATA;
- VIII - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como elaborar diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos da Superintendência;
- IX - instruir processos judiciais acerca da legislação de pessoal, visando fornecer à Divisão de Acompanhamento de Decisões Judiciais os subsídios necessários à elaboração das informações rídico-legais necessárias à defesa da União; e
- X - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.

Art. 91. Ao Núcleo de Administração de Pessoal compete:

- I - pesquisar, classificar, catalogar e arquivar legislação, jurisprudência, pareceres e normas relativas à área de pessoal, bem como propor diretrizes e rotinas atinentes às necessidades de recursos humanos do Núcleo;
- II - auxiliar o Chefe do Distrito na verificação da legalidade dos atos e da motivação das decisões atinentes a sua competência;
- III - orientar, controlar e executar as atividades relacionadas com registros funcionais, lotação, movimentação, incorporações de vantagens, preparação e controle de pagamento;
- IV - cadastrar e manter atualizados os registros e assentamentos funcionais dos servidores ativos, inativos e pensionistas;
- V - controlar e registrar a frequência dos ativos, comunicando à autoridade competente as faltas que impliquem em infração disciplinar;
- VI - prestar informações e fornecer certidões, declarações, cópias de documentos nas condições autorizadas por lei;
- VII - adotar providências para a expedição e controle de identidades funcionais;
- VIII controlar, registrar e programar as férias dos servidores, lavrar apostilas, termos de posse, organizar e manter atualizados os registros de lotação de servidores requisitados e cedidos;
- IX - controlar e adotar medidas para a efetivação de remoção a pedido no âmbito de sua competência;
- X - instruir processos referentes a exercícios anteriores, processos de cessão, redistribuição, remoção ex-offício, disponibilidade e reversão de servidores, e demais processos relacionados a direitos e vantagens dos servidores;
- XI - analisar processos de aposentadoria e pensões, elaborar títulos concessórios e declaratórios de inatividade e apostilas declaratórias referentes às alterações de proventos;
- XII - promover as alterações e controlar a folha de pagamento do pessoal ativo, inativo e pensionista;
- XIII - fornecer dados referentes ao pagamento e emitir fichas financeiras dos servidores do Distrito Regional, quando solicitado, nas condições autorizadas por lei;
- XIV - acompanhar junto ao órgão competente as alterações no sistema de pagamento;

<p>XV - calcular e informar a margem consignável para fins de empréstimos em consignação;</p> <p>XVI - elaborar os cálculos para pagamentos referentes à ajudas-de-custo, auxílio-creche, alimentação, transporte, exercícios anteriores e demais direitos e vantagens dos servidores do Distrito Regional;</p> <p>XVII adotar providências para a avaliação e a concessão da progressão funcional aos servidores, nos termos da legislação pertinente;</p> <p>XVIII - planejar, coordenar, orientar e executar, em nível nacional, as seguintes atividades de saúde:</p> <p>a) acompanhamento da concessão de plano de saúde;</p> <p>b) prevenção e atendimento a acidentes de trabalho;</p> <p>c) Projeto Servidor Saudável Escolha Racional e Viável -PROSSERV;</p> <p>d) apoio de saúde institucional;</p> <p>e) higiene e saúde no trabalho;</p> <p>f) perícias de saúde;</p> <p>g) doenças do trabalho;</p> <p>h) assistência à saúde dos servidores em todos os níveis;</p> <p>i) atividades de medicina do trabalho;</p> <p>j) verificação sistemática das condições físicas e mentais dos servidores;</p> <p>l) Junta médica nacional;</p> <p>m) juntas médicas regionais;</p> <p>n) auxiliar o recrutamento, seleção e atividades de capacitação de recursos humanos;</p> <p>o) inspeção de saúde para prática de atividades físicas;</p> <p>p) auxiliar os cursos e treinamentos correlacionados às atividades de saúde;</p> <p>q) proposição de aquisição de materiais permanentes e de consumo correlacionados às atividades de saúde;</p> <p>r) representação local junto aos Conselhos Regionais de Medicina, Enfermagem, Farmácia, Psicologia, Assistência Social, Odontologia, Educação Física; Secretarias de Saúde Estaduais e Municipais e outros órgãos e instituições nacionais, com atividades gêneres, na busca de convênios e parcerias para uma melhor consecução das atividades acima elencadas no inciso XXV.</p> <p>XIX - adotar as medidas cabíveis para o estabelecimento das parcerias necessárias para implementação e aprimoramento das ações de capacitação.</p> <p>Art. 92. À Corregedoria Regional compete:</p> <p>I - planejar, supervisionar, orientar e coordenar as atividades relacionadas com a conduta funcional e a eficiência das atividades dos servidores da Regional, obedecidas as diretrizes correccionais do Departamento, bem como cumprir e fazer cumprir o regime disciplinar vigente;</p> <p>II - proceder à análise de autuações administrativas relacionadas às questões disciplinares, propondo soluções pertinentes, de acordo com a legislação, a jurisprudência e decisões administrativas vigentes;</p> <p>III - acompanhar e avaliar os trabalhos das comissões de sindicância e processos administrativos disciplinares e orientar, no âmbito da Unidade Regional, na interpretação e cumprimento da legislação pertinente;</p> <p>IV - elaborar e promover a execução de planos e programas de inspeção sistemática;</p> <p>V - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores, além de analisar e instruir procedimentos administrativos disciplinares;</p> <p>VI elaborar e manter atualizado os relatórios da área correccional da Unidade Regional;</p> <p>VII - organizar e manter atualizado cadastro de informações correccionais de servidores da Superintendência;</p> <p>VIII - manter atualizado o arquivo específico de legislação, normas, instruções, decisões e pareceres de assuntos de interesse de sua área;</p> <p>IX - orientar, controlar, fiscalizar, prestar apoio logístico e avaliar os trabalhos das comissões disciplinares;</p> <p>X - elaborar estatísticas de interesse da área correccional e relatórios de gestão;</p> <p>XI - prestar informações e encaminhar documentos às áreas competentes, referentes a questões correccionais;</p> <p>XII - promover o controle prescricional nos procedimentos disciplinares sob responsabilidade da Superintendência;</p> <p>XIII - auxiliar na gestão do orçamento correccional;</p> <p>XIV - elaborar minutas de portarias e informações pertinentes; e</p> <p>XV - elaborar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.</p> <p>Art. 93. Ao Núcleo de Assuntos Internos compete:</p> <p>I - auxiliar no planejamento e execução das atividades pertinentes à Corregedoria Regional;</p>
---

<p>II - executar recolhimento de documentos, livros, arquivos em meio magnético ou de qualquer material pertencente ao acervo patrimonial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal, quando houver fundada suspeita da prática de ilícitos administrativos disciplinares;</p> <p>III - promover a execução de investigações e diligências necessárias à instrução ou instauração de procedimentos disciplinares, sob a supervisão do Chefe da Corregedoria Regional;</p> <p>IV - receber e avaliar denúncias ou representações sobre irregularidades praticadas por servidores;</p> <p>V - fiscalizar o desenvolvimento das atividades dos servidores, nos respectivos locais de trabalho para prevenir e reprimir a prática de irregularidades no exercício do cargo; e</p> <p>VI - operacionalizar o Programa Anual de Inspeção Sistemática.</p> <p>Art. 94. Às Delegacias de Polícia Rodoviária Federal compete:</p> <p>I - executar e controlar as atividades de segurança, fiscalização, policiamento, investigação e levantamento de locais de acidentes, socorro e salvamento de vítimas;</p> <p>II - controlar e orientar os procedimentos de autuação e adoção de medidas administrativas;</p> <p>III - controlar as condições do trânsito nas rodovias e estradas federais e executar outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da delegacia;</p> <p>IV - zelar pela segurança do trânsito e dos usuários, por meio do policiamento ostensivo ao longo das rodovias e estradas federais sob sua circunscrição, bem como realizar comandos especiais e de rotina;</p> <p>V - adotar as medidas adequadas para assegurar a livre circulação nas rodovias e estradas federais, notadamente em casos de acidentes;</p> <p>VI - zelar pela observância das disposições legais e regulamentares quanto ao alinhamento, recuo e gabarito das construções às margens das rodovias e estradas federais ou de obras e instalações que possam interferir na segurança do trânsito;</p> <p>VII - adotar medidas de prevenção e repressão aos crimes contra a pessoa, a vida, o patrimônio público e de particulares, o meio ambiente, a administração pública, em especial o contrabando e o descaminho, e demais delitos previstos na legislação penal em vigor, nas estradas e rodovias federais;</p> <p>VIII - controlar e executar os serviços referentes às áreas administrativas, de pessoal, de protocolo e arquivo, zeladoria, material e patrimônio;</p> <p>IX - baixar atos normativos relativos à regulamentação de atividades, em sua área de circunscrição, após devidamente autorizado pelo Superintendente ou Chefe de Distrito; e</p> <p>X - zelar pela harmonia, hierarquia e ética funcional dos servidores.</p> <p>Art. 95. Ao Núcleo de Policiamento e Fiscalização compete controlar, executar e orientar os serviços referentes às áreas de policiamento, fiscalização, segurança, operações rotineiras e especiais, levantamento de acidentes, autuações, medidas administrativas, controle das condições do trânsito nas rodovias e estradas federais, bem como outros trabalhos necessários à consecução dos objetivos da Delegacia.</p>
---

## 2.4 Macroprocessos finalísticos

O quadro abaixo apresenta os dez principais macroprocessos finalísticos da Instituição. Todos eles estão vinculados aos Objetivos de Governo (OG) contidos no Programa Temático Segurança Pública com Cidadania (2070).

Naturalmente, dada a transversalidade dos Programas Temáticos, esses macroprocessos, por vezes, dialogam com outros programas governamentais. Entretanto, para efeito didático só registraremos os OGs do Programa Temático 2070. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>Macroprocesso</b> <b>1</b>	ATENDIMENTO AO CIDADÃO

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>Cliente</b>	Usuários da rodovia, vítimas envolvidas em acidentes, condutores alvo de fiscalização.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Levantamento circunstanciado do acidente, segurança no local de sinistro, resgate de vítimas e apoio ao atendimento pré-hospitalar de urgência, informações para familiares/próximos, auxílio ao usuário da rodovia em situações diversa, análise de defesa da autuação ou recurso de multa, fornecimento de cópia de BAT (Boletim de Acidente de Trânsito), acesso a central de emergência, informações sobre condições da estrada, saúde nas estradas.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Sinalização, orientação e segurança do trânsito no local do acidente, serviços de primeiros socorros e remoção, informação sobre ocorrência às pessoas indicadas pelo condutor/vítima, Guarda e remoção de bens (veículo, carga, entre outros), Expedição de BAT, informações estatísticas sobre trafegabilidade e acidentes em rodovias federais, análise de defesas e recursos, comandos de saúde nas rodovias.
<b>Resultados</b>	Garantia de cuidados físicos e patrimoniais, redução de risco de morte, apoio psicossocial em situação crítica, consistência/regularidade/continuidade e assertividade de informações estatísticas para atuação institucional, garantia a ampla defesa e o contraditório.
<b>OG</b>	0833
<p>As defesas das autuações foram e são apresentadas em qualquer Unidade da PRF. Em Sede de defesa da autuação a análise foi efetuada pelas Comissões de Defesa da Autuação (CADA). Em caso de Recurso por penalidade já imposta, a análise foi efetuada pela Junta Administrativa de Recursos de Infração (JARI). Os demais serviços foram prestados diuturnamente pelas equipes escaladas nos Postos de Fiscalização e em patrulhamento da rodovia. Os BATs foram registrados em Sistema Informatizado (BR Brasil), ficando o interessado de posse do número da ocorrência, com a qual, somada ao número de seu CPF, o habilitou a retirar a partir de 72 horas cópia do BAT em qualquer lugar que tenha acesso a INTERNET. Essas cópias também puderam ser retiradas em qualquer Unidade da PRF. Outro ponto de destaque foram os Comandos de Saúde realizados nas rodovias.</p>	
<b>Macroprocesso 2</b>	CONDIÇÕES DAS RODOVIAS E REGULARIDADE DA FAIXA DE DOMÍNIO.
<b>Cliente</b>	Usuário da rodovia, DNIT e ANTT.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimentos adequados e suficientes para decisões sobre ações corretivas e de resgate das condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais; faixas de domínio das rodovias federais livres de uso inadequado e não autorizado.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre condições físicas e de trafegabilidade das rodovias federais, serviços de fiscalização, notificação e de apoio à regularização do uso das faixas de domínio.
<b>Resultados</b>	Rodovia livre de poluição visual e construções que coloquem em risco a segurança e fluidez do trânsito.
<b>OG</b>	0833
<p>Além das informações diárias sobre qualquer alteração nas condições de trafegabilidade das rodovias, fato imediatamente comunicado ao órgão rodoviário da União, anualmente é realizado levantamento minucioso das condições dessas vias, cujo relatório é oferecido ao DNIT, de modo a permitir a atualização do sítio daquele órgão na INTERNET. Esse levantamento organizado se faz com o emprego dos Núcleos de Inteligência. As invasões da faixa de domínio foram imediatamente notificadas, procedendo-se ao embargo da obra.</p>	
<b>Macroprocesso 3</b>	CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS DE ESCOLTA

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>Cliente</b>	Empresas de escolta de cargas excedentes. Usuário da rodovia.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Regularidade e legalidade das atividades de escolta e similares.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Autorização para serviços de escolta e similares.
<b>Resultados</b>	Segurança no transporte de cargas excedentes, superdimensionadas ou especiais.
<b>OG</b>	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Credenciamento de Escolta, a qual restou incumbida os serviços de recebimento de requerimentos, instrução processual, encaminhamento para a Coordenação-Geral de Operações para emissão da Credencial de Escolta, vistorias, habilitação dos motoristas de escolta e a fiscalização desses serviços.	
<b>Macroprocesso 4</b>	EDUCAÇÃO E INFORMAÇÃO PARA A SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
<b>Cliente</b>	Usuários, população lindeira às rodovias federais; Instituições de ensino, organizações sociais e agentes multiplicadores e sociedade de modo geral.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimentos sobre legislação, segurança de trânsito e correlatos, entender os riscos que envolvem a prática a direção veicular e perceber a diferença que o comportamento de cada indivíduo faz na segurança da coletividade.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre legislação de trânsito e correlatas, campanhas e palestras educativas sobre o tema, matérias publicadas da mídia com o foco em serviço.
<b>Resultados</b>	Desenvolver no cidadão comportamento adequado para a utilização segura do trânsito.
<b>OG</b>	0833
Foi designada uma Comissão Regional de Educação para o Trânsito, a qual recebe e processa todos os pedidos de palestras, campanhas, comandos educativos. Quanto a informação de caráter geral, foi amplamente utilizado o apoio da mídia (jornais, rádio e TV). Todas as Operações vinculadas à segurança do trânsito foram divulgadas e nesse momento era discorrido sobre o comportamento esperado de cada condutor.	
<b>Macroprocesso 5</b>	INFORMAÇÃO, INTELIGÊNCIA E ANÁLISE DE RISCOS.
<b>Cliente</b>	Usuários, ABIN, Polícias (Judiciárias e Militares), Ministério Público, Forças Armadas, Secretarias de Segurança Pública, Receitas (Federal e Estadual), Órgãos públicos de controle, Órgãos de imprensa.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimento atualizado para ações estratégicas de segurança pública envolvendo rodovias federais, insumos operacionais e informacionais para abertura de inquérito policial e informações sobre ocorrências com potencial de risco de práticas criminosas, conhecimento de deslocamentos de veículos, pessoas, grupos sociais, entre outros, com riscos potenciais aos usuários das rodovias federais e populações de entorno, conhecimento sobre fatos e ocorrências de interesse público e social em rodovias federais.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações de inteligência, informações circunstanciada, serviços de apreensão de suspeitos e de produtos, informações operacionais sobre ocorrências com potencial de risco e sobre movimentações e práticas irregulares ou criminosas em rodovias federais, informações de interesse público sobre acidentes, apreensões, prisões, campanhas e outras ocorrências em rodovias federais.
<b>Resultados</b>	Agilidade e assertividade de informações para decisões de segurança pública com o devido tratamento de sigilo e segurança da informação, legalidade das informações e

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
	conhecimentos gerados, preservação de bens, consistência em inquéritos e investigações, preservação da ordem pública, consistência, credibilidade e assertividade de informações para divulgação.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0832, 0833
	Cada Equipe de serviço no trecho figurou com fonte de informação sobre acontecimentos, prisões, suspeições, monitoramento de veículos, identificação de pessoas, entre outros. Por outro lado, o Núcleo de Inteligência recebeu, tratou essas informações, agregando-as aos acompanhamentos de assuntos de interesse da Instituição e do Sistema de Segurança por si realizados, difundindo esses conhecimentos, bem como recebeu conhecimentos de outros órgãos integrantes do SISBIN. As informações sem necessidade de sigilo, a exemplo de possível interdição de rodovia, são divulgadas a fim de diminuir a surpresa aos usuários da via.
<b>Macroprocesso 6</b>	FISCALIZAÇÃO, FLUIDEZ E SEGURANÇA DO TRÂNSITO.
<b>Cliente</b>	Usuários das rodovias federais, população lindeira, sociedade em geral.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Trafegar pelas rodovias federais com segurança e fluidez no trânsito.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de fiscalização, orientação e sinalização de trânsito nas rodovias federais.
<b>Resultados</b>	Segurança e fluidez do trânsito (redução da violência no trânsito).
<b>OG</b>	0833
	A fiscalização do trânsito foi fator primordial para a prevenção de ocorrência de acidentes. Para tanto foi estabelecido metas de fiscalização, cartão programa com o planejamento do patrulhamento diário, comando de fiscalização, operações em datas especiais (feriados e finais de semana prolongados).
<b>Macroprocesso 7</b>	ESCOLTA E BATEDOR.
<b>Cliente</b>	Usuários, Presidência da República, Ministério da Defesa, Ministério da Justiça, Forças Armadas, Ministério das Relações Exteriores, Poder Judiciário.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Apoio em operações de segurança do Presidente da República e outras autoridades, Apoio para deslocamentos de comboios e cargas militares, segurança de dignitários.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de Segurança, meios e efetivos para apoio operacional especializado, Serviço de escolta e batedor;
<b>Resultados</b>	Segurança de dignitários nos deslocamentos rodoviários, segurança e proteção em deslocamentos de cargas, comboios e contingentes militares, bem como de cargas especiais que exijam a presença da PRF.
<b>OG</b>	0833
	A PRF integrou todos os trabalhos de segurança de dignitários em visita à sua circunscrição, em especial membros do Poder Judiciário. Esse trabalho foi realizado em parceria com as demais Instituições Polícias e de Inteligência. Foi realizado também com sucesso o batedor de todas as grandes peças para as Usinas do Madeira.
<b>Macroprocesso 8</b>	OPERAÇÕES DE COMBATE AO CRIME
<b>Cliente</b>	Condutores de veículos, pedestres, passageiros, transportadores de passageiros e cargas, população da circunvizinhança das rodovias federais, vítimas de acidentes e crimes, proprietários de veículos acidentados, Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias Judiciárias, Polícias Militares, Receitas (Federal e Estadual), ANTT, DNIT, Vigilância Sanitária, sociedade em geral.
<b>Necessidades</b>	Prevenção de crimes e segurança patrimonial e pessoal em rodovias federais, apoio

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>Do cliente</b>	operacional circunstancial para abordagens, fiscalizações, cumprimento de mandados, diligências e outras situações similares, segurança para a realização de grandes eventos.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Apoio e proteção pessoal e patrimonial, fiscalização/policiamento ostensivo das rodovias federais, serviços de segurança para diligências e abordagens operacionais de controle, fiscalização, enfrentamento ao furto e roubo de veículos, roubo de cargas, assalto a ônibus, tráfico de drogas e armas, contrabando e descaminho, crimes fiscais, ambientais e sanitários, bem como contra a dignidade humana (trabalho em situação análoga à escravidão, tráfico de seres humanos, exploração sexual de crianças e adolescentes).
<b>Resultados</b>	Segurança pessoal e patrimonial quando em trânsito em rodovias federais e fortalecimento do enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e crimes contra a dignidade da pessoa humana.
<b>OG</b>	0825; 0832; 0833
Foram realizadas diversas Operações com o foco no enfrentamento ao tráfico de drogas e armas na região de fronteira (Operação Sentinela). Esse enfrentamento também permeia a atividade das equipes com atividade diárias nas escalas de serviço, pois o produto do ilícito se movimenta e o criminoso se locomove. Portanto, não raro, na atividade rotineira de fiscalização foram retirado criminosos de circulação, bem como efetuada apreensão de drogas, veículos furtados/roubados, entre outros.	
<b>Macroprocesso 9</b>	FISCALIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PASSAGEIROS E CARGAS.
<b>Cliente</b>	Condutores e passageiros de veículos em viagem, transportadores de passageiros e cargas, usuários da rodovia.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Conhecimento básico sobre normas de transporte, condições das rodovias, rotas de viagem, distâncias e localização de cidades e pontos turísticos, linhas, horários e itinerários de ônibus.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Informações sobre legislação, trafegabilidade, distâncias e rotas de viagem, localização de cidades e pontos turísticos, horários e itinerários de linhas de ônibus, fiscalização das dimensões e peso dos veículos de carga, fiscalização do transporte de produtos perigosos, fiscalização do transporte coletivo de passageiros.
<b>Resultados</b>	Viagem segura para os passageiros do transporte coletivo, adequação do transporte de produtos perigosos, redução de danos a vias por excesso de peso.
<b>OG</b>	0825; 0833.
A fiscalização do transporte integrou as ações diárias de trabalho, mas teve atenção especial com a realização de operações específicas de fiscalização do transporte de produtos perigosos, em face do risco que sinistro envolvendo os veículos que transportam tais substâncias traz ao meio ambiente.	
<b>Macroprocesso 10</b>	COMANDO E CONTROLE.
<b>Cliente</b>	Usuários da rodovia, população lindeira, sociedade em geral
<b>Necessidades Do cliente</b>	Atendimento otimizado de ocorrências (menor tempo de resposta), contato de emergência, presença e disponibilidade do policiamento ostensivo.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Acompanhamento e controle centralizado do atendimento das ocorrências, atendimento a chamadas de emergência, acionamento otimizados das equipes em campo, acompanhamento dos Indicadores e Metas.
<b>Resultados</b>	Otimização dos atendimentos aos chamados de emergência, diminuição do tempo de resposta, fortalecimento da prevenção por meio presença e intervenção do policiamento nos pontos previamente definido.

DEZ PRINCIPAIS MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	
<b>OG</b>	0825; 0833.
As ações de comando e controle foram realizadas pela Seção de Policiamento por meio da CIOP – Central de Informações Operacionais, a qual atendeu os chamados de emergência, acionando as equipes em campo para o atendimento. A vertente de comando e controle foi realizado aquém do potencial, vez que já está disponível o monitoramento georreferenciado das viaturas. Esta é uma oportunidade de melhoria para o exercício 2014.	

Esse dez macroprocessos obedecem aos quatro eixos de atuação da PRF: atendimento ao usuário da via; fiscalização de trânsito; educação para o trânsito e enfrentamento à criminalidade. Restou evidenciado que o principal mecanismo para a execução dessas tarefas é o policiamento ostensivo.

O policiamento ostensivo está equilibrado em quatro vertentes, são elas: a visibilidade, a disponibilidade, a pronta-intervenção e o monitoramento e controle viário. Todos os macroprocessos finalísticos, bem como os macroprocessos de apoio que veremos a seguir trabalham para que essa tarefa seja desempenhada a contento.

## 2.5 Macroprocessos de apoio

O quadro abaixo apresenta os quatro principais macroprocessos de apoio da Instituição. No final de cada Macroprocesso, restará registrado, de forma sucinta, com foi sua condução por esta UJ.

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
<b>Macroprocesso 1</b>	DESENVOLVIMENTO DE PESSOAL.
<b>Cliente</b>	Servidores policiais e do quadro de apoio
<b>Necessidades Do cliente</b>	Capacitação continuada, acompanhamento de saúde, concessão de benefícios, progressão funcional.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Serviços de capacitação, saúde, perícias médicas, recepção de demanda por concessão de benefícios, análise de direitos, administração de pessoal, geração de folha de pagamento.
<b>Resultados</b>	Servidor em condições globais de prestar o melhor serviço à sociedade
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
Os trabalhos de análise das demandas por concessão de benefícios e administração de pessoal, bem com a geração e controle da folha de pagamento caminhou na rotina que lhe é peculiar. O Projeto Patrulha da Saúde buscou verificar a condição de saúde dos servidores e os estimular a prática saudáveis de alimentação e atividade física. A capacitação restou prejudicada pelo baixo disponibilizado, vez que a Sede Central empenhou muitos recursos e esforços para formação do contingente novo formado no exercício.	
<b>Macroprocesso 2</b>	APOIO LOGÍSTICO.
<b>Cliente</b>	Principalmente a Atividade Finalística.
<b>Necessidades</b>	Manutenção de viaturas, equipamentos (radares, bafômetros, rádios, armamento, etc.),

QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO	
<b>Do cliente</b>	abastecimento da frota, aferição de equipamentos, manutenção (limpeza e conservação das estruturas físicas).
<b>Produtos/ Serviços</b>	Viaturas mantidas e abastecidas, equipamentos mantidos, calibrados e aferidos.
<b>Resultados</b>	Frota e equipamentos em condições de serem empregados no patrulhamento e fiscalização.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
Foi celebrado contrato de manutenção para toda a frota da Regional. O abastecimento foi feito por meio do contrato nacional com a TICKET CAR, ficando um servidor da Regional responsável pelo controle desse abastecimento. Os equipamentos que necessitam de manutenção, calibração e aferição, em especial radares e etilômetros, foram alvos de contratos específicos de acordo com a demanda apresentada. Esteve vigente durante todo o ano contrato de limpeza e conservação das instalações físicas. Foram realizadas duas reuniões de trabalho com todas as chefias de Delegacias e da Sede a fim de aprimorar a fiscalização desses contratos. Durante o ano foram distribuídas viaturas novas para todas as Delegacias e recolhidas as mais antigas para leilão.	
<b>Macroprocesso 3</b>	INFRAESTRUTURA FÍSICA E SERVIÇOS DE TIC.
<b>Cliente</b>	Servidores do órgão e usuários que buscam os serviços da PRF.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Instalações físicas adequadas para a realização das atividades diárias e para o atendimento ao público, serviço de transmissão de dados e voz disponível e com qualidade, cobertura de sinal de rádio, funcionamento e acesso aos sistemas informatizados corporativos.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Consultas a sistemas, transmissão e recepção de informação, contatos de voz, recebimento de chamadas de emergência por telefonia gratuita para o usuário.
<b>Resultados</b>	Ambiente adequado para o cumprimento da missão, dotado de capacidade de prover comunicação por dados e voz com o público interno e externo.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
Foi contratado serviço de manutenção e reforma dos Postos. O serviço de telecomunicação é bastante precário e passará no exercício de 2014 por pequenas manutenções, pois o Projeto LANDEL terá sua implantação iniciada no exercício 2014. Esse projeto implantará o rádio digital em toda a circunscrição da Regional. O serviço de TI passa por atualização na Sede Central, ficando a Regional responsável pela administração da rede em seu âmbito. Em 2014 serão trocadas as estações de trabalho.	
<b>Macroprocesso 4</b>	CORREIÇÃO, ÉTICA E DISCIPLINA.
<b>Cliente</b>	Esse macroprocesso está no limiar ente o finalístico e o meio, pois o maior beneficiado por ele é o cidadão-usuário. Entretanto, neste caso, o classificamos como meio e delimitamos a clientela como servidores do órgão, pois a todos interessam trabalharem em um Instituição sadia, livre de vícios que desabone sua imagem.
<b>Necessidades Do cliente</b>	Cumprir e fazer cumprir as normas e regulamentos, trabalhar em um ambiente onde a sua conduta seja buscada e apoiada, orgulhar de pertencer a uma Instituição sólida e respeitada pela sociedade, onde grassa o respeito mútuo e a disciplina consciente.
<b>Produtos/ Serviços</b>	Fomentar ambiente de trabalho que privilegie a boa conduta, a disciplina, respeito mútuo e zelo pela coisa pública.
<b>Resultados</b>	Orgulho de pertencer a uma Instituição admirada e respeitada pelo cidadão.
<b>OG</b>	0825, 0830, 0833.
Este é um dos macroprocessos melhores conduzidos na Regional, pois já é tradição o rigor em qualquer apuração face eventual desvio de conduta, naturalmente, sem descuidar dos direitos e garantias	

<b>QUATRO PRINCIPAIS MACROPROCESSOS DE APOIO</b>
--

constitucionais, fato que afasta qualquer eventual sentimento de impunidade. Mas também foi dada extrema importância para o trabalho preventivo com realização de reuniões, debates, orientações prévias, entre outras.
---

## 2.6 Principais parceiros

O trabalho da PRF, regra geral, sempre conta com a parceria de outros órgãos. Senão vejamos. No campo do combate a criminalidade, o ciclo de polícia no Brasil é incompleto. Temos a Polícia Ostensiva e a Polícia Judiciária. Assim, nenhum criminoso chega ao tribunal, mesmo encontrado em situação de flagrância pela PRF, sem passar pela Polícia Judiciária. Esse trabalho se completa com a participação do Ministério Público e, por último, com o julgamento do Poder Judiciário.

No dia-a-dia da estrada, a PRF tem dois parceiros institucionais que com ela divide a mesma circunscrição: o DNIT e a ANTT. Com esses dois órgãos existem termos de cooperação celebrado em sede de suas Direções-Gerais. Do mesmo modo existe Convênio celebrado entre o DPRF e o a Procuradoria-Geral do Ministério Público do Trabalho com o objeto de melhorar o enfrentamento à exploração de trabalhadores.

Nas Regionais, mesmo sem a celebração formal de acordo de cooperação, a PRF e o Ministério Público se apóiam mutuamente. Do mesmo modo a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar figuram com parceiros de todas as emergências.

**EXISTE OUTRA COOPERAÇÃO TÉCNICA EM NÍVEL NACIONAL QUE É O CONVÊNIO COM O SEST/SENAST, CUJO OBJETO É A REALIZAÇÃO DOS COMANDOS DE SAÚDE NAS RODOVIAS, TENDO COM PRINCIPAL ALVO OS MOTORISTAS PROFISSIONAIS.**

## 3 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

### 3.1 Planejamento da unidade

Visando a otimizar a execução orçamentária, a área administrativa e financeira vem implementando uma série de ações voltadas para a modernização da gestão, especialmente após o início dos trabalhos atinentes ao planejamento estratégico dessa seara de atuação.

Assim, diversas ações estão em andamento, as quais estão conjugadas em 09 objetivos estratégicos, conforme segue:

- Unidades Centralizadoras de Compras: prevê metodologia de centralização de aquisições para atender as demandas de todas as Unidades Gestoras, mediante a utilização do Sistema de Registro de Preços, o que resulta em menor custo de aquisição face ao ganho de escala;

- Comunicação: contempla a revisão dos mecanismos de comunicação entre as unidades do DPRF visando otimizar o tempo de resposta às demandas, bem como reduzir os custos;
- Catálogo de materiais: estabelecimento de catálogo de materiais contemplando, dentre outras informações, a codificação do bem, a descrição sucinta, a descrição detalhada, a especificação técnica, informações sobre estoque e ressuprimento, etc;
- Capacitação: prover a disseminação de conhecimento técnico e gerencial entre os servidores atuantes no ciclo de gestão, visando melhorar os resultados obtidos com a execução do orçamento;
- Planejamento orçamentário: melhoria da metodologia de identificação de necessidade, estimativa de custos, elaboração de projetos e formatação da proposta orçamentária visando subsidiar o encaminhamento das demandas ao Ministério da Justiça;
- Gestão de imóveis: implementar projeto de modernização do acervo de imóveis da Instituição, contemplando aspectos pertinentes a funcionalidade, identificação visual, situação cadastral, condições de operacionalidade, dentre outros;
- Sistema de gestão: adotar ferramenta informatizada de gestão administrativa e de recursos humanos visando centralizar os dados da gestão e digitalizar procedimentos, o que resultará em melhoria do tempo de resposta às demandas da atividade finalística.
- Planejamento Estratégico: instrumentalizar a Instituição dos meios de gestão para o estabelecimento dos parâmetros que vão direcionar a atuação da PRF, na condução da liderança, assim como o controle das atividades.
- Ações para grandes eventos: integrar e articular em conjunto com o Ministério da Justiça, ações de segurança pública para a Copa do Mundo de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016.

Os principais objetivos definidos para o ano de 2013 foram a diminuição dos acidentes de trânsito e mortes nas rodovias federais, o reforço nas ações de combate à criminalidade e a modernização da infraestrutura das unidades e viaturas, bem como o aumento da percepção de segurança com o aumento da visibilidade do órgão.

Uma das premissas utilizadas no planejamento de operações para diminuição dos acidentes de trânsito é de que a presença da viatura na rodovia inibe o cometimento de infrações de trânsito, pela possibilidade de sanção ao condutor infrator. Nesse sentido, a ênfase principal foi alocar o máximo de policiais na pista, retirando-os da imobilidade nos postos e fazendo-os atuar em ronda ou em pontos fixos nas rodovias. Salienta-se que esses pontos fixos são levantados através do Sistema SIGER, onde são analisados os quilômetros, horários, tipos de acidentes, tipos de veículos envolvidos, período do dia, condições da via, e outros dados em relação aos locais onde os acidentes ocorrem.

Para isso, continuou-se a utilizar o expediente do cartão programa, que é confeccionado de acordo com o levantamento feito através do SIGER, e representa um itinerário das tarefas que o policial irá realizar no decorrer do plantão, no qual contam os trechos da rodovia em que a viatura deverá se posicionar para realizar operações de fiscalização, além da definição da realização de rondas em horários e trechos específicos das rodovias.

Salienta-se que a confecção do cartão programa é feita pelo chefe de delegacia, o qual, através do banco de dados da PRF – SIGER – verifica os trechos com maior incidência de acidentes e ações criminosas, programando assim o roteiro que deverá ser executado pela equipe de cada posto no decorrer de cada dia da semana.

No entanto, as limitações de efetivo, o grande número de acidentes e mortes em áreas urbanas, bem como o aumento significativo da frota de veículos, tanto em nível nacional quanto regional prejudicaram a obtenção de melhores resultados, bem como a fiel execução do cartão programa.

Assim, a utilização do radar fotográfico de velocidade tem sido uma solução eficaz para diminuição de infrações de trânsito em trechos críticos, nos quais há uma maior propensão para o desrespeito aos limites de velocidade, tendo como consequência, acidentes como atropelo a pedestres, saída de pistas, colisões de uma maneira geral, principalmente em períodos chuvosos.

Repetindo a atuação do ano de 2012, no ano de 2013, foi feita a efetiva utilização desse radar fotográfico, visando à redução do número de acidente nas rodovias federais que cortam o Estado da Bahia, e, conseqüentemente, à redução das mortes no trânsito.

No que tange às ações de combate à criminalidade, um dos fatores que influenciam positivamente é a capacitação do policial, o que lhe proporciona maior segurança para atuar com mais ousadia e técnica no combate a ações criminosas. A experiência teórica e prática de policiais mais experimentados no combate ao crime é transmitida aos mais novos, motivando-os a exercerem as abordagens com mais critério, a fim de detectar possíveis ilícitos penais.

Em 2013, foram ministrados diversos cursos de técnicas policiais de combate ao crime, com destaque para o Programa de Atualização Policial, que contemplou no a utilização da metralhadora MT.40.

Por outro lado, a melhoria das instalações físicas dos postos, delegacias, e da sede desta Superintendência, tem sido tratado como tema prioritário, já que observadamente,

renova o clima organizacional da instituição, motivando os servidores e diminuindo os riscos de absenteísmo no ambiente de trabalho.

Na mesma linha, é sabido que as viaturas são o principal instrumento de trabalho da PRF. Assim, devido ao intenso uso é necessária a sua substituição periodicamente, sob pena de se aumentarem exponencialmente os custos com manutenção, bem como de se colocar em risco a vida do policial, por problemas mecânicos durante a execução das atividades inerentes ao cumprimento da missão institucional da Instituição.

Outrossim, a melhoria dos sistemas corporativos é estratégica, uma vez que aumenta o potencial de fiscalização da Instituição, de sorte que se faz necessário maior investimento para o processamento das imagens captadas na utilização de radares fotográficos em locais críticos, bem assim para a fiscalização e autuação com Smartphones e tablets.

Por fim, objetivando minimizar o problema da falta de pessoal, buscou-se efetuar o reforço de efetivo nos períodos as Operações de Calendário 2013 (Carnaval, Semana Santa, Corpus Christi, Tiradentes, Dia do Trabalho, São João, Natal e outros feriados locais que desencadeiam aumento no tráfego de veículos e de pessoas nas Rodovias Federais).

Para fins de alcance dos resultados institucionais, o principal mecanismo de trabalho foi a abordagem de veículos e pessoas, realizada de maneira firme e cortês, sempre com postura e apresentação individual adequadas, clareza e firmeza nas orientações.

Os policiais foram orientados a aplicar técnicas de educação de trânsito no ato da abordagem, sendo as autuações precedidas de esclarecimento acerca das infrações cometidas e dos riscos que elas representam para a segurança do trânsito, contribuindo para a mudança de comportamento dos condutores. Nesse contexto, as autuações sem abordagem ficam reservadas aos casos em que a abordagem implica em risco para o policial, para o próprio usuário/condutor, ou para as demais pessoas envolvidas com o trânsito.

Buscou-se contribuir para a “percepção de segurança” do cidadão por meio da visibilidade, disponibilidade, divulgação das ações implementadas, qualidade e profissionalismo no atendimento das ocorrências.

As Delegacias de Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia foram orientadas a confeccionar Cartões-Programa para cada equipe de ronda, de forma a priorizar pontos críticos relacionados aos acidentes de trânsito e/ou criminalidade, fazendo constar metas de fiscalização/procedimentos ao longo do dia e por trecho especificado

Foram desenvolvidos comandos específicos nas Delegacias, inclusos no plano regional, sem prejuízo das ações estabelecidas nacionalmente pela Coordenação-Geral de Operações – CGO.

### **ATIVIDADES OPERACIONAIS**

Durante o exercício de 2013 as atividades operacionais contemplaram, dentre outras, as seguintes ações:

- fiscalização de combate a embriaguez ao volante;
- fiscalização do excesso de velocidade;
- uso do cinto de segurança e cadeirinha;
- fiscalização de ultrapassagens irregulares;
- fiscalizações de motocicletas, motonetas e ciclomotores;
- integração das ações de combate ao crime com as atividades de inteligência;
- integração com outros órgãos de segurança pública e de fiscalização com poder de polícia;
- intensificação das operações multidisciplinares, envolvendo todas as áreas das Regionais;
- implementação de ações para melhorar o atendimento das vítimas de acidentes de trânsito nas rodovias;
- auxílio aos usuários em necessidades, como problemas mecânicos, problemas de saúde, orientações e encaminhamentos que prejudicassem sua locomoção de maneira rápida, segura e confortável;
- estímulo a ações de educação para o trânsito nas escolas, empresas, sindicatos, associações, entre outros, por meio de palestras, oficinas e

cursos (ex: FETRANs, Cinema Rodoviário, Transitando na Escola, seminários, etc.);

- desenvolvimento de atividades operacionais voltadas para a garantia dos direitos humanos e acompanhamento das condições das rodovias;

- utilização do SIGER (Sistema de Informações Gerenciais) na coleta, gerenciamento das informações e planejamento de ações operacionais;

- ampliação do uso de sistemas operacionais e meios de comunicação, visando imprimir agilidade, qualidade e disponibilidade no registro/atendimento de ocorrências e no fornecimento de documentos e informações operacionais.

A partir dessas ações, foi possível definir o tipo de policiamento a ser empregado, a escala de serviço, o cartão programa de policiamento, os comandos específicos, rondas e outras estratégias adequadas às necessidades da prestação dos serviços de segurança pública a sociedade, sem perder de vista a carência de efetivo frente a grande variedade de atribuições da PRF.

### **INDICADORES DE DESEMPENHO**

Tivemos como indicadores de desempenho para as unidades Regionais em 2013 a Sensação de Segurança, a Taxa de Variação de Acidentes, a Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais e os Procedimentos de Fiscalização.

A Sensação de Segurança foi mensurada a partir de pesquisa de percepção de segurança, conduzida em dezembro de 2013 pela Coordenação-Geral de Operações do DPRF, em todo o território nacional. Apesar da fase de coleta de dados ter se encerrado, o trabalho de tabulação total da pesquisa não foi concluído pelo DPRF, razão pela qual não dispomos, ainda, dos dados relativos à Percepção de Segurança para apresentar neste relatório.

A Taxa de Mortalidade nas Rodovias Federais decorre da relação de mortes ocorridas em acidentes de trânsito nas rodovias federais no ano relativo a 1.000.000 (um milhão) de veículos da frota nacional (mortes/1.000.000 veículos), tendo como responsável pelo cálculo a Seção de Policiamento e Fiscalização da 10ª SRPRF/BA.

Ano	Taxa de Variação de Acidentes	Taxa de Mortalidade	Quantidade de Procedimentos		
			Pessoas	Veículos	Alcoolemia
<b>2011</b>	136,19	12,81			
<b>2012</b>	120,80	12,713	256279	256279	36904
<b>2013</b>	113,38	8,73	420043	408190	56016

As metas do DPRF para os Procedimentos de Fiscalização são instituídas e modificadas de anualmente; assim, para o exercício de 2013 seguem abaixo as informações concernentes a cada uma dessas metas e/ou indicadores.

a) Percepção de segurança nas rodovias federais:

Indicador ainda pendentes de tabulação final.

b) Taxa de mortalidade nas rodovias federais no Estado da Bahia:

- Número de Mortos 2011 ----- 745
- Número de Mortos 2012 ----- 777
- Número de Mortos 2013 ----- 713
- Número Total de Feridos 2011 ----- 5.073
- Número Total de Feridos 2012 ----- 5.104

- Número Total de Feridos 2013 ----- 5.003
- Taxa de mortalidade nas rodovias federais da Bahia em 2011: 12,81
- Taxa de mortalidade nas rodovias federais da Bahia em 2012: 10,20
- Taxa de mortalidade nas rodovias federais da Bahia em 2013: 8,73

Observação: A taxa de mortalidade é relativa a cada 1.000.000 (um milhão) de veículos da frota nacional.

Com a constante atuação da Polícia Rodoviária Federal no Estado da Bahia no sentido de reprimir o excesso de velocidade, as ultrapassagens indevidas, a embriaguez ao volante e outras tantas infrações que levam às mortes no trânsito, registrou-se uma redução no número de feridos e no número de mortos. A despeito desta redução, observou-se um aumento no número de acidentes, o que atribuímos, principalmente, à melhoria nas condições das rodovias – que contribui para os condutores imprimirem velocidades maiores –, à imprudência e falta de experiência dos condutores em dirigir nas rodovias, e ao aumento de 11,27% da frota baiana de veículos no ano de 2013 em relação a 2012 (fonte DENATRAN).

c) Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais no Estado da Bahia:

- Número de Acidentes 2011 ----- 9.429
- Número de Acidentes 2012 ----- 9.198
- Número de Acidentes 2013 ----- 9.252
- Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais da Bahia em 2011: 136,19
- Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais da Bahia em 2012: 120,80
- Taxa de variação de acidentes nas rodovias federais da Bahia em 2013: 113,38

Observação: a Taxa de variação de acidentes é relativa à frota nacional de veículos.

Embora tenha havido um pequeno aumento da quantidade de acidentes no ano de 2013 em relação ao ano de 2012, o mesmo não ocorreu quando tomamos como parâmetro do ano de 2011.

Importante destacar que o número de acidentes está expresso em números absolutos, não levando, portanto, em consideração o aumento da frota nacional; o aumento populacional; o aumento de condutores com pouca ou nenhuma experiência nas rodovias federais; o acréscimo do fluxo de veículos, pessoas e mercadorias motivado pelo aquecimento da economia; a melhoria da trafegabilidade nos principais corredores de trânsito e de transporte, o que acaba fomentando o excesso de velocidade. Com a economia aquecida e as estradas em melhores condições, mais cidadãos utilizam esse modal para realizar suas viagens, principalmente em feriados prolongados e períodos de férias escolares.

Além disso, é imperioso registrar que a maioria dos municípios brasileiros cresceram no entorno de rodovias, que em razão da grande urbanização acabaram transformando-se em grandes "avenidas" por onde a população se locomove diariamente.

Vale ressaltar que a atividade da PRF não se restringe ao controle de trânsito. A PRF tem oferecido intenso combate ao tráfico de drogas, ao contrabando/descaminho de mercadorias, aos crimes ambientais (apreensões de madeira e animais silvestres) e, principalmente, aos crimes contra a dignidade da pessoa (trabalho escravo, exploração sexual de crianças e adolescentes, tráfico de seres humanos).

#### INDICADOR TAXA DE VARIAÇÃO DE ACIDENTES

REGIONAL 10ª SRPRF/BA	ACIDENTES POR UM MILHÃO DE VEÍCULOS		
ANO	2011	2012	2013
	136,94	120,80	113,38

#### INDICADOR TAXA DE MORTALIDADE

REGIONAL 10ª SRPRF/BA	MORTOS POR UM MILHÃO DE VEÍCULOS		
ANO	2011	2012	2013
	12,81	10,20	8,73

**Observação:** Frota nacional (Fonte: DENATRAN)

2011 = 70.543.535

2012 = 76.137.191

2013 = 81.600.729

d) Procedimentos de Fiscalização:

No PLANO PLURIANUAL (PPA) 2012/2015, o Governo Federal estabeleceu metas de fiscalização de pessoas, veículos, testes de alcoolemia e educação para o trânsito que devem ser atingidas pelo Departamento de Polícia Rodoviária Federal - DPRF/MJ, conforme Programa 2070 – Objetivos 0825 e 0833. Essas metas visam proporcionar/fomentar a redução da violência no trânsito, a livre circulação nas rodovias, a redução da criminalidade e violência no país e a percepção de segurança dos usuários das rodovias federais.

Partindo dessas metas, em especial a redução da violência no trânsito, o DPRF propôs a intensificação da fiscalização de veículos e pessoas, o que culminou, conforme verificado pela 10ª SRPRF/BA, no aumento da quantidade de multas extraídas no ano de 2013 com relação ao ano de 2012. Parte deste aumento pode ser explicado pelo reforço na fiscalização de excesso de velocidade com radar estático na BR-324.

Da mesma maneira, intensificou-se a fiscalização de alcoolemia.

Essas duas infrações, aliadas à ultrapassagem em locais proibidos, são consideradas as maiores causadoras de acidentes, com grande impacto no número de vítimas graves e fatais.

Sabe-se que os acidentes causam prejuízos imensuráveis às famílias e à sociedade, assim, a 10ª SRPRF/BA tem se empenhado no sentido de coibir diversas infrações de trânsito, uma vez que a principal causa dos acidentes e mortes no trânsito ainda é a imprudência dos motoristas.

**Multas de Trânsito Aplicadas**

ANO	2009	2010	2011	2012	2013
<b>Quantidade</b>	78263	64003	118066	91466	135013

**Multas de Trânsito por Excesso de Velocidade aplicadas pela 10ª SRPF**

<b>ANO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Quantidade</b>	84928	66656	28647	54059	63537

**Multas por Ultrapassagem Proibida aplicadas pela 10ª SRPF**

<b>ANO</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Quantidade</b>	37500	31649	30632	22958	32051

Esse aumento de autuações por infração de trânsito explica ainda, o aumento no quantitativo de defesas e de recursos protocolados, conforme demonstra o quadro abaixo:

**Quantidade de defesas e recursos protocolados**

<b>ANO</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Quantidade</b>	10496	4268	3572	5982

**Resultado das Ações Operacionais Desenvolvidas:**

Conforme já delineado, a estrutura do DPRF propicia uma capilaridade que permite a aplicação de programas com abrangência nacional, promovendo a integração e divulgação das ações de governo, destinadas à prevenção de acidentes e segurança pública.

Entretanto, o crescimento da malha rodoviária federal sob fiscalização do órgão vem sendo um grande desafio ao longo dos anos, pois gera necessárias adequações nas formas de patrulhamento e policiamento, a fim de atender esse incremento de malha viária.

Aliado a isso, a ampliação da frota nacional, quando comparada com o crescimento populacional brasileiro, nos permite a visualização do índice de motorização que cresce acintosamente. O transporte de mercadorias e pessoas no Brasil tem como principal característica a utilização do modal rodoviário, contribuindo para que essa frota transite em rodovias federais.

A despeito desse panorama, com uma forma de gestão operacional diferenciada, desde a captação das informações até a realização das operações, aliada à utilização de equipamentos e sistemas adaptados, considera-se positivos os resultados alcançados, os quais representam o resultado da atuação da 10ª SRPRF/BA nas rodovias federais do Estado da Bahia.

### **ACIDENTES DE TRÂNSITO**

Os acidentes de trânsito nas rodovias federais não segue um parâmetro constante de evolução/redução, tendo em 2013 apresentado um ligeiro acréscimo comparado a 2012. Todavia, comparando-se 2013 com o ano de 2011, constata-se uma pequena redução.

No ano de 2013 foram registrados 9.198 acidentes de trânsito nas rodovias federais do estado da Bahia. Morreram 777 pessoas vítimas desses acidentes, restando 4.697 com ferimentos leves e 1.942 com ferimentos graves.

As informações de acidentes são oriundas do sistema BR-Brasil e SIGER, que estão sendo aprimorados pelo DPRF na intenção de integrar toda base de dados operacionais. Seguem dados abaixo:

#### **Ocorrências de acidentes de trânsito na 10ª SRPF**

	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Acidentes</b>	9.734	10.730	10.484	10.693
<b>Feridos leves</b>	4.478	4.997	4.697	4.916

<b>Feridos Graves</b>	1.830	1.773	1.942	1.680
<b>Mortos</b>	913	869	945	875

Entre os fatores que foram identificados como causadores, destacam-se a “falta de atenção” dos condutores, seguida pela imprudência e pela inobservância das normas de circulação e conduta do CTB.

Embora o aumento do número de acidentes (5,87%) se reflita, em geral, no quantitativo de feridos e mortos, a 10ª SRPRF/BA registrou em 2013 uma pequena redução de feridos (1,97%) e mortos (8,23%).

O aumento da frota de veículos nacional e baiana, o reduzido efetivo, a melhoria das rodovias federais, o aumento de condutores inexperientes transitando pelas rodovias federais e a imprudência dos condutores resultaram no aumento dos acidentes. Mesmo com um planejamento inteligente e a aplicação de recursos tecnológicos, não conseguimos a redução esperada com relação aos números de 2012.

Durante o ano de 2013 a área operacional da regional executou diversas ações voltadas para a fiscalização de trânsito, a prevenção de acidentes e ao combate à criminalidade conforme segue:

### **OPERAÇÕES NACIONAIS/REGIONAIS**

Ao longo do exercício 2013 a 10ª SRPRF/BA participou de diversas operações em sua circunscrição, seja em cumprimento a Ordens de Serviço de âmbito nacional como regional. Em todos esses casos, o objetivo das operações tem como foco a fiscalização de trânsito e o combate à criminalidade.

Segue abaixo tabela com a relação de operações nacionais e regionais com participação da 10ª SRPRF/BA, com respectivos locais e períodos:

<b>OPERAÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>	<b>LOCAL</b>
RODOVIDA	04 A 07/01	BA

ESCOLTA FIFA	27 A 29/01	BA
CARNAVAL	04 A 14/02	BA
ESCOLTA DO URÂNIO	17 A 24/02	BA
30ª FPI	25/02 A 01/03	BA
VIAGEM LEGAL 1ª ETAPA	25/02 A 30/03	BA
ASSALTO A ÔNIBUS	25 A 27/02	BA
RETOMADA V	26/02 A 08/03	RJ
ESCOLTA DO URÂNIO	03 A 06/03	BA
RADAR	11 A 16/03	BA
FAUNA LIVRE	13 A 15/03	BA
CORCEL NEGRO	13 A 16/03	BA
MURABASHI 2013	12 A 13/03	BA
SEMANA SANTA	27/03 A 01/04	BA
TAPAJÓS	24/03 A 23/04	PA
SENTINELA	04 A 25/04	PR
OTECCA – Feira de Santana	02 A 12/04	BA
OTECCA – Irecê	14 A 27/04	BA
VIAGEM LEGAL 2ª ETAPA	01 A 27/04	BA
RADAR	03 A 05/04	BA
RAIO X 2013	11 A 22/04	BA

MICARETA DE FEIRA	24 A 29/04	BA
SENTINELA	05 A 25/05	PR
FESTA VAQUEIRO	26 A 28/04	BA
VIAGEM LEGAL 3ª	29/04 A 17/05	BA
OCC I	07 A 18/05	PE
PERÍCIA	04/05 A 01/12	SE
COPA DAS CONFEDERAÇÕES	27/05 A 07/07	BA
RODOVIDA SEGURA 2013	01 A 30/05	BA
FESTA DO DIVINO	16 A 20/05	BA
CORPUS CHRISTI 2013	29/05 A 02/06	BA
CINEMA RODOVIÁRIO	10 A 13/06	BA
SÃO JOÃO SANTA BARBARA	17 A 19/06	BA
TRANSITO LIVRE 2013	02 A 11/07	BA
JMJ	09/07 A 04/08	BA
IBOTIFOLIA 2013	21 A 26/08	BA
FESTA DO CAFÉ - ITABELA	01 A 05/08	BA
CARGA PESADA	07 A 29/08	BA
VIAGEM LEGAL 4ª ETAPA	17 A 21/09	BA
VI OTENARCO	12 A 25/08	TO
31ª FPI	17 A 31/08	BA

FESTIVAL DE INVERNO - VC	22 A 26/08	BA
V OTEFIS	19 A 26/08	PE
VAQUEJADA DE SERRINHA	04 A 10/09	BA
TRÂNSITO LIVRE II	26 A 31/08	BA
ESCOLTA DO URÂNIO	02 A 05/09	BA
FEDERALIZAÇÃO BR 415	13 A 16/09	BA
OESTE SEGURO 2013	19 A 23/09	BA
OTEMOTO PONTA PORÃ	23/09 A 05/10	MS
TUPINAMBA	21/10 A 22/12	BA
OTECCA MT	02 A 11/10	MT
FEST. INVERNO LENÇÓIS 2013	10 A 14/10	BA
VIAGEM LEGAL 7ª ETAPA	28/10 A 01/11	BA
MULTIDICIPLINAR 2013	18 A 30/11	BA
FLEXADA 2013	24 A 25/11	BA
32ª FPI	17 A 30/11	BA
CHAVE DA COPA	01 A 06/12	BA
OTEVEIC BARREIRAS	09 A 16/12	BA
CÃO DE GUARDA	13 A 21/12	BA
RODOVIDA	25 A 31/12	BA

**RESULTADO DE AÇÕES DE COMBATE A ILÍCITOS**

DROGAS	TOTAL
Cocaína apreendida (g)	256.652
Maconha apreendida (g)	715.813
Crack apreendido (g)	173.240
Lança Perfume (frasco)	0
Anfetaminas/Barbitúricos (unid.)	116.250
Outras	486
CONTRABANDOS	
CD/DVD's (unid.)	6.772
Bebida (l)	4.249
Cigarro (pcte.)	9.296
Eletrônicos (unid.)	6.748
Combustível (l)	29.085
Equipamentos de Informática (unid.)	1.913
Medicamentos (unid.)	30.208
Outros (unid.)	55.558
ARMAS	
Armas de Fogo Apreendidas	139
Munições Apreendidas	1.217

Armas Brancas Apreendidas	7
<b>MEIO AMBIENTE</b>	
Animais Silvestres Apreendidos	8.202
Carvão Apreendido (m³)	1.162
Madeira Apreendida (m³)	3.742
Pescados (kg)	5.839
<b>CARGAS</b>	
Carga Apreendida (unid.)	294.840
Carga Apreendida (kg)	9.228.585
Carga Apreendida (l)	47.117
<b>OCORRÊNCIAS</b>	
Veículos Recuperados	366
CNH's Falsificadas	63
CRLV's Falsificados	82
Outros Documentos Falsificados	17
<b>E.C.A.</b>	
Crianças/Adolescentes Encaminhados (vítimas de crimes)	65
Crianças/Adolescentes Encaminhados (infratores)	65
<b>PESSOAS DETIDAS</b>	
Pessoas Detidas por Crimes de Trânsito	815
Pessoas Detidas (outros motivos)	1.206

Total de Pessoas Detidas	2.021
--------------------------	-------

### 3.2 Programação orçamentária e financeira e resultados alcançados

O item 2.2.1 Programa Temático (*Quadro A.2.2.1 – Programa Temático*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Órgão, haja vista que o DPRF/MJ não possui Programa Temático ou Programa de Gestão, Manutenção e Serviço ao Estado, definidos no PPA (*Lei nº 12.593/2012*) sob sua responsabilidade direta.

Estes itens ficaram sob a responsabilidade das unidades jurisdicionadas que abrangem secretaria-executiva de ministério ou de secretaria com status de ministério. Em tal situação deve ser preenchido um quadro para cada programa temático que apresente na lei orçamentária recursos alocados ao ministério ou à secretaria com status de ministério.

O item 2.2.3.4 Ações – Orçamento de Investimento – OI (*Quadro A.2.2.3.4 – Ações de Orçamento de Investimento*) integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Órgão, haja vista que, nos termos do contido no Art. 165, § 5º, Inciso II, da Constituição Federal, o orçamento em assunto refere-se às empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, logo, este item não se aplica à PRF.

#### 3.2.1 Objetivos

Os Objetivos abaixo relatados, são inerentes ao DPRF.

##### 3.2.1.1 Objetivo nº 833.

##### Quadro 3.2.1.1– Objetivo 833

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.		
<b>Código</b>	<b>833</b>	<b>Órgão</b>	<b>DPRF</b>
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>Código</b>	<b>2070</b>
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>			

Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	Alcançar 500.000 pessoas, anualmente, com ações de educação para o trânsito.	Pessoas	2.000.000	353.960	563.960	28,2%
2	Ampliar a cobertura de videomonitoramento para os 100 principais trechos críticos de acidentes no quadriênio 2012-2015.	Trechos	100	1	1	1,00%
3	Ampliar a parceria com o Ministério da Saúde mediante a implantação do SAMU Rodoviário Nacional	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	0
4	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de alcoolemia nas rodovias federais para 6.000.000 no quadriênio 2012-2015	Procedimentos	6.000.000	1.523.334	1.919.472	31,99%
5	Ampliar a quantidade total de veículos fiscalizados nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015	Veículo	24.000.000	8.056.978	0	0
6	Implantação de 4 novas bases de resgate aeromédico	Base	0	0	0	0
7	Implantar o Centro de Estudos de Segurança Viária	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	0

8	Implementar centrais de comando e controle em todas as regionais do Departamento de Polícia Rodoviária Federal (DPRF) com objetivo de monitorar, despachar e controlar as ações operacionais, utilizando-se de sistemas de informações integrados	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	0
9	Integração do Plano Nacional Viário (PNV) com o Sistema de Processamento de Multas (SISCOM)	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	0
10	Modernização do Sistema BR-BRASIL/PRF como sistema único de atendimento de acidentes	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	0
11	Monitorar eletronicamente com câmeras de vigilância 200 pontos críticos de rodovias	Pontos	200	78	0	0

**NOTA:** O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

#### **Análise Situacional:**

Fonte: (SIOP - DPRF)

Código 833 – sequencial 1: Foram desenvolvidas ações de educação para o trânsito, conscientizando 210.000 pessoas durante o ano de 2012 e 353.960 pessoas em 2013. Dessa forma, até o momento, tem-se 563.960 pessoas alcançadas com ações de educação para o trânsito.

Código 833 – sequencial 2: Foi implantado o sistema de videomonitoramento no estado do Rio Grande do Sul, o qual cobre 4 trechos críticos de acidentes, totalizando 40 Km de extensão, tendo sido observada uma redução próxima a 75% nos acidentes com vítimas fatais nesse trecho.

Está em fase de implantação o projeto de videomonitoramento da PRF no Distrito Federal, que cobrirá mais 9 trechos críticos, totalizando 90 Km com o sistema inteligente de videomonitoramento.

A implementação do Sistema Inteligente de Videomonitoramento de Rodovias nos 100 principais trechos críticos de acidentes, no quadriênio 2012 - 2014, torna-se inviável, visto que são trechos de 10km, que totalizam 1.000 Km de rodovias dispostos em 19 unidades da federação. Considerando que 1 câmera de videomonitoramento tem uma cobertura de no máximo 2 km, seriam necessários, no mínimo, 500 pontos de monitoramento, mais as centrais de comando e controle. Diante do exposto, não há previsão de orçamento até 2014, com vistas ao custeio do sistema em todos os 100 trechos críticos.

Código 833 – sequencial 3: Iniciativas para ampliação da parceria entre a PRF e SAMU foram intensificadas em 2012 e 2013, mediante convênios do Ministério da Saúde e Ministério da Justiça, no que se refere a ambulâncias de atendimento pré-hospitalar. Para o ano de 2014, frente à expansão das atividades do SAMU com ambulâncias, o convênio será renovado contemplando apenas aeronaves de atendimento pré-hospitalar e resgate.

Código 833 – sequencial 4: Realizados 1.523.334 testes de alcoolemia no ano de 2013.

Código 833 – sequencial 5: Fiscalizados 8.056.978 veículos no ano de 2013. As metas regionais estão próximas do estipulado. Estão sendo desenvolvidas ações para incentivar as unidades das regiões que ainda não alcançaram a meta possam se ajustar.

Código 833 – sequencial 6: Em razão dos cortes orçamentários, a PRF optou por não adquirir novas aeronaves em 2013 e 2014, o que implicou na desnecessidade de construção de novas bases de resgate aeromédico.

Código 833 – sequencial 7: O Centro de Estudos de Segurança Viária compreende uma estrutura dedicada a estudos a respeito do tema, com foco nas rodovias federais, de forma a induzir a construção de políticas públicas voltadas à garantia de segurança nessa área de atuação da PRF. Com a implantação da nova estrutura da PRF, será criada uma Coordenação-Geral com esta competência. Desta forma, há perspectiva de implantação do Centro para 2014, com o advento da nova estrutura da PRF.

Código 833 – sequencial 8: A implementação de unidade de Comando e Controle é o resultado de um esforço procedimental de aquisição de equipamentos para operação e geração de

conhecimento e também capacitação do efetivo destinado ao desenvolvimento das atividades relacionadas ao despacho e controle destas ações. Do ponto de vista procedimental a Coordenação de Controle Operacional tem trabalhado na documentação necessária às definições do fluxo de informações e demais temas relacionados à alimentação de dados aos sistemas que funcionarão nas Centrais de Comando e Controle. Quanto à aquisição de equipamentos, estamos aguardando a entrega dos equipamentos adquiridos à unidade do Comando e Controle do 1DRPRF/DF e esta Coordenação de Controle Operacional. Estamos levantando necessidades das regionais para aquisição de equipamentos visando a uniformidade das unidades que passarão a operar atividades de Comando e Controle. No que tange à utilização de software para o Comando e Controle, o Sistema de Monitoramento de Viaturas está em pleno funcionamento e operando em todas as regionais. A CCO é demandante dos Sistemas de Parte Diária Eletrônica e Central de Atendimento e Despachos e o Sistema de Consultas Integradas que cobrirão grande parte das atividades desempenhadas nas unidades de Comando e Controle. Desta forma, as atividades voltadas ao funcionamento das unidades de Comando e Controle da Polícia Rodoviária Federal encontram-se em desenvolvimento, bem como as devidas documentações e capacitações para operação das ferramentas de informação.

Código 833 – sequencial 9: A ferramenta de TI (Tecnologia da Informação) responsável pela integração dos sistemas da PRF com o PNV (Plano Nacional Viário) está em fase de testes. A previsão para que esteja concluída e em operação é o mês de janeiro de 2014. Entretanto, para que haja integração com o sistema de Multas em específico, a previsão é dezembro de 2014, tendo em vista que esse sistema, como todos os demais, passarão por uma reformulação total.

Código 833 – sequencial 10: Está em fase de produção uma nova ferramenta para registro de acidentes, com previsão para começar a operar em dezembro de 2014.

Código 833 – sequencial 11: O Projeto de Monitoramento eletrônico de rodovias com câmeras foi iniciado e está em desenvolvimento. Inicialmente serão implantados 50 pontos no Distrito Federal, como previsão de início de operação ainda em 2014, para os quais foi empenhada parte da infraestrutura de rede necessária no exercício 2013.

A redação da meta está inadequada à realidade, haja vista remeter à pontos críticos, quando o mais adequado seria a menção de pontos de monitoramento nos pontos críticos.

### 3.2.1.2 Objetivo nº 825.

#### Quadro 3.2.1.2– Objetivo 825

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO	
<b>Descrição</b>	Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.

	Aprimorar o combate à criminalidade, com ênfase em medidas de prevenção, assistência, repressão e fortalecimento das ações integradas para superação do tráfico de pessoas, drogas, armas, lavagem de dinheiro e corrupção, enfrentamento de ilícitos característicos da região de fronteira e na intensificação da fiscalização do fluxo migratório.					
<b>Código</b>	<b>825</b>	<b>Órgão</b>	<b>SNJ/SENASP/DPF/DPRF/CNPC</b>			
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>		<b>Código</b>	<b>2070</b>		
<b>METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS</b>						
<b>Sequencial</b>	<b>Descrição da Meta</b>	<b>Unidade medida</b>	<b>a) Prevista 2015</b>	<b>b) Realizada em 2013</b>	<b>c) Realizada até 2013</b>	<b>d)% Realização (c/a)</b>
1	150.717 kg de cocaína (cloridrato, pasta base, crack e outras formas de apresentação) apreendida.	Unidade	150.717	127.583	304.227	201,9%
2	52.000 armas de fogo apreendidas.	Unidade	52.000	9.253	15.017	28,88%
3	Ampliar a quantidade total de procedimentos de fiscalização de pessoas nas rodovias federais para 24.000.000 no quadriênio 2012-2015.	Pessoas	24.000.000	7.208.083	10.120.557	42,17%
4	Realizar 5.314.891 ações de fiscalização de pessoas, veículos, aeronaves e embarcações nas fronteiras no período de 2012 a 2015.	Ações de Fiscalização	5.314.891	34.000.000	21.509.587	404,70%
5	Aquisição de 15 veículos scanner para operações de fronteiras.	Unidade	15	0	5	33,33%
6	Consolidar mecanismos estratégicos de cooperação e planejamento integrado com	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	n/a

	organismos internacionais, com países fronteiriços, com entes públicos federais, estaduais e municipais, bem como com entes privados.					
7	Implantar 66 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil.	Unidade	66	30	30	45,45%
8	Implementação de um Sistema de Tratamento de Dados de Inteligência Policial do Departamento de Polícia Rodoviária Federal nas fronteiras.	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	n/a
9	Fomentar a realização de 08 operações simultâneas e integradas em todos os arcos da fronteira (norte, sul e central) coordenadas pelos órgãos estaduais de segurança Pública - Plano Estratégico de Fronteiras.	Operações	8	11	11	137,50%

**NOTA:** O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

### **Análise Situacional:**

Fonte: (SIOP - DPRF)

Código 825 – sequencial 1: **Meta Compartilhada: SENASP/DPF/DPRF**

Código 825 – sequencial 2: **Meta Compartilhada: SENASP/DPF/DPRF**

Código 825 – sequencial 3: Foram Fiscalizadas 7.208.083 pessoas no ano de 2013.

Código 825 – sequencial 4: **Meta Compartilhada: SENASP/DPF/DPRF**

Código 825 – sequencial 5: A PRF adquiriu 05 (cinco) equipamentos scanners para operações de fronteira em 2011 e há processo para a aquisição de 04 (quatro) equipamentos complementares em parceria com a SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) com previsão de entrega para o segundo semestre de 2015.

Código 825 – sequencial 6: **Meta Compartilhada: SENASP/DPF/DPRF**

Código 825 – sequencial 7: Foram contratados, em 2013, 30 (trinta) pontos de monitoramento via OCR, que estão sendo instalados com previsão de aditivo contratual de mais 08 (oito) pontos de monitoramento, totalizando a quantia de 38 (trinta e oito) pontos instalados e em funcionamento até fevereiro do ano de 2014.

Código 825 – sequencial 8: No ano de 2013 foi celebrado Contrato Administrativo com vistas à aquisição de software, o que se encontra em fase de execução. A equipe técnica estimula que a tecnologia adquirida esteja em pleno funcionamento até o mês de março do ano de 2014.

Código 825 – sequencial 9: **Meta Compartilhada: SENASP/DPF/DPRF**

### 3.2.1.3 Objetivo nº 830.

#### Quadro 3.2.1.3– Objetivo 830

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO			
<b>Descrição</b>	Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, assim como de outras Instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.		
<b>Código</b>	<b>830</b>	<b>Órgão</b>	SENASP/DPF/DPRF
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>	<b>Código</b>	<b>2070</b>

METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a) Prevista 2015	b) Realizada em 2013	c) Realizada até 2013	d) % Realização (c/a)
1	68.000 documentos produzidos através da	Documentos	68.000	7.557	18.767	27,6%

	metodologia prevista no Ciclo de Produção do Conhecimento de Inteligência (52.000 da Polícia Federal e 16.000 da Polícia Rodoviária Federal).					
2	Implantar 166 monitoramentos eletrônicos (OCR) - Sistema Alerta Brasil.	OCR	166	30	30	18,07%
3	Mapear as competências necessárias para o desempenho das atribuições da Polícia Rodoviária Federal, identificando os perfis adequados, em especial às atividades de liderança e gestão, bem como aperfeiçoar os mecanismos de avaliação de desempenho e valorização dos servidores.	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	n/a
4	Realizar ações de capacitação dos servidores da Polícia Rodoviária Federal, de modo a ajustar as competências institucionais, qualificando 85% dos servidores com no mínimo 30 horas aula de capacitação anual.	-----	0	0	0	0
5	Reformar as unidades operacionais de apoio ao policiamento rodoviário federal da Polícia Rodoviária Federal.	Não quantificável	n/a	n/a	n/a	n/a

**NOTA:** O PPA 2012-2015 não contemplou em sua estrutura a fragmentação da meta prevista para todo o período, razão pela qual o preenchimento de alguns campos da coluna referente à Meta

Física prevista para o exercício 2012 restou prejudicado.

### **Análise Situacional:**

Fonte: (SIOP - DPRF)

Código 830 – sequencial 1: **Meta Compartilhada: DPF/DPRF**

Código 830 – sequencial 2: Há a previsão de contratação de 100 pontos de monitoramento no segundo semestre do ano de 2014.

Código 830 – sequencial 3: Foram estabelecidas 4 etapas para o desenvolvimento do projeto de Gestão por Competências da PRF - GCPRF: Capacitação de servidores e definição dos Consultores da PRF; Definição das Competências Institucionais e realização de workshops com gestores, consultores e grupos focais (concluído); Mapeamento de competências propriamente dito; Identificação das Lacunas (GAP) de competências e Plano de Capacitação.

A PRF executa no momento, o mapeamento de competências em sentido estrito, com previsão de finalização em dezembro de 2014.

Código 830 – sequencial 4: Em 2013 foram realizadas diversas ações de capacitação, dentre elas, atendimento pré-hospitalar, atuação em controle de distúrbios, técnicas policiais de combate ao crime, perícia em acidentes de trânsito. Há também iniciativas de capacitação para gestores do órgão, com a oferta de participação em cursos de MBA (Master Business Administration), mestrado, outras pós-graduações e cursos de aperfeiçoamento em áreas específicas. Porém, cursos específicos de acordo com o mapeamento de competências institucionais, ainda não foram executados, pois o mapeamento das competências necessárias ainda esta na fase de execução.

Código 830 – sequencial 5:

Exercício 2012

Estão sendo reformadas as unidades: Leônidas Sisteroli, Catalão e Jataí em Goiás; Dourados, Corumbá, Nova Alvorada, Paranaíba, Guia Lopes de Laguna e São Gabriel D'oeste em Mato Grosso do Sul; Leopoldina e Capivari em Minas Gerais; Itaguaí, Angra dos Reis, Mambucada, Parati, Campo Grande, Belvedere e Morro do Coco no Rio de Janeiro; Lages, Joaçaba, Guaramirim, Rio Negrinho, Blumenau, Concórdia, Xanxerê e Maravilha em Santa Catarina; Milagres, Senhor do Bonfim, Capim Grosso, Itabuna, Camacan, Gandu, Seabra, Ibotirama, Divisa e Eunápolis na Bahia; Contorno, São Caetano, Serra Talhada, Trevo do Ibó e Santa Maria da Boa Vista em Pernambuco; Café do Vento na Paraíba. **Total de Reformas 43.**

Exercício 2013

Estão sendo reformadas as unidades: Delegacia Porangatu em Goiás; Posto Guaicurus, Posto Capey, Delegacia Coxim, Posto Três Lagoas, Posto Casa Verde, Posto Naviraí, Posto Caarapó e Posto Jaraguari em Mato Grosso do Sul; Posto João Monlevade e Posto Juiz de Fora em Minas Gerais; Delegacia Lages e Delegacia Mafra em Santa Catarina; Posto Campo Redondo no Rio Grande no Norte; Posto Açailândia, Posto Araguañã e Posto Peritiró no Maranhão; Posto Guaraí e Posto Palmeiras em Tocantins; Posto Presidente Figueiredo no Amazonas; Posto Oiapoque no Amapá. **Total de Reformas 21.**

3.2.1.4 Objetivo nº 832.

**Quadro 3.2.1.4 – Objetivo 832**

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETIVO						
<b>Descrição</b>	Implementar o Plano Nacional para a Segurança em Grandes Eventos, dotando as Instituições de Segurança Pública dos recursos necessários para a integração das ações e execução dos projetos.					
<b>Código</b>	<b>832</b>	<b>Órgão</b>	SESGE/DPRF/SENASP			
<b>Programa</b>	<b>Segurança Pública com Cidadania</b>		<b>Código</b>	<b>2070</b>		
METAS QUANTITATIVAS NÃO REGIONALIZADAS						
Sequencial	Descrição da Meta	Unidade medida	a)Prevista 2015	b)Realizada em 2013	c)Realizada até 2013	d)% Realização (c/a)
1	Capacitar 5.000 Policiais Rodoviários Federais em ações específicas voltadas para grandes eventos.	Servidores	5.000	4.635	4.635	92,7%

Análise Situacional:

Fonte: (SIOP - DPRF)

Código 832 – sequencial 1: Foram capacitados 4635 Policiais Rodoviários Federais em 2013. Para as capacitações foram utilizados recursos ordinários da PRF e não orçamento específico para Grandes Eventos. Apesar de não serem cursos específicos, são cursos que

possuem relevância para as ações de segurança durante os Grandes Eventos, como Cursos para Controle de Distúrbio, Técnicas Policiais de Combate ao Crime, Motociclista batedor e policial, Operações de Inteligência, Operadores de Voo e Atendimento Pré-Hospitalar.

### 3.2.2 Ações

#### 3.2.2.1 Ações – OFSS

Este quadro não será preenchido pela Regional, uma vez que a unidade jurisdicionada não tem a seu cargo a execução da integralidade dos valores consignados a nenhuma ação, mas apenas a um ou mais subtítulos. Assim, somente será preenchido o quadro A.2.2.3.2, conforme Portaria TCU 175, de 09/07/2013.

#### 3.2.2.2 Ações/Subtítulos - OFSS

##### 3.2.2.2.1 – Ação 2723

Identificação da Ação							
Código	2723					Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	POLICIAMENTO OSTENSIVO NAS RODOVIAS E ESTRADAS FEDERAIS						
Iniciativa	03EH - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	0833 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			Código: 2070		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim		(X) Não		( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - Nacional		3.180.659,20	3.180.651,17	2.863.356,11	2.836.752,61	26.603,50	333.505,50
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do	Descrição da meta		Unidade de		Montante		

subtítulo/ Localizador		medida	Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0001 - Nacional	Procedimento realizado	unidade	16.724.803	16.788.395	16.788.395	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>						
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001 - Nacional	532.781,81	501.278,39	-15.292,98			

- **A dotação final, corresponde à provisão recebida pela UJ**
- **Meta física correspondente ao DPRF**

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Diárias	1.038.510,16	-	1.038.510,16
Material de Consumo	1.716.784,92	-	1.500.421,59
Passagens	60.719,50	-	45.517,86
Outros serviços de terceiros PJ	283.052,09	-	252.233,00
Despesas de exercícios anteriores	22.312,50	-	Insc. RPNP

### **Análise Situacional:**

(Fonte: CGO)

\*Análise em âmbito nacional

Em 2013 todas as grandes operações nacionais foram planejadas com ambiciosas metas regionais de fiscalização de pessoas e veículos. Durante estas operações, as metas foram acompanhadas diariamente e cobradas o seu cumprimento de todos os gestores responsáveis. Fora dada ênfase à fiscalização de alcoolemia, ultrapassagem proibida e excesso de velocidade, o que redundou em diminuição de mortes comparando 2013 e 2012, tanto em números absolutos como em números relativos levando-se em conta o aumento da frota nacional, conforme tabela abaixo:

Resultados finalísticos de trânsito		
	2012	2013
<b>Acidentes</b>	184.516	186.535
<b>Mortos</b>	8.660	8.422
<b>Frota nacional de veículos</b>	76.137.191	81.600.729
<b>Taxa de acidentes</b>	2.423	2.285
<b>Taxa de mortalidade</b>	114	103
<b>% Aumento de acidentes - Números absolutos</b>		1,09%
<b>% Redução de mortos - Números brutos</b>		-2,75%
<b>Varição da taxa de acidentes</b>		-5,70%
<b>Varição da taxa de mortalidade</b>		-9,26%

## 3.2.2.2.2 – Ação 2000

Identificação da Ação							
Código	2000					Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE						
Iniciativa	Não se aplica						
Objetivo	Não se aplica						
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENCAO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Código: 2112		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - Nacional		3.501.051,54	3.491.966,11	2.941.691	2.940.796,36	894,80	637.929,39
0029 – No Estado da BA		427.809,80	427.809,80				427.809,80
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	NÃO SE APLICA						

0029 – No Estado da BA	<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>					
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
0001 - Nacional	786.364,83	640.268,90	-58.441,49			

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Outros benefícios assistenciais do servidor	61.392,89	-	61.392,89
Diárias	294.551,06	-	294.551,06
Material de Consumo	157.500,35	-	89.193,39
Passagens	83.113,44	-	70.199,68
Locação de mão de obra	1.497.351,86	-	1.219.351,23
Outros serviços de terceiros PJ	1.198.333,52	-	1.063.723,73
Obrigações tributárias e contributivas	25.266,61	-	22.326,44
Despesas de exercícios anteriores	12.282,88	-	12.282,88
Indenizações e restituições	89.752,06	-	89.752,06
Outros serviços de terceiros PJ intra orçamentária	30.001,00	-	13.223,00

### Análise Situacional:

(Fonte: DIPLAN/CGA)

São custeadas nesta ação todas as despesas com a área meio do Órgão: material de consumo, diárias administrativas, serviços públicos, terceirização, locação de bens móveis e imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos.

Nos últimos anos, os valores alocados não permitem o atendimento satisfatório das demandas, comprometendo o funcionamento das atividades administrativas e conseqüentemente de toda a PRF.

O quadro de servidores administrativos reduzido e a expansão gradual das atividades da PRF implicam em acréscimos constantes na despesa com a contratação de terceirizados, que representa a maior despesa da ação.

Por conta das deficiências estruturais nas Sedes Administrativas das Superintendências Regionais, a despesa com locação de imóveis tem elevado anualmente.

No exercício de 2013, a Ação 2524 – Capacitação dos Servidores da Polícia Rodoviária Federal foi transformada no Plano orçamentário 0002 da Ação Administração da Unidade, o que facilitou a gestão dos recursos.

## 3.2.2.2.3 – Ação 200G

Identificação da Ação							
Código	200G					Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMA DAS INSTALACOES FISICAS DA POLICIA RODOVIARIA FEDERAL - NACIONAL						
Iniciativa	30E1 - Provimento de infraestrutura adequada para os órgãos policiais da União e promoção da atualização tecnológica, aparelhamento e manutenção das soluções implementadas (DPF).						
Objetivo	0830 - Propiciar a atuação de excelência dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, assim como de outras instituições, com ênfase no aprimoramento de suas estruturas físicas, organizacionais e modelos de gestão, do desenvolvimento de sistemas de informação e bancos de dados, do fortalecimento da atividade de inteligência e reestruturação e modernização do sistema de produção da prova material.						
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim	( X ) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
		201.868,54	201.868,54				201.868,54
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
	Obra realizada		unidade	3	0	0	
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.

### **Análise Situacional:**

(Fonte: DIPLAN/CGA)

A ação 200G – Construção, Ampliação e Reforma das Instalações Físicas da Polícia Rodoviária Federal destina-se a investimentos e manutenções nas Unidades Operacionais e Sedes Administrativas, as quais têm a finalidade de abrigar os servidores públicos no exercício de suas funções e disponibilizar ao cidadão um atendimento digno para obtenção de seus direitos.

Pela característica de grande ramificação da instituição, a qual está efetivamente presente nos rincões mais longínquos do país, advém a necessidade de um extenso número de instalações físicas prediais para a consecução da finalidade.

A PRF possui atualmente cerca de 600 unidades prediais, número composto por Sedes Administrativas e Unidades Operacionais. Além disso, há ainda trechos de rodovias federais de relativa importância que não possuem Unidades, dificultando o desenvolvimento das Ações de Policiamento Rodoviário Federal, o que causa um clamor social crescente, demandando do Órgão investimentos contínuos na implantação de unidade consideradas operacionalmente prioritárias.

Considerando a necessidade de se reformar imóveis pelo menos a cada 05 anos e considerando a vida útil média destes de 40 anos, tem-se a necessidade de reforma para pelo menos 10% das unidades a cada ano e reconstrução de pelo menos 1% delas. Assim, seria necessário reformar 60 unidades e reconstruir 06 anualmente. Soma-se a isso um déficit acumulado ao longo de anos das gestões anteriores por falta de disponibilidade orçamentária ou por outras deficiências de execução ligadas a fatores gerenciais diversos.

Postas as informações acima, restou ao Órgão a gestão de uma dotação autorizada insuficiente para a consecução do objetivo da Ação Orçamentária, fazendo com que as prioridades fossem tratadas de forma contingenciada ao longo do exercício 2013.

Desta forma, a 10ª SPRF/BA acabou deixando de executar as reformas previstas para o exercício.

Cabe ressaltar ainda a proibição de novas contratações de reformas prediais imposta pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão através da Portaria nº 268/2013-MPOG que trouxe grandes transtornos à execução das licitações em desenvolvimento na UJ, as quais ficaram parcialmente sobrestadas até a pertinente autorização ministerial para prosseguimento que foi publicada no Diário Oficial da União do dia 11 de novembro de 2013 através da Portaria nº 428/2013-MPOG.

## 3.2.2.2.4 - Ação 8698

Identificação da Ação							
Código	8698			Tipo: ATIVIDADE			
Descrição	MANUTENCAO E MODERNIZACAO DOS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - NACIONAL						
Iniciativa	03E1 - Fortalecimento da capacidade de enfrentamento à criminalidade e à violência no trânsito, no âmbito das rodovias federais, por meio do aprimoramento das operações especiais e de inteligência e do aprimoramento das ações de fiscalização e educação para o trânsito, envolvendo o cidadão e outras organizações da sociedade civil, visando à mudança de comportamento em busca de um trânsito mais seguro.						
Objetivo	0830 - Fortalecer a segurança viária e a educação para o trânsito, ampliando a capacidade de policiamento, monitoramento e fiscalização nas rodovias federais e integrando ações relacionadas à temática.						
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA			Código: 2070		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( )		( ) Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		1.220.354,87	1.220.352,84	0,00	965.331,66		278.291,23
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL	Sistema mantenido	percentual	90	87	87		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL	1.032.774,50	416.414,56	-593.089,89				

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- Meta Física do DPRF.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Material de Consumo	72.331,10	-	71.507,80

Outros serviços de terceiros PJ	1.137.780,17	-	883.582,29
Despesas de exercícios anteriores	10.241,57	-	10.241,57

**Análise Situacional:**

(Fonte: CGPLAM)

O crescente processo de modernização da Polícia Rodoviária Federal é fator essencial para uma efetiva prestação de serviço à população. São necessários Sistemas de comunicação eficazes disponíveis para o público interno e externo. Todos os registros policiais, sejam de crimes ou de fiscalização de trânsito precisam de tratamento célere e seguro.

Nesse sentido a PRF tem em desenvolvimento vários Projetos Estratégicos e Setoriais que visam a modernização e manutenção do Sistema de Tecnologia da Informação e comunicação. Esses Projetos têm demandado grandes investimentos e conseqüentemente consideráveis aumentos na necessidade de custeio do Órgão.

Todavia, temos observado o movimento inverso. Temos recebido aportes de orçamento nas Ações prioritárias que têm limitações regionais em sua aplicação e as Ações ordinárias têm recebido dotações em níveis históricos cada vez menores, dificultando a gestão.

A Ação de TIC da PRF foi insuficiente para a atualização de links de rede de muitas unidades operacionais que ainda se encontram com velocidades de 128kbps, totalmente desatualizados, frente à realidade atual de sistemas e bancos de dados cada vez maiores.

A edição da Portaria nº 268/2013-MPOG trouxe ainda maiores problemas à gestão, haja vista a imposição de limitações na execução de custeio, determinando inclusive naturezas de despesas detalhadas específicas nas quais deveriam ser feitos cortes, impactando diretamente a Tecnologia da Informação e Comunicação. Assim, a Ação que já contava com dotação insuficiente, foi impedida na execução de 100% da dotação de custeio disponibilizada.

## 3.2.2.2.5 – Ação 20UB

Identificação da Ação			
Código	20UB	Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO		
Iniciativa	00WD - FISCALIZACAO DE SERVICOS DE TRANSPORTE RODOVIARIO		
Objetivo	0280 - Propiciar maior segurança ao usuário e a conservação da infraestrutura rodoviária, por meio da fiscalização e utilização de sistemas e equipamentos de controle dos limites de velocidade e de pesagem contínua.		
Programa	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Código: 2075	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	39250 - AGÊNCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT		

Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		287.467,92	287.467,92				287.467,92
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL	Veículo fiscalizado	unidade	6.00.000		8.056.978		
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.

## 3.2.2.2.6– Ação 2907

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	2907				Tipo: ATIVIDADE		
Descrição	FISCALIZACAO DA EXPLORACAO DA INFRAESTRUTURA RODOVIARIA - NACIONAL						
Iniciativa	009T - FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO DE CENSOIRES NO TRANSPORTE RODOVIÁRIO						
Objetivo	0130 - Ampliar a oferta da prestação de serviços aos usuários das Rodovias Federais, proporcionando mais segurança e qualidade do deslocamento, por meio de contratos de concessão, desconcentrando a gestão da malha.						
Programa	TRANSPORTE RODOVIÁRIO		Código: 2075		Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	39250 - AGÊNCIA NAC. DE TRANSPORTES TERRESTRES - ANTT						
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Não	Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria		
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados

0001 - NACIONAL		160.000,00	160.000,00				160.000,00
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Material de Consumo	103.746,45	-	INSC RPNP
Outros serviços de terceiros PJ	56.253,55	-	INSC RPNP

## 3.2.2.2.7– Ação 201C

Identificação da Ação						
Código	201C			Tipo: ATIVIDADE		
Descrição	ESTRATEGIA NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA NAS FRONTEIRAS - ENAFRON - NACIONAL					
Iniciativa	03D0 -IMPLEMENTAÇÃO DA ESTRATEGIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICAS NAS FRONTEIRAS PARA O MONITORAMENTO DAS REGIOES FRONTEIRICAS E AMAZONIA LEGAL, BEM COMO PARA A AMPLIAÇÃO DA PRESENÇA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E OUTRAS INSTITUIÇÕES NESSAS REGIÕES.					
Objetivo	0825					
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA		Código: 2070	Tipo: Temático		
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL					
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Nº do subtítulo/	Dotação	Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013		

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		167.023,35	167.023,35	148.197,43	148.197,43		18.825,92
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL	Operação Apoiada		10	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Diárias	111.938,00	-	111.938,00
Passagens	50.495,00	-	36.259,43
Equipamentos	4.590,35	-	4.590,35

## 3.2.2.2.8 – Ação 7U23

Identificação da Ação			
Código	7U23	Tipo: PROJETO	
Descrição	IMPLEMENTACAO DO PLANO NACIONAL DE SEGURANCA PUBLICA PARA A REALIZACAO DOS GRANDES EVENTOS - NACIONAL		
Iniciativa	03EE - ADEQUAR OS SERVIÇOS PRESTADOS PELOS ÓRGÃOS E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÁ PÚBLICA PARA O AUMENTO DA DEMANDA OCACIONADA PELOS GRANDES EVENTOS, COM PROPRIEDADE PARA AS SEDES DA COPA DE 2014.		
Objetivo	0832 - IMPLEMENTAR O PLANO NACIONAL PARA A SEGURANÇA EM GRANDES EVENTOS, DOTANDO AS INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICAS DOS RECURSOS NECESSARIOS PARA A INTEGRAÇÃO DAS AÇÕES E EXECUÇÃO DOS PROJETOS.		
Programa	SEGURANÇA PÚBLICA COM CIDADANIA	Código:2070	Tipo: Temático
Unidade Orçamentária	30101 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA		
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC ( ) Brasil sem Miséria

Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		866.220,19	866.220,19	467.685,62	467.685,62		398.534,57
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Diárias	111.938,00	-	111.938,00
Passagens	50.495,00	-	36.259,43
Equipamentos	4.590,35	-	4.590,35

3.2.3.9- Ação 2004

Identificação da Ação			
Código	2004	Tipo: ATIVIDADE	
Descrição	ASSISTENCIA MEDICA E ODONTOLOGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES - NACIONAL		
Iniciativa	Não se aplica		
Objetivo	Não se aplica		
Código	Tipo:		
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA	Código:2112	Tipo: Gestão e Manutenção
Unidade Orçamentária	30107 - DEPARTAMENTO DE POLICIA RODOVIARIA FEDERAL		

Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		228,00	228,00	228,00	228,00		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

3.2.2.2.10- Ação 14VN

<b>Identificação da Ação</b>							
Código	14VN			Tipo: PROJETO			
Descrição	APOIO A REALIZACAO DE GRANDES EVENTOS - NACIONAL						
Iniciativa	(Sem descrição)						
Objetivo	(Sem descrição)						
Programa	PROGRAMAM DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO			Código: 2125	Tipo: Gestão e Manutenção		
Unidade Orçamentária							
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC	( ) Brasil sem Miséria			
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>							
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		898.219,57	898.219,57	898.219,57	898.219,57		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Diárias	630.780,28	-	630.780,28
Material de Consumo	211.776,92	-	211.776,92
Passagens	51.690,37	-	51.690,37
Outros serviços de terceiros PJ	3.972,00	-	3.972,00

## 3.2.2.2.11– Ação 8785

Identificação da Ação						
Código	8785			Tipo: ATIVIDADE		
Descrição	GESTAO E COORDENACAO DO PROGRAMA DE ACELERACAO DO CRESCIMENTO - PAC - NACIONAL					
Iniciativa	(Sem descrição)					
Objetivo	(Sem descrição)					
Programa	PROGRAMA DE GESTÃO E MANUTENÇÃO DO MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES		Código: 2126		Tipo: Gestão e Manutenção	
Unidade Orçamentária	Não se aplica					
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria	
<b>Lei Orçamentária Anual - 2013</b>						
<b>Execução Orçamentária e Financeira</b>						
Nº do	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2013	

subtítulo/ Localizador	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
0001 - NACIONAL		81.535,48	81.535,48	81.535,48	81.535,48		
<b>Execução Física da Ação - Metas</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0001 - NACIONAL							
<b>Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores</b>							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0001 - NACIONAL							

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Diárias	81.535,48	-	81.535,48

## 3.2.2.2.12– Ação 8761

Identificação da Ação							
Código	8761				Tipo: ATIVIDADE		
Descrição	SERVICO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGENCIA - SAMU 192 - NO ESTADO DA BAHIA						
Iniciativa	Expansão e qualificação do serviço de atendimento móvel de urgência (SAMU) para cobertura e autuação regional.						
Objetivo	Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de UPA's, SAMU, PS e centrais de regulação articulando a com as outras redes de atenção.						
Programa	APERFEIÇOAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).			Código: 2015		Tipo: Temático	
Unidade Orçamentária	36901 - FUNDO NACIONAL DE SAÚDE						
Ação Prioritária	( ) Sim	(X) Não	Caso positivo: ( ) PAC		( ) Brasil sem Miséria		
Lei Orçamentária Anual - 2013							
Execução Orçamentária e Financeira							
Nº do subtítulo/	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não

Localizador							Processados
0029 – NO ESTADO DA BAHIA							9.842,40
Execução Física da Ação - Metas							
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta	Unidade de medida	Montante				
			Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0029 – NO ESTADO DA BAHIA							
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
	Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
0029 – NO ESTADO DA BAHIA	18.725,25	8.882,85	0,00				

- A dotação final corresponde à provisão recebida pela UJ.
- UJ não possui meta física para essa ação.

Descrição do gasto	Previsto	Reprogramado	Realizado
Material de socorrismo	18.725,25	-	18.725,25

#### 4 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

##### 4.1 Estrutura de governança

As características e peculiaridades dos trabalhos realizados no âmbito da Administração Pública estão intimamente ligadas às questões da governança, que guardam estreita relação com a gestão de políticas públicas, o exercício de poder de polícia, o controle das execuções orçamentárias, dentre outros.

A governança pública demanda que os governos sejam mais eficazes, não apenas com uma atuação expressiva de sua capacidade de gestão, mas também respeitando os normativos e valores de uma sociedade democrática.

Neste sentido, vejamos alguns conceitos de Governança Pública:

*“Governança Pública é mais do que uma forma eficaz e eficiente de executar o ‘negócio governo’, ela está relacionada à legalidade e legitimidade, sendo mais do que valores estritamente empresariais. Governança pública é uma atividade complexa que envolve o ‘governo’ de complexas redes sociais nos setores políticos.”*

KICKERT, 1997 (p.732)

*“Governança Pública é a proteção da inter-relação entre gestão, controle e fiscalização por organizações governamentais e por organizações criadas por autoridades governamentais, visando à concretização dos objetivos políticos de forma eficiente e eficaz, bem como a comunicação aberta e a prestação de contas, para benefício das partes interessadas.”*

TIMMERS, 2000 (p. 9)

*“Governança pública é um processo dinâmico pelo qual se dá o desenvolvimento político e através do qual a sociedade civil, o estado e o governo organizam e gerem a vida pública.”*

BRESSER-PEREIRA, 2001 (p.8)

Diante do contido nos conceitos acima epigrafados, pode-se concluir, em apertada síntese, que o objetivo implícito da Governança Pública é a gestão de recursos públicos para concretizar objetivos políticos e atender o interesse coletivo.

No âmbito deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal, cumpre salientarmos que, as boas práticas administrativas implementadas pela Administração Central do Órgão possibilitam uma gestão dos recursos disponíveis (de pessoal, material, orçamentário e financeiro) de maneira transparente, legítima e acobertada pelos mandamentos legais vigentes, tudo, com vistas ao pleno alcance dos objetivos traçados.

A opção por uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona à PRF uma crescente melhora na qualidade de sua execução orçamentária, o que culmina com o aprimoramento dos serviços prestados à sociedade.

Neste sentido, cumpre registrarmos que nos últimos 03 (três) anos (2011-2013), o quantitativo de mortos e feridos em acidentes de trânsito nas rodovias federais, reduziu

consideravelmente, passando de 8.669 (M) e 106.801 (F) em 2011, para 8.416 (M) e 103.544 (F) em 2013.

Outro dado importante a ser destacado repousa no fato de que, entre 2011 e 2013, as relações acidente/frota veicular do Brasil, feridos/frota veicular do Brasil, e mortos/frota veicular do Brasil demonstram uma constante redução dos números, passando de 0,0027, 0,0015 e 0,0012, em 2011, para 0,0023, 0,0013 e 0,0010, em 2013.

Por fim, esclarecemos que este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, mesmo não contemplando em sua atual estrutura organizacional uma área encarregada especificamente pelo Controle Interno do Órgão, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UJ é subordinada, esta ausência não compromete a regularidade e sucesso dos trabalhos desenvolvidos pela PRF.

A observância dos preceitos legais, o respeito ao interesse coletivo e o comprometimento dos gestores do Órgão fazem com que o planejamento traçado pela Administração Central seja cumprido de maneira eficiente e eficaz.

Sem prejuízo a isso, ressaltamos que a PRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma estrutura mais adequada às especificidades e competências do Órgão, conforme Projeto de reestruturação do DPRF, o que proporcionará melhoras significativas nos processos conduzidos pela Instituição.

#### 4.2 Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

##### Quadro I – Avaliação do Sistema de Controles Internos

Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ					
ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		

4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X		
<b>Avaliação de Risco</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					X
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de				X	

fragilidades nos processos internos da unidade.					
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>

28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		

Análise Crítica:

Preliminarmente, cumpre registrarmos que esta Administração PRF compreende a relevância e pertinência da operacionalização de um adequado sistema de controle interno, o que permite potencializar as informações necessárias com o propósito de fazer análises de natureza procedimental, econômica, financeira, física e de produtividade, concernentes ao gerenciamento dos recursos públicos disponíveis e executados.

Como função administrativa, o controle precisa de um sistema de informação e avaliação, com a finalidade de assegurar o cumprimento do planejado, sob pena de a condução dos negócios públicos se transformarem em uma mera improvisação.

Embora este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, atualmente, não possua em sua estrutura organizacional uma Área com atribuições específicas voltadas para a implementação e acompanhamento do Sistema de Controle Interno, o que se encontra presente no âmbito do Ministério da Justiça, Unidade a qual esta UG é subordinada, estes trabalhos não se encontram prejudicados, pois a PRF é constantemente auditada pela Controladoria Geral da União – CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental, o que permite a realização das análises e acompanhamentos devidos.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado todos os esforços possíveis no sentido de dotar a Instituição de uma área própria de assessoramento de controle interno, conforme Projeto de reestruturação do DPRF.

Quanto ao código de conduta, informamos que este DPRF orienta seus servidores pelo Decreto Nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Tal instrumento (que por se tratar de dispositivo legal em vigor, já pressupõe prévio conhecimento por parte dos servidores públicos) é abordado na disciplina Ética e Cidadania, do Curso de Formação Profissional do DPRF. Além disso, alguns de seus preceitos são comumente reiterados pela Comissão de Ética do DPRF (cujos membros são designados por Portaria Interna) e através de ações de Corregedoria Participativa. Destaca-se em 2013 a realização de capacitação para gestores da PRF (Direção-Geral e Superintendentes) acerca

da temática Ética no Serviço Público.

**Escala de valores da Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **não observado** no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua minoria**.

**(3) Neutra:** Significa que **não há como avaliar** se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é **parcialmente observado** no contexto da UJ, porém, **em sua maioria**.

**(5) Totalmente válido.** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente **observado** no contexto da UJ.

#### 4.3 Sistema de Correição

Considerando a divisão dos trabalhos correccionais em um núcleo operacional e na seção administrativa, a gestão correccional buscou aliar estes dois ramos numa administração central, com a realização de investigação e acompanhamento com as atividades de inteligência correccional, assim como a administração dos procedimentos disciplinares, e o acompanhamento gerencial dos serviços desenvolvidos pelas Delegacias e pelos servidores da atividade fim.

Desta forma, a Corregedoria Regional desenvolveu suas atividades de forma contínua, na tentativa de consolidar mais uma vez os resultados alcançados anteriormente, mas sem deixar de inovar e propor soluções para as demais áreas da administração regional. Sobre as atividades passamos a discorrer.

##### 4.3.1. Acompanhamento Gerencial de Serviço (AGS)

Durante o ano foi dada continuidade ao programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS nas Delegacias de nossa Regional, porém com um menor comprometimento dos respectivos chefes, totalizando 359 (trezentos e cinquenta e nove) servidores auditados em 112 (cento e doze) relatórios emitidos.

Em 2013 coube ainda à Corregedoria Regional orientar e supervisionar as delegacias regionais na execução do programa de Acompanhamento Gerencial de Serviço – AGS. Houve a realização de 34 (trinta e quatro) visitas pela Corregedoria Regional a Postos e Equipes PRF's, com mais 92 (noventa e dois) servidores auditados.

O AGS busca afastar da seara correcional erros e falhas meramente administrativas que possam ser corrigidas de maneira gerencial, por parte das chefias imediatas. Neste sentido a Corregedoria Regional buscou durante suas visitas acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, identificou pontos frágeis, relatando ao Sr. Superintendente aquilo que entendeu irregular, e propôs soluções para os casos. Tal trabalho mostra resultado significativo, porém não é factível o acompanhamento constante por parte da Corregedoria Regional, diante da escassez de efetivo, devendo o trabalho ser acompanhado diretamente pelas chefias imediatas.

#### 4.3.2. Aproximação das Corregedorias com as Comissões de Ética

Apesar de sua previsão regimental, a Comissão de Ética Regional não possui uma atuação efetiva, e somente foram enviados (04) quatro procedimentos para apuração neste âmbito. Espera-se uma maior atuação desta comissão no próximo exercício, pois também pode auxiliar bastante nos resultados esperados pela Corregedoria Regional.

#### 4.3.3. Execução de atividades pelo NUAI

O Núcleo de Assuntos Internos (NUAI/BA) vem desempenhando o trabalho na área de investigação preliminar, tendo contado, na maior parte do exercício de 2013, com apenas 02 (dois) servidores para execução de suas atribuições. Vale destacar que, no cumprimento de suas atribuições, o Núcleo de Assuntos Internos contou sempre com a colaboração de alguns servidores com curso de capacitação na área de Investigação Correcional e de outros que, apesar de não serem capacitados, tem grande disposição para auxiliar o NUAI em sua missão.

As investigações preliminares são de vital importância à realização do trabalho correcional, pois busca filtrar as denúncias que não contém substância suficiente para alicerçar a instauração de um procedimento administrativo, ao mesmo tempo que figura como espécie de inquérito administrativo, onde são colhidas provas indiciárias que mais tarde sustentarão possível acusação ao servidor que tenha cometido infração disciplinar.

Coube ao NUAI ainda a substituição da presidência, controle e execução dos trabalhos de investigação social dos candidatos do concurso PRF de 2013. Tal atividade exigiu grande disponibilidade dos servidores.

#### 4.3.4. Movimentação cartorária e SISCOR

No final do ano de 2012 havia 38 (trinta e oito) processos pendentes na CR/BA, terminando o ano de 2013 com 46 (quarenta e seis) processos, o que representa um sutil acréscimo.

Diante disto, destaca-se a quantidade de processos com base no número de servidores lotados na Regional, por serem, via de regra, referências proporcionais. Neste quesito, em 2010, aparece a relação de 0,07 processos por servidor, o que representa uma redução da ordem de 22% (vinte e dois por cento), já que ao final de 2009 havia a relação de 0,09 processos por servidor. Em 2011, foi mantido o percentual de 0,07 processos por servidor. Já em 2012, apesar do acréscimo em números absolutos, o percentual reduziu a 0,06 processos por servidor. Por fim, em 2013 tal índice chegou a 0,08, o que demonstrou um novo aumento.

Cabe aqui destacar outros números cartoriais: quanto aos processos encerrados, estes perfizeram um total de 72 (setenta e dois) em 2013. Quanto a instaurações de PAD, SAD, ou SAI, tivemos um total de 27 (vinte e sete) procedimentos instaurados, terminando o ano com 07 (sete) procedimentos a serem instaurados, o que demonstra um equilíbrio neste índice, e que foi citado no relatório do exercício anterior pela necessidade de atenção no acompanhamento.

Por fim, ressaltamos que foram julgados 03 (três) recursos administrativos, sendo todos indeferidos.

Quanto à redução de ocorrências geradoras, foram autuados no ano de 2013, 80 (oitenta) procedimentos, o que demonstra um leve acréscimo, já que em 2012 haviam sido autuados 63 (sessenta e três). Porém, o número ainda se encontra menor daquele encontrado em 2011, e dentro de uma faixa de equilíbrio.

A movimentação cartorária acima descrita é acompanhada da alimentação de dois sistemas de informações. O SISCOR, no âmbito do DPRF e o CGU-PAD, no âmbito da administração pública federal.

#### 4.3.5. Dos Procedimentos Disciplinares

Durante o exercício de 2013 foram instaurados 04 (quatro) Processos Administrativos Disciplinares e 23 (vinte e três) Sindicâncias Administrativas Disciplinares (SAD). Aqui percebe-se uma mudança radical na atuação da Corregedoria, pois nos anos anteriores eram ínfimas as SADs em relação aos PADs (em 2012 foram somente 02 SADs). Tal postura se reflete em um maior controle na instauração do procedimentos disciplinares, pois a SAD prevê prazos menores para conclusão e causa prescrição também num lapso temporal menor, o que resguarda o direito do acusado em ser legalmente processado pelo instrumento que lhe melhor atende.

Quanto às penalidades, foram 03 (três) advertências, 07 (sete) suspensões e 01 (uma) cassação de aposentadoria, além de mais 08 (oito) absolvições.

Pela análise dos números cartoriais, e dada a experiência na área, verificamos que a apuração de procedimentos disciplinares por comissões apresenta pior qualidade quando realizado por comissões não permanentes, sendo este fato amplamente difundido entre as Corregedorias Regionais. A dedicação dos servidores às atribuições inerentes à atividade fim, ou aos trabalhos administrativos cotidianos, acabam por tirar dos membros da comissão a capacidade de dedicação eficiente aos trabalhos de instrução, pois constantemente são cobrados resultados por suas chefias, e não encontra o servidor suporte logístico adequado para desempenhar todas as atribuições cotidianas e ainda participar de CPAD, sendo muitas vezes tido como pouco trabalhador, o que na verdade se mostra de maneira invertida. Esta situação acaba por desestimular os servidores a comporem comissões de processos administrativos, pois muitas vezes se veem prejudicados pela atividade.

A própria Corregedoria Geral já se manifesta favoravelmente à designação de comissões permanentes como forma de dar celeridade, qualidade e eficiência aos trabalhos das Corregedorias, tendo Regionais com 02 ou até 03 comissões permanentes designadas. Conforme previsto no exercício anterior, conseguimos implantar, em partes, a ideia original, pois um servidor foi designado como membro permanente de comissões disciplinares, se dedicando de maneira integral a este trabalho. Tal aspecto trouxe bom resultado porque foram instaurados 27 (vinte e sete) procedimentos em 2013, contra somente 12 (doze) em 2012.

#### 4.3.6. Reestruturação da Corregedoria Regional e do Núcleo de Assuntos Internos.

A Corregedoria Regional, durante o exercício de 2012, contou com o efetivo de 07 (seis) servidores, contabilizados aí os 03 (três) servidores lotados no Núcleo de Assuntos Internos. De acordo com estudo realizado pela Corregedoria Geral o total ideal de servidores PRF's na CR/10ª SRPRF/BA é de 09 (nove) servidores, sendo 05 (cinco) lotados especificamente no NUAI/BA.

#### 4.3.7. Capacitação em procedimento administrativo disciplinar

Não foram disponibilizadas vagas para treinamento em PAD no curso da CGU durante o ano de 2013. Porém, 03 (três) servidores foram capacitados no curso de análise de procedimentos disciplinares e 01 (um) no curso avançado em procedimentos disciplinares. Ambos os cursos foram oferecidos pela Corregedoria Geral da PRF.

Quanto ao Núcleo Operacional, não houve a realização de curso de Inteligência Correcional, o que está programado para o início deste novo exercício.

#### 4.3.8. Conclusão

Houve a continuidade do procedimento de escaneamento dos processos da CR/BA, a partir da chegada do equipamento nesta Seção, o que gerou menos custos com cópias e tempo dos servidores, já que todos os processos são digitalizados e quando solicitadas cópias, estas já estão disponíveis imediatamente aos interessados.

Diante das observações verificadas, concluímos que houve um atingimento satisfatório das metas outrora estabelecidas. Aquelas insuficientes serão alcançadas no ano corrente, através das ações que compõem o Planejamento Correcional 2014.

Contribuiu ainda para esses resultados a consolidação dos programas Corregedoria Participativa e Acompanhamento Gerencial de Serviço, e a experiência da equipe que integra os quadros da Corregedoria Regional.

#### 4.4 Cumprimento pela instância de Correição da Portaria nº 1.043/2007 da CGU

No sistema CGU-PAD, são lançados somente os procedimentos que geram instaurações de sindicâncias ou PAD's, estando todos os processos lá inseridos nos termos dos incisos do art. 4º da Portaria CGU nº 1.043/2007. Os lançamentos são realizados e devidamente concluídos após a conclusão das sindicâncias ou PADs. Ocorre que, devido à parca quantidade de servidores lotados na CR, somente um destes faz os lançamentos no sistema CGU-PAD, e considerando a pouca facilidade que o sistema proporciona na sua alimentação, optamos por lançar os dados somente ao final dos processos, não sendo lançados os fatos ou atos de forma concomitante à sua ocorrência.

#### 4.5 Indicadores para monitoramento e avaliação do modelo de governança e efetividade dos controles internos

Preliminarmente, cumpre registrar que os trabalhos desenvolvidos pela Administração Central deste Departamento de Polícia Rodoviária Federal possibilitam a implementação/consolidação de uma gestão transparente, legítima, eficiente e acobertada pelos mandamentos legais vigentes.

A adoção, pela PRF, de uma Gestão com fortes traços de Governança proporciona ao Órgão uma evolução significativa na qualidade e quantidade dos serviços prestados à sociedade.

Neste norte, considerando a necessidade de se acompanhar a problemática da violência no trânsito das rodovias federais, de modo a avaliar a efetividade das ações institucionais da PRF, foram definidos os indicadores **Taxa de Mortalidade e Taxa de**

## Acidentes Graves.

A Taxa de Mortalidade e a Taxa de Acidentes Graves equivalerão ao número de mortes e o número de acidentes graves, respectivamente, por um milhão de veículos, considerando-se a frota nacional de veículos de acordo com as informações fornecidas pelo DENATRAN.

Paralelamente a isso, objetivando o monitoramento das condições de trafegabilidade das rodovias federais, pontuando as interferências à livre circulação do trânsito nas BR's e identificando as providências adotadas pela PRF, criou-se o indicador **Interdição de Rodovia**, que resultará da ponderação da tabulação dos dados dessas interferências na via.

Assim, serão considerados na formulação desse índice fatores como a duração e o nível de interferência, o VMD (Volume Médio Diário de veículos) do trecho observado, o nível de dificuldade de restabelecer o fluxo de trânsito, entre outros fatores.

Com intuito de se verificar a contribuição da PRF para a redução da criminalidade e da violência no país, criou-se os indicadores **Pessoas Detidas, Veículos Recuperados** e do **Quadro de Apreensões de drogas, contrabando e descaminho, armas e relacionadas a crimes ambientais**.

Para aferir o nível de percepção de segurança dos usuários das rodovias federais foi criado o indicador **Percepção de Segurança**, que será medido a partir de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, que avaliará se as ações desenvolvidas pela instituição produziram, além dos resultados aferidos pelos outros indicadores, um impacto positivo na sociedade, ou seja, se aqueles que fazem uso das rodovias federais sentem-se mais seguros nos seus deslocamentos e o quanto essa segurança é resultante da ação da Polícia Rodoviária Federal.

A análise dos resultados extraídos dos indicadores utilizados pela PRF proporcionará um justo monitoramento e avaliação do funcionamento do modelo de governança adotado pelo Órgão, assim como permitirá a avaliação da efetividade dos controles internos na garantia do alcance de seus objetivos estratégicos estabelecidos.

## 5 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

### 5.1 Execução das despesas

#### 5.1.1 Programação

Os dados abaixo referem-se ao DPRF, tendo em vista que esta Unidade Regional não possui programação orçamentária.

## Quadro II – Programação de Despesas

Unidade Orçamentária :		Código UO:		UGO:		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes				
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3– Outras Despesas Correntes		
DOTAÇÃO INICIAL		2.249.082.256	0	327.720.159		
CRÉDITOS	Suplementares		269.871.166	0	123.783.184	
	Especiais	Abertos	0	0	0	
		Reabertos	0	0	0	
	Extraordinários	Abertos	0	0	3.300.000	
		Reabertos	0	0	0	
	Créditos Cancelados		0	0	-228.000	
Outras Operações		0	0	0		
Dotação final 2013 (A)		2.518.953.422	0	454.575.343		
Dotação final 2012(B)		2.301.874.964	0	381.344.564		
Variação (A/B-1)*100		9,431%	0	19,203%		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9– Reserva de Contingência	
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida		
DOTAÇÃO INICIAL		229.989.427	0	0	0	
CRÉDITOS	Suplementares		0	0	0	0
	Especiais	Abertos	1.528.000	0	0	0
		Reabertos	0	0	0	0
	Extraordinários	Abertos	7.300.000	0	0	0
		Reabertos	74.179.808	0	0	0

	<b>Créditos Cancelados</b>	<b>-92.652.834</b>	0	0	0
<b>Outras Operações</b>		0	0	0	0
<b>Dotação final 2013 (A)</b>		220.344.401	0	0	0
<b>Dotação final 2012 (B)</b>		255.133.250	0	0	90.000.000
<b>Variação (A/B-1)*100</b>		<b>-13,636%</b>	0	0	0

#### 5.1.1.1 Análise Crítica (Fonte: DIPLAN/CGA)

Após levantamento e consolidação das demandas pela Unidade Orçamentária, a dotação proposta pelo Órgão alcançou o total de R\$ 695.890.705, sem considerar benefícios e a ação 0716 - Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos (pensões indenizatórias).

Apesar do DPRF/MJ ter executado em 2012 o total de R\$ 434.713.966 (sem benefícios e pensões indenizatórias), o Ministério da Justiça-MJ disponibilizou para a elaboração da proposta orçamentária o limite inicial de R\$ 350.500.000, sendo R\$ 170.500.000 para os projetos prioritários da Presidência da República (Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras – ENAFRON e Plano Nacional de Enfrentamento à Violência no Trânsito – PNEVT) e apenas R\$ 180 milhões para “Demais Despesas”, o que comprometeria a manutenção do Órgão e impediria a modernização e reaparelhamento nas Superintendências Regionais que não pudessem ser contempladas com os “prioritários”.

Posteriormente, foi concedida uma “expansão” no valor de R\$ 130.235.610, sendo R\$ 50.645.000 para os “projetos prioritários” e R\$ 79.590.610,00 para o grupo “demais despesas”. Assim, a proposta orçamentária do Órgão para 2013 foi de R\$ 480.735.610 (“projetos prioritário” = R\$ 221.145.000 e “demais despesas” = 259.590.610), para atender a demanda da Administração Central, 21 Superintendências, 5 Distritos Regionais, 147 Delegacias e 417 unidades operacionais, bem como as atividades de fiscalização e policiamento de 71.647 km de rodovias federais.

Tal restrição orçamentária compromete a qualidade dos serviços prestados e o cumprimento das atribuições institucionais, impedindo sua manutenção satisfatória e a realização dos investimentos tão necessários à modernização e aparelhamento do Órgão, tais como: renovação da frota, adequação das instalações físicas, aquisição de

equipamentos de TI e telecomunicações, mobiliário para as bases operacionais, equipamentos e materiais empregados na atividade fim.

O crédito orçamentário alocado nos “projetos prioritários” permitiu a realização de investimentos nos estados de fronteira e com pontos críticos de acidentes de trânsito, mas a PRF precisa reaparelhar e modernizar todas as suas regionais, necessitando de aporte maior de recursos na elaboração da proposta orçamentária, justamente para não se criar grande disparidade estrutural entre as Superintendências e Distritos Regionais. Ademais, o legado proporcionado por tais investimentos implica num aumento dos gastos com manutenção, sendo premente a revisão dos recursos destinados à PRF.

Como o valor destinado à PRF para custear as demandas do grupo “demais despesas” foi muito aquém do necessário, foi concedido ao longo do ano créditos adicionais no valor total de R\$ 94.839.041 (exceto benefícios e cumprimento de sentenças judiciais), principalmente para atender as seguintes demandas: terceirização, serviços públicos, material de consumo, manutenção predial, locação de imóveis, abastecimento e manutenção da frota (inclusive 13 aeronaves, sendo 2 aviões e 11 helicópteros), processamento e arrecadação de multas.

#### 5.1.2 Movimentação de créditos interna e externa

**Quadro III – Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa**

<b>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</b>						
Origem da Movimentação	UG	Classificação da ação	Despesas Correntes			
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200109	200110 – 200131; 200139; 200141; 200230; 200232 e 200233	30107-06.122.2112.09HB.0001	2.518.953.422	0	0
			30107-06.122.2112.20TP.0001			
			30107-09.272.0089.0181.0001			
			30107-06.122.2112.2000.0001	0	0	270.211.893
			30107-06.181.2070.200G.0001			
30107-06.181.2070.20IC.0001						

			30107-06.181.2070.2723.0001 30107-06.181.2070.8698.0001 30107-06.181.2070.86A1.0001 30107-06.301.2112.2004.0001 30107-06.306.2112.2012.0001 30107-06.331.2112.2011.0001 30107-06.365.2112.2010.0001 30107-28.846.0901.0716.0001			
<b>Recebidos</b>	200110	200109	30107-06.181.2070.2723.0000	0	0	11.653
	200111		30107-06.122.2112.2000.0000	0	0	24.750
	200111		30107-06.181.2070.20IC.0001	0	0	24.750
	200114		30107-06.122.2112.2000.0000	0	0	8.764
	200232		30107-06.181.2070.20IC.0001	0	0	4.036
<b>Origem da Movimentação</b>	<b>UG</b>		<b>Classificação da ação</b>	<b>Despesas de Capital</b>		
	<b>Concedente</b>	<b>Recebedora</b>		<b>4 – Investimentos</b>	<b>5 – Inversões Financeiras</b>	<b>6 – Amortização da Dívida</b>
<b>Concedidos</b>	200109	200110 – 200131; 200139; 200141; 200230; 200232 e 200233	30107-06.122.2112.2000.0001 30107-06.122.2112.2000.0029 30107-06.181.2070.200G.0001 30107-06.181.2070.200G.0026 30107-06.181.2070.200G.0028 30107-06.181.2070.200G.5433 30107-06.181.2070.200G.7000 30107-06.181.2070.20IC.0001 30107-06.181.2070.2723.0001 30107-06.181.2070.2723.0052 30107-06.181.2070.2723.7000 30107-06.181.2070.8698.0001	89.471.163	0	0
<b>Recebidos</b>				0	0	0
<b>Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão</b>						

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos				0	0	0
Recebidos	MINISTERIO DA JUSTICA	200109	30000-06.183.2070.7U23.0001	0	0	18.690.883
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos				0	0	0
Recebidos	MINISTERIO DA JUSTICA	200109	30000-06.183.2070.14WH.0101 30000-06.183.2070.7U23.0001	35.796.950	0	0

Quadro IV – Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	200109	393012 - SUPERINTENDENCIA REG. NO ESTADO RS - DNIT	30107-06.122.2112.2000.0001	0	0	55.647
Recebidos	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	200109	09272008901810001	40.000	0	0
	FUNDACAO UNIVERSIDADE DO MARANHAO	200109	12364203220RK0021	0	0	1.720
	INST.NACIONAL DE EST.E PESQUISAS EDUCACIONAIS	200109	12368203020RM0001	0	0	113.173
	MINISTERIO DA SAUDE	200109	10302201587610001	0	0	1.926.000
	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES	200109	26125207529070001	0	0	1.569.320

	TERRESTRES					
	AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES	200109	26782207520UB0001	0	0	5.723.130
	EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGISTICA S.A-EPL	200109	26122212687850001	0	0	1.685.641
	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	200109	04121212514VN0001	0	0	16.729.257
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos				0	0	0
Recebidos	MINISTERIO DO PLANEJAMENTO, ORCAMENTO E GESTAO	200109	04121212514VN0101	15.074.400	0	0

## 5.1.3 Realização da despesa

Não existem créditos originários para a realização de despesas, no âmbito dessa UJ.

## 5.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação – créditos de movimentação

**Quadro A.5.1.3.5 – Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação**

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
<b>1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)</b>	<b>3.868.763,93</b>	<b>2.611.590,82</b>	<b>3.864.109,93</b>	<b>2.611.590,82</b>
a) Convite				
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	3.868.763,93	2.611.590,82	3.864.109,93	2.611.590,82
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
<b>2. Contratações Diretas (h+i)</b>	<b>1.636.644,57</b>	<b>1.545.312,75</b>	<b>1.636.112,77</b>	<b>1.545.312,75</b>
h) Dispensa	1.429.992,19	1.254.688,16	1.429.460,39	1.254.688,16
i) Inexigibilidade	206.652,38	290.624,59	206.652,38	290.624,59
<b>3. Regime de Execução Especial</b>	<b>20.968,88</b>	<b>17.009,43</b>	<b>20.968,88</b>	<b>17.009,43</b>
j) Suprimento de Fundos	20.968,88	17.009,43	20.968,88	17.009,43
<b>4. Pagamento de Pessoal (k+l)</b>	<b>2.625.070,60</b>	<b>1.909.835,93</b>	<b>2.625.070,60</b>	<b>1.909.835,93</b>
k) Pagamento em Folha		113.222,36		113.222,36
l) Diárias	2.625.070,60	1.796.613,57	2.625.070,60	1.796.613,57
<b>5. Outros</b>	<b>214.797,05</b>	<b>87.089,66</b>	<b>192.484,55</b>	<b>87.089,66</b>
<b>6. Total (1+2+3+4+5)</b>	<b>8.366.245,03</b>	<b>6.170.838,59</b>	<b>8.338.746,73</b>	<b>6.170.838,59</b>

## 5.1.3.2 Despesas totais por grupo e elemento de despesa – créditos de movimentação

**Quadro A.5.1.3.6 – Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação**

<i>DESPESAS CORRENTES</i>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
<b>1 – Despesas de Pessoal</b>								
08 - OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS		113.222,36		113.222,36				113.222,36
<b>3 – Outras Despesas</b>								

<b>Correntes</b>								
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	2.911.260,87	5.982.286,52	2.216.734,02	1.740.376,23	694.526,85	4.241.910,29	2.216.734,02	1.740.376,23
14 - DIÁRIAS - CIVIL	2.625.070,60	1.796.613,57	2.625.070,60	1.796.613,57			2.625.070,60	1.796.613,57
30 - MATERIAL DE CONSUMO	2.549.607,66	1.936.579,79	1.878.085,50	1.239.181,50	671.522,16	697.398,29	1.872.899,70	1.239.181,50
Demais elementos do grupo	1.964.845,03	1.502.610,88	1.641.554,91	1.173.213,43	323.290,12	329.397,45	1.619.242,41	1.173.213,43
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4 - Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
52-EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	920.186,93	546.203,37	4.800,00	108.231,50	915.386,93	437.971,87	4.800,00	108.231,50
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	12.371,88				12.371,88			
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA		8.188,00				8.188,00		

## 5.2 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

**QUADRO 5.2. - RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS**

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI		Denominação			
Linha Detalhe					
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2012	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2013

--	--	--	--	--	--

*Razões e Justificativas:*

NÃO HÁ SALDOS NAS CONTAS : 21211.11.00, 21212.11.00, 21213.11.00, 21215.22.00 E 21219.22.00

NOS EXERCÍCIOS 2012 E 2013

Fonte: Nuofi/10ª SRPRF-BA

### 5.3 Movimentação e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

#### QUADRO 5.3 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	5.714.949,38	4.009.311,39	785.305,53	920.332,46
2011	352.598,03	179.011,52	173.586,51	ZERO
...				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	ZERO	ZERO	ZERO	ZERO
2011	560,00	ZERO	560,00	ZERO

Fonte: NUOFI/10ªSPRF/BA com embasamento no SIAFI.

#### 5.3.1 Análise crítica

- Os pagamentos das despesas inscritas em RAP são efetuados cronologicamente, à medida em que as notas fiscais chegam ao NUOFI.
- O RAP decorre do não repasse do orçamentário e/ou financeiro dentro do exercício de competência, impactando a falta de recursos do exercício anterior no exercício seguinte.
- Foram bloqueados pela STN, em 30 de junho de 2013, R\$ 173.586,51 (cento e setenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) referentes a empenhos do exercício/2011 inscritos em restos a pagar, em 2013, em cumprimento ao Decreto nº 93.872/86.
- Em 31 de dezembro de 2013 a STN cancelou os R\$ 173.586,51 (cento e setenta e três mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e um centavos) bloqueados em junho de 2013,

correspondentes ao valor dos empenhos do exercício/2011 inscritos em restos a pagar em 2013, atendendo ao que estabelece o Decreto nº 93.872/86.

#### 5.4 Transferências de recursos

Os itens abaixo não se aplicam a esta PRF.

##### 5.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício.

##### 5.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios.

##### 5.4.3 Informações sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

##### 5.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

##### 5.4.5 Análise Crítica

Não há no âmbito da Polícia Rodoviária Federal, instrumentos de avença que preveem repasses de recursos para estados, municípios e entidades privadas de interesse público (transferências voluntárias).

#### 5.5 Suprimento de fundos

O item 4.5.2 (*Quadro A.4.5.2 – Despesas Realizadas Por Meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)*), integrante do Sumário previsto no Anexo Único da Portaria – TCU nº 175, de 09 de julho de 2013, não se aplica a este Departamento de Polícia Rodoviária Federal, haja vista que o aludido mecanismo não é utilizado por esta Administração para a realização de despesas por meio de Suprimento de Fundos.

##### 5.5.1 Suprimento de fundos – despesas realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo

**QUADRO 5.5.1 – DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)**

Valores em R\$ 1,00

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013					13	20.969,88	20.968,88

2012					12	17.009,43	17.009,43
2011					17	23.035,17	23.035,17

Fonte: NUOFI

## 5.5.2 Suprimento de fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

**QUADRO 5.5.3 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR**

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1	200114	Limite de Utilização da UG	32.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
EDIVANI ARAUJO DE QUEIROS	506.957.385-34	6.000,00	----	4.000,48	4.000,48
TÔNIA VIANA ROCHA	095.527.315-34	2.000,00	----	888,42	888,42
JERAILTON VIANA BASTOS	007.383.294-44	2.000,00	----	0,00	0,00
MARCELO SANTANA SANTOS	529.279.545-34	2.000,00	----	1.457,36	1.457,36
JOSÉ DA CONCEIÇÃO A.OSÓRIO	076.578.205-78	6.000,00	----	2.330,45	2.330,45
ALEXANDRO SANTOS BARRETO	494.162.515-34	2.000,00	----	891,53	891,53
AMANDO BORGES JUNIOR	359.924.255-00	2.000,00	----	0,00	0,00
MARCELO SANTANA SANTOS	529.279.545-34	2.000,00	----	1.208,97	1.208,97
CHRISTIANO BARRETO NASCIMENTO	599.032.105-82	2.000,00	----	1.860,15	1.860,15
LUCIANO ARAÚJO SOUSA	011.649.665-70	2.000,00	----	1.990,12	1.990,12
JERAILTON VIANA BASTOS	007.383.294-44	1.600,00	----	1.543,37	1.543,37
JOSÉ DA CONCEIÇÃO A.OSÓRIO	076.578.205-78	3.000,00	----	2.998,03	2.998,03
JOSÉ ROBEVALDO SANTANA	397.986.235-68	2.000,00	----	1.800,00	1.800,00
<b>Total Utilizado pela UG</b>			-----	20.968,88	20.968,88
<b>Código da UG 2:</b>		<b>Limite de Utilização da UG:</b>			
<b>Total Utilizado pela UG</b>					
<b>Total Utilizado pela UJ</b>					

Fonte: NUOFI

### 5.5.3 Prestações de contas de Suprimento de Fundos

**QUADRO 5.5.4 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)**

Suprimento de Fundos													
Situação	Conta Tipo “B”						CPGF						
	2013		2012		2011		2013		2012		2011		
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	
PC não Apresentadas							0	0	0	0	0	0	
PC Aguardando Análise							0	0	0	0	0	0	
PC em Análise							0	0	0	0	0	0	
PC não Aprovadas							0	0	0	0	0	0	
PC Aprovadas							13	20.968,88	12	17.009,43	17	23.035,57	

Fonte: NUOFI

### 5.6 Renúncias sob a gestão da UJ

Os itens relacionados abaixo não se aplicam à PRF, vejamos:

5.6.1 Benefícios Financeiros e Creditícios;

5.6.2 Renúncias Tributárias.

Justificativa: A Polícia Rodoviária Federal exerce função arrecadadora, mas não possui competência para renunciar tributos.

## 6 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A força de trabalho da 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal é composta por servidores do Quadro de Pessoal Específico, em sua maioria ocupantes do Cargo NI 911001 (Policial Rodoviário Federal), servidores estatutários redistribuídos de outros Ministérios, bem como por pessoal terceirizado e estagiários.

A Seção de Recursos Humanos tem suas atribuições definidas na Portaria Ministerial nº 1375, de 02 de agosto de 2007, merecendo destaque a análise da legalidade dos pleitos que consistem na verificação da legitimidade e legalidade das petições, dos processos relativos à concessão de benefícios e vantagens, de aposentadorias e pensões; atendimento a demandas da AGU, CGU, TCU e diversos Tribunais Estaduais e Federais; manutenção e atualização do cadastro de servidores no sistema SIAPE, bem como, gerenciamento da folha de pagamento mensal.

No âmbito de sua competência regimental e em articulação com o Órgão Normativo do Sistema de Pessoal Civil do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, além de valer-se dos subsídios dos Pareceres advindos da Advocacia-Geral da União, a 10ª SRPRF/BA cumpre sua missão em perfeita sintonia com as normas legais vigentes.

#### 6.1 Estrutura de pessoal da unidade

A 10ª Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal conta com um quadro de 567 servidores ativos, sendo que destes 564 estão em atividade no Órgão, dividindo-se em 551 Policiais e 13 Administrativos; 03 cedidos, um ao CIRETRAN do Governo do Estado da Bahia, um a Secretaria Municipal de Ribeira do Pombal e outro ao Ministério da Justiça. Somam-se à força de trabalho 71 colaboradores que compõem o quadro de estagiários de nível médio (62) e superior (9) e mais 18 colaboradores terceirizados na área de apoio Administrativo.

Os servidores ativos, terceirizados e estagiários são distribuídos da seguinte forma nas unidades administrativas desta Superintendência pelo Estado:

Lotação	PRF	Adm	Terceirizados	Estagiários	PRF	
					Área Fim	Área Meio
<b>GABINETE</b>	4		1	1		3
Núcleo Apoio Técnico	3			1		3
Núcleo de inteligência	5					5
Núcleo de Comunicação	2		1	1		2
<b>Seção de Policiamento e fiscalização</b>	16	1	1	2	9	7
Núcleo de operações Especiais	10				10	
Núcleo de Multas e Penalidades	5	2	2	10		5

Núcleo de Registro de Acidentes e Medicina	3			2		3
<b>CORREGEDORIA</b>	4			2		4
Núcleo de Assuntos Internos	3					3
<b>SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS</b>	4		1	3		4
Núcleo de Administração de Pessoal	4	1	1	3		4
Núcleo de Capacitação e Legislação	4			3		4
<b>Seção Administrativa e Financeira</b>	5		1	1		5
Núcleo de Patrimônio	3			2		3
Núcleo de Documentação	3	1	5	5		3
Núcleo de Serviços Gerais	6	6	3			6
Núcleo de Telemática	3		1	3		3
Núcleo de Orçamento e Finanças	2		1			2
<b>DELEGACIAS</b>						
Delegacia de Simões Filho	106			3	101	5
Delegacia de Feira de Santana	50			2	44	6
Delegacia de Jequié	35			2	33	2
Delegacia de Senhor do Bonfim	33				27	6
Delegacia de Itabuna	48	1		2	44	4
Delegacia de Seabra	31			2	28	3
Delegacia de Paulo Afonso	30			2	25	5
Delegacia de Vitória da Conquista	57			2	50	7
Delegacia de Eunápolis	54	1		3	52	2

Delegacia de Barreiras	18			2	16	2
<b>ATIVOS</b>	551					
Cedidos ou Licença	03					
<b>TOTAL</b>	554	13	18	59	439	111

Fonte : SIAPE em 31/12.

### 6.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da unidade jurisdicionada

#### 6.1.1.1 Lotação

##### Quadro 6.1.1.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>613</b>	<b>567</b>		
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)				
1.1.1 Servidores de carreira vinculada ao órgão		567	49	04
2.1 Servidores de carreira em exercício descentralizado				
3. Servidores de carreira em exercício provisório				
4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas				
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>				
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>				
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>613</b>	<b>567</b>	<b>49</b>	<b>04</b>

Fonte: SIAPE

#### 6.1.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho da unidade jurisdicionada

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)</b>	

1.1. Exercício de Cargo em Comissão	3
1.2. Exercício de Função de Confiança	
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)</b>	
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	
<b>3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)</b>	
3.1. De ofício, no interesse da Administração	2
3.2. A pedido, a critério da Administração	1
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	-----
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	-----
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	1
<b>4. Licença remunerada (4.1+4.2)</b>	
4.1. Doença em pessoa da família	-----
4.2. Capacitação	-----
<b>5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)</b>	
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	-----
5.2. Serviço militar	-----
5.3. Atividade política	-----
5.4. Interesses particulares	-----
5.5. Mandato classista	-----
<b>6. Outras situações (Especificar o ato normativo)</b>	1
<b>7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)</b>	8

Fonte: SIAPE; item 6 se refere a Suspensão Temporária Disciplinar.

## 6.1.2 Qualificação da força de trabalho

### 6.1.2.1 Estrutura de cargos e de funções

Quadro 6.1.2.1 – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão				

1. <i>Cargos Natureza Especial</i>				
2. <i>Grupo Direção e Assessoramento Superior</i>				
1. <i>Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão</i>	1	1		
2. <i>Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado</i>				
3. <i>Servidores de Outros Órgãos e Esferas</i>				
4. <i>Sem Vínculo</i>				
5. <i>Aposentados</i>				
2. <i>Funções Gratificadas</i>				
1. <i>Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão</i>	37	37		
2. <i>Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado</i>				
o <i>Servidores de Outros órgãos e Esferas</i>				
3. <i>Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)</i>	38	38		

Fonte: SIAPE

#### 6.1.2.2 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a idade

**QUADRO 6.1.2.2 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>					
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos					
1.2. Servidores de Carreira	46	208	183	72	20
1.3. Servidores com Contratos Temporários					
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior			1		
2.3. Funções Gratificadas	2	14	17	4	
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>48</b>	<b>222</b>	<b>201</b>	<b>76</b>	<b>20</b>

Fonte: SIAPE

#### 6.1.2.3 Qualificação do quadro de pessoal da unidade jurisdicionada segundo a escolaridade

**QUADRO 6.1.2.3 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE  
SITUAÇÃO APURADA EM 31/12**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>									
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	8	271	248			
1.3. Servidores com Contratos Temporários									
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior						1			
2.3. Funções Gratificadas					15	22			
<b>3. Totais (1+2)</b>			<b>2</b>	<b>8</b>	<b>286</b>	<b>271</b>			
<b>LEGENDA</b>									
<b>Nível de Escolaridade</b>									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento/Especialização/Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SIAPE

6.1.3 Custos de pessoal da unidade jurisdicionada

**QUADRO 6.1.3 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES**

Tipologias	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis								Valores em R\$
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
Membros de poder e agentes políticos										
2011										
2012										
2013										
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
2011	92.219.413,04	104,44	12.143.014,30	1.805.260,81	1.955.714,36	2.053.423,31		4.000,00	443.768,25	110.624.698,51
2012	92.424.409,49	17.216,19	12.142.626,02	1.812.299,39	1.923.057,67	2.541.971,44		11.601,08	401.012,03	111.274.193,31

2013	100.472.173,09	13.620,31	13.212.441,92	1.597.169,24	2.529.781,90	2.312.817,69		39.728,48	414.338,82	120.592.071,45
Servidores com Contratos Temporários										
2010										
2011										
2012										
Servidores Cedidos com ônus										
2011	124.072,80		15662,65	5.948,68	3.648,00				244,20	149.576,33
2012	137.073,82		26.360,35	4.867,94	4.914,00	584,00			264,55	174.064,66
2013	225.955,65		40.876,96	7.625,85	8.790,00	3.738,27			244,20	287.230,93
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2011										
2012										
2013										
Servidores ocupantes de cargos do Grupo de Direção e Assessoramento Superior										
2011	114.160,78	26.515,84	19.454,05	4.323,12	3.640,00	2.728,00				170.821,79
2012	126.529,68	29.102,76	21.534,05	4.323,12	3.648,00	2.737,00				187.874,61
2013	133.109,28	30.578,76	21.411,40	4.770,66	4.545,00	3.271,80				197.686,90
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
2011	4360625,09	85.999,62	565.913,50	150.695,18	151.714,94	23.689,67			5.545,24	5.344.183,24
2012	4.125915,79	130.884,72	526.750,55	130.074,69	148.659,88	87.956,82		199,28	3.562,01	5.154.003,74

2013	4.324.173,00	131.556,34	629.794,80	139.808,93	177.248,88	92.561,39		903,80	1.831,50	5.497.878,44

\* As informações gerenciais sobre Recursos Humanos referem-se ao âmbito da Unidade Pagadora da 10ª SRPRF/BA.

#### 6.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

##### 6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 6.1.4.1 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro

<i>Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria</i>	<i>Quantidade</i>	
	<i>De Servidores Aposentados até 31/12</i>	<i>De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência</i>
<b>1. Integral</b>		
1. <i>Voluntária</i>	309	9
2. <i>Compulsória</i>	6	
3. <i>Invalidez Permanente</i>	23	
4. <i>Outras</i>		
<b>2. Proporcional</b>		
5. <i>Voluntária</i>		
6. <i>Compulsória</i>		1
7. <i>Invalidez Permanente</i>		
8. <i>Outras</i>		
<b>Totais (1+2)</b>	<b>338</b>	<b>10</b>

Fonte: SIAPE e dados da Intranet.

6.1.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada  
 Quadro 6.1.4.2.1 - Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12

<i>Regime de Proventos do Servidor Instituidor</i>	<i>Quantidade de Beneficiários de Pensão</i>	
	<i>Acumulada até 31/12</i>	<i>Iniciada no Exercício de Referência</i>
<b>1. Aposentado</b>		
<i>Integral</i>	72	12
<i>Proporcional</i>	2	
<b>2. Em Atividade</b>	63	
• <b>Total (1+2)</b>	137	12

Fonte: SIAPE

6.1.5 Cadastramento no Sisac

**As informações relativas ao item 6.1.5 e subitens são de controle da Cordenção Geral de Recursos Humanos (CGRH), localizada no Departamento da Polícia Rodoviária Federal (Sede em Brasília) e deverão ser consignadas no relatório de gestão daquela UJ.**

6.1.6 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

No quadro da 10ª SRPRF/BA não há servidores com acumulação de cargos, funções e empregos públicos e o controle é realizado na entrada (posse) do servidor no Órgão através de formulário onde o novo servidor declara a não acumulação. O controle posterior é feito através do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.

6.1.7 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

6.1.7.1. Absenteísmo

Sobre absenteísmo, o índice de afastamentos por licenças médicas constitui um fator de grande preocupação para a Administração.

No ano em análise foram apresentados 527 atestados médicos. Em 31/12/2012, 20 Servidores Policiais encontravam-se afastados para tratamento da própria saúde. Merece destaque o fato que um percentual acima de 10% dos afastamentos estão relacionados com a rotina diária dos servidores policiais da área fim, que laboram sob regime de escala, com exposição direta ao clima (chuva, sol, temperatura) e alteração no regime de sono.

Tendo em vista solucionar as questões relativas às licenças para tratamento de saúde dos servidores no que tange à homologação dos atestados médicos, bem como, a realização de perícias médicas para alta do servidor, hoje existe um Acordo de Cooperação entre a 10ª SRPRF/BA, a Universidade

Federal da Bahia/UFBA, e outros órgãos federais, para composição do SIASS/BA – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor, no Estado;

#### 6.1.7.2. Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

Ocorreu um acidente relacionado com a atividade laboral, sendo que o servidor já encontra-se em plena atividade.

#### 6.1.7.3. Movimentação processual

Acerca da movimentação processual insta salientar a autuação, instrução e análise de processos relativos à Provimento, Vacância, Remoção, Substituição, Promoção/Progressão Funcional, Direitos e Vantagens, Licenças, Concessões, Afastamentos, Aposentadoria, Pensão, Plano de Saúde, Porte de Arma, Consignações, Identidade Funcional, Pensões Alimentícias, Reposição ao Erário, dentre outros.

No exercício 2013 foram autuados 762 processos relativos a:

ASSUNTO	QT	-----	--
Abono Permanência	8	Pensão Alimentícia	17
Aposentadoria	18	Pensão Civil	5
Auxílio Natalidade	17	Plano de Saúde	217
Averbação de Tempo de Serviço	29	Porte de Arma	5
Consignação	3	Progressão	4
Diária	1	Remoção a Pedido	34
Faltas	1	Reposição ao Erário	3
Hora Aula	22	Substituição	27
Licenças	10	Vacância	1
Horário Especial de Estudante	6	Pagamentos Diversos	58
Identidade Funcional	2	Outros	270
Isenção de Imposto de Renda	4	TOTAL AUTUADO	762

--	--	--	--

#### 6.1.7.4. Rotatividade (turnover)

Sobre a rotatividade (ou turnover), o controle de admissões de pessoal e concessões de aposentadorias é feita diretamente pela Seção de Aposentadorias e Pensões da CGRH/DPRF, em Brasília. Destarte, esta Regional não dispõe de fontes de informação suficientes para balizar convictamente o percentual de rotatividade. Entrementes, conforme dados extraídos do Sistema de Pessoal - SIAPE, desprende-se que o efetivo ativo desta Regional vinha sofrendo contínua redução desde 2006 (vide tabela abaixo), especialmente em razão de aposentadorias e vacâncias de servidores por posse em cargo público inacumulável, sendo que em 2012 houve uma estabilização, ocorrendo um acréscimo mínimo no número de policiais, mas mantendo-se a quantidade total e em 2013 pode-se observar um pequeno aumento na quantidade de servidores, devido ao Concurso de Remoções e a continuação da nomeação e posse referente ao concurso de 2009.

<b>Cargo/Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>PRF</b>	619	595	574	551	537	533	535	554
<b>Servidores Administrativos</b>	24	23	22	20	21	16	14	13
<b>TOTAL</b>	<b>643</b>	<b>618</b>	<b>596</b>	<b>571</b>	<b>558</b>	<b>549</b>	<b>549</b>	<b>567</b>

#### 6.1.7.5. Educação Continuada

##### 6.1.7.5.1. Capacitação

O mundo do trabalho está em constante transformações. Significativas mudanças tem ocorrido nas organizações com o advento dos avanços tecnológicos em automação, comunicação e informática, globalização, novos modelos de gestão. É destacado o crescimento do debate acerca das estratégias a serem implementadas pelas empresas na adoção de uma política de capacitação que possa possibilitar avanços nas corporações.

Processo permanente e deliberado de aprendizagem, a capacitação tem sido instrumentalizada por ações de qualificação e aperfeiçoamento com o fito de proporcionar o desenvolvimento de competências institucionais através da potencialização das competências individuais.

Trata-se de uma meta da administração pública a promoção e a valorização do servidor com a conseqüente oferta de um serviço público qualificado e eficaz para a sociedade, também, mediante

ações de Treinamento, Desenvolvimento e Educação (TD&E) - de pessoas – que visam, fundamentalmente, **promover o conhecimento, as habilidades e as atitudes relacionadas às competências institucionais requeridas para o exercício de uma determinada “função”**(*grifo nosso*).

Utilizando-se um diagnóstico, ainda que impreciso, das necessidades de capacitação são apresentados mecanismos e práticas determinantes de suas prioridades que possam contribuir para o estímulo, o desenvolvimento e o alcance das competências requeridas pela Instituição proponente.

Foram três as dimensões das ações de capacitação regional aplicadas durante o ano de 2013 – tal qual nos anos anteriores:

**1-) A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores;**

**2-) O Treinamento Funcional;**

**3-) As Ações de Qualidade de Vida.**

#### 6.1.7.5.2. A Capacitação Regional:

A fim de desenvolver as competências institucionais requeridas, a Superintendência Regional de Polícia Rodoviária Federal na Bahia (10ªSR PRF/BA), com a orientação da Coordenação de Ensino (COEN) associada à coordenação e execução do Núcleo de Legislação e Capacitação de Pessoal (NUCAP) - somadas às relevantes contribuições de seus colaboradores (monitores, multiplicadores e instrutores) - continuou a executar várias ações voltadas ao treinamento, desenvolvimento e educação de seus respectivos servidores e de servidores de outras Instituições ao longo do ano de 2013.

A Coordenação de Ensino (COEN) destinou recursos para o atendimento de demandas específicas de cada regional, sobretudo para o atendimento de demandas originárias da própria tais como Cursos e Concursos descritos na planilha abaixo.

A dotação orçamentária regional destinou-se, principalmente, para o curso de **aperfeiçoamento em técnicas para fiscalização do uso de álcool e outras drogas no trânsito brasileiro** e o curso de **manejo em submetralhadora SMT.40** - idealizados pela Coordenação de Ensino (COEN) -, coordenados pelos NUCAP/BA e executados pelos Instrutores do DPRF/MJ com a colaboração da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Houve uma supremacia do treinamento funcional em detrimento às demais dimensões das ações de capacitação. A realização de Conferências e Seminários ficou bastante comprometida com o reduzido aporte de recursos, além da relativa indisponibilidade de servidores lotados neste NUCAP – seja pelo cumprimento de missões externas ou pelo diminuto efetivo.

Outras ações planejadas não foram implementadas: Curso para Adição de Categoria “D” e o Curso de Conductor de Veículos de Urgências e Emergências em razão de diversos fatores e, sobretudo, pela contenção de orçamento descentralizados pela COEN às capacitações regionais.

Foram três as estratégias implementadas em 2013:

**1-) A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores:** Palestras de Educação para o Trânsito ministradas por alguns servidores.

**2-) O Treinamento Funcional:** Cursos Presenciais.

**3-) As Ações de Qualidade de Vida:** Grupos de Aprendizagem; Palestra/Clínicas Institucionais; prática de esportes.

#### 6.1.7.5.3. Ensino à Distância (Capacitação à Distância – Treinamento Funcional)

Várias Ações de Ensino à Distância- EAD, foram divulgadas ao longo de 2013, de modo a noticiar aos servidores o acesso gratuito aos inúmeros cursos ofertados pela PRF – através da Divisão de Ensino à Distância e Educação para o Trânsito (DITRAN) e pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ) – em consonância à Matriz Curricular Nacional.

#### 6.1.7.5.4 Ensino Presencial (AÇÃO: 2524 - Capacitação do Policial Rodoviário Federal):

No ano de 2013, foram coordenadas - isoladamente ou em parceria com outras Instituições -, **27 (vinte e sete)** ações de capacitação presencial distintas em todas as unidades culminando com a sensibilização de um público total de **594 (quinhentas e noventa e quatro)** pessoas, entre servidores e convidados. Para todas as ações implementadas ao efetivo lotado na 10ª SR PRF/BA investiu-se **R\$345.799,30** – incluindo-se os cursos promovidos e executados diretamente pela COEN. Deste total anteriormente citado, **R\$29.019,97** foram destinados, **exclusivamente**, à capacitação do efetivo lotado no Estado da Bahia (com rubrica específica para a Regional – 10ª SR PRF/BA) e sensibilizando um total de **517 (quinhentos e dezessete)** pessoas.

As áreas onde houve maior concentração de pessoas sensibilizadas foram, respectivamente: Defesa e Segurança - **309 pessoas sensibilizadas**; Direito e Justiça - **201 pessoas sensibilizadas**; Desenvolvimento Gerencial - **75 pessoas sensibilizadas** e Gestão de Pessoas - **08 pessoas sensibilizadas** - vide descrição pormenorizada nas tabelas e gráfico abaixo:

#### 6.1.7.5.5. Capacitação para o público externo

Foram ministrados Cursos para agentes pertencentes a outras Instituições.

Com aportes de recursos oriundos da Justiça Federal, foram ofertadas três turmas para o Curso de Técnicas Especiais de Segurança para Agentes de Segurança Judiciários, tendo seu corpo docente formado, exclusivamente, por Instrutores do DPRF/MJ e instrutores compostos por PRFs e Agentes de Segurança Judiciários.

Utilizando a mesma filosofia de aumento das relações inter-institucionais do DPRF, Instrutores da 10ª SR PRF/BA atuaram em instrução para outros entes estatais tais como o Tribunal Regional Federal (TRF) e tendo sido agraciado, também, com a disponibilização de vagas para nossos servidores em cursos ofertados pelo(a): Exército Brasileiro, Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

#### **6.1.7.5.6. Educação para o Trânsito** (Ação 8692 – Educação de Trânsito para Usuários das Rodovias Federais):

As ações de Educação para o Trânsito foram coordenadas pela SPF ao longo do exercício 2013.

#### 6.1.7.5.7. Estratégias do NUCAP/BA para 2014

Pretende-se, no exercício 2014, priorizar ações estratégicas para o alcance dos objetivos Institucionais e do aperfeiçoamento das competências individuais, quais sejam:

1. **A Capacitação para o Desenvolvimento dos Servidores:** parcerias para a promoção do ensino de língua estrangeira (inglês e espanhol) e especialização em gestão de trânsito.
2. **O Treinamento Funcional:** A) curso de atualização para todo o efetivo policial em em três módulos: I - Armamento e Tiro, II - Uso Diferenciado da Força e III - Técnicas de Abordagem; B) curso de técnicas especiais de segurança para agentes de segurança da Justiça Federal – com 15(quinze) vagas disponíveis para PRFs; C) workshop de procedimentos operacionais em situações de crise priorizando o respeito à dignidade da pessoa humana; D) curso de condutor de veículos de urgências e emergências;
3. **Ações de Qualidade de Vida:** estímulo aos campeonatos de tiro e práticas de atividade física.

Há, ainda, a possibilidade de “explorar” convênios e parcerias estratégicas com outros órgãos.

#### 6.1.7.5.8. Conclusão

A 10ª SRPRF/BA, enquanto órgão descentralizado do Departamento de Polícia Rodoviária Federal/MJ, planejou, executou e controlou, diretamente, ações voltadas à educação, capacitação e desenvolvimento de pessoas no âmbito de sua competência.

Para todas as ações implementadas ao efetivo, houve a disponibilização de cerca de **R\$ 29.019,97** – COEN (com rubrica específica de capacitação), o que denota um acréscimo dos investimentos se comparados aos R\$9.240,39 aplicados em 2012. No âmbito exclusivo da Regional foram sensibilizadas **517 (quinhentos e dezessete) pessoas**.

Em uma análise mais pormenorizada, quando se leva em conta os investimentos totais em todas as modalidades de capacitação disponibilizadas a todos os servidores lotados na 10ª SR PRF/BA, concluí-se que houve um aporte de **R\$345.799,30** e uma sensibilização de **594 (quinhentas e noventa e quatro) pessoas**.

Constata-se, porém, que uma maior autonomia orçamentária seria imprescindível para um planejamento mais preciso e conseqüente ampliação das ações.

Há que ser feito registro de que houve um incremento de cerca de 15 (quinze) novos instrutores formados no CFI (Curso de Formação de Instrutores) 2013.

Fato relevante à 10ª SR PRF/BA deve ser destacado no que se refere ao relativo aumento das ações em Treinamento & Desenvolvimento e Educação de Pessoas solicitadas ao NUCAP/BA e destinadas, também, a servidores de outras Instituições, quais sejam: Tribunal Regional do Trabalho e Justiça Federal na Bahia.

#### 6.1.7.6. Satisfação e Motivação

Em relação à temática “satisfação e motivação”, esta Regional não possui elementos suficientemente hábeis à formação de dado conclusivo. Quanto ao quesito disciplina cinge-se à atividade correicional, explicitada em área própria do presente relatório.

#### 6.1.7.7. Disciplina

Esse Item está descrito na gestão correicional da Unidade.

#### 6.1.7.8. Aposentadoria versus reposição do quadro

Em relação a reposição do quadro nesta Regional, mesmo ocorrendo a nomeação e posse de 39 novos servidores, a vinda de um servidor que fora reintegrado, mais 8 servidores através do Concurso de Remoções (SISNAR II), em virtude de conclusão do concurso de 2009, houve a saída para outras Regionais de 04 servidores, mais a aposentadoria de 10 servidores.

#### 6.1.7.9. Desempenho funcional

O desempenho funcional da Carreira PRF é mensurado através da ADI (Avaliação de Desempenho Individual). Os servidores administrativos (Plano Especial de Cargos do DPRF) são submetidos à avaliação anual estabelecida pela Lei 11.784/2008, que estabelecem o valor do ponto da Gratificação GDATPRF, refletindo diretamente na remuneração do servidor.

## 6.2 Terceirização de mão de obra empregada e contratação de estagiários

### 6.2.1 Informações sobre terceirização de cargos e atividades do plano de cargos do órgão

No âmbito da UJ, não há terceirizados desempenhando Atividades do Plano de Cargos do Órgão!

### 6.2.2 Autorizações expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para realização de concursos públicos para substituição de terceirizados

**QUADRO 6.2.2 – AUTORIZAÇÕES PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS OU PROVIMENTO ADICIONAL PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS**

Nome do Órgão Autorizado a Realizar o Concurso ou Provimento Adicional	Norma ou Expediente Autorizador, do Exercício e dos dois Anteriores		Quantidade Autorizada de Servidores
	Número	Data	
DPRF	Portaria nº 557 MPOG	27/12/2013	216

Fonte:

### 6.2.3 Informações sobre a contratação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva pela unidade jurisdicionada

**QUADRO 6.2.3 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA**

Unidade Contratante													
Nome: 10ª Superintendência de Polícia Rodoviária Federal													
UG/Gestão: 200114						CNPJ: 00.394.494/0109-56							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	NUSEG	O	17/2013	07.770.857/0001-30	26/07/2013	Em Execução	9	9	5	9	-	1	A
2011	NUSEG	O	12/2011	04.999.113/0001-01	25/07/2011	24/07/2013	9	9	5	9	-	1	E

2012	NUSEG	O	33/2012	03.613.941/0001-99	29/11/2012	Em Execução	-	-	4	5	-	-	P
<b>Observações:</b>													
<b>LEGENDA</b> <b>Área:</b> (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. <b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial. <b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. <b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte:

6.2.4 Informações sobre locação de mão de obra para atividades não abrangidas pelo plano de cargos do órgão

Unidade Contratante													
Nome: 10ª SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL													
UG/Gestão: 20114							CNPJ: 00.394.494/0109-56						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2008	4	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	2	2	-	-	E
2008	5	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	12	12	-	-	E
2008	7	O	12/2008	06.001.810/0001-49	06/03/2008	09/05/2010	-	-	-	-	2	2	E
2010	4	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	09/05/2012	-	-	1	1	-	-	A
2010	5	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	09/05/2012	-	-	15	15	-	-	A
2010	7	O	15/2010	09.576.446/0001-33	10/05/2010	09/05/2012	-	-	-	-	2	2	A
2012	4	O	29/2012	04.999.113/0001-01	15/05/2012	-----	-	-	1	1	-	-	A
2012	5	O	29/2012	04.999.113/0001-01	15/05/2012	-----	-	-	15	15	-	-	A
2012	7	O	29/2012	04.999.113/0001-01	15/05/2012	-----	-	-	-	-	2	2	A
<b>Observações:</b>													

<p><b>LEGENDA</b></p> <p><b>Área:</b></p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Conservação e Limpeza;</li> <li>2. Segurança;</li> <li>3. Vigilância;</li> <li>4. Transportes;</li> <li>5. Informática;</li> <li>6. Copeiragem;</li> <li>7. Recepção;</li> <li>8. Reprografia;</li> <li>9. Telecomunicações;</li> <li>10. Manutenção de bens móveis</li> <li>11. Manutenção de bens imóveis</li> <li>12. Brigadistas</li> <li>13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes</li> <li>14. Outras</li> </ol>	<p><b>Natureza:</b> (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p><b>Nível de Escolaridade:</b> (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p><b>Situação do Contrato:</b> (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p><b>Quantidade de trabalhadores:</b> (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

## 6.2.5 Composição do quadro de estagiários

**QUADRO 6.2.6 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS**

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
<b>1. Nível superior</b>					
1.1 Área Fim	-	-	-	-	-
1.2 Área Meio	8	7	7	8	54.879,03
<b>2. Nível Médio</b>					
2.1 Área Fim	-	-	-	-	-
2.2 Área Meio	62	53	58	55	212.205,98
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>70</b>	<b>69</b>	<b>68</b>	<b>68</b>	<b>267.085,01</b>

Fonte:

## 7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

### 7.1 Gestão da frota de veículos próprios e contratados de terceiros

#### 7.1.1 Gestão da frota de veículos próprios

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação que regula o uso de veículos oficiais do DPRF, são as seguintes:

- Instrução de Serviço nº 01, de 10 de dezembro de 2008, da Coordenação Geral de Administração– DPRF. Estabelece as diretrizes relativas à gestão da frota dos veículos no âmbito da Sede do Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
- Instrução Normativa nº 07, de 08 de dezembro de 2011, da Direção-Geral - DPRF. Disciplina a classificação, a identificação, o controle, o uso e a guarda dos veículos terrestres automotores no âmbito da Polícia Rodoviária Federal e dá outras providências.
- Instrução Normativa nº 03, de 15 de maio de 2008, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG. Dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades

A missão da Polícia Rodoviária Federal é fiscalizar diariamente as rodovias e estradas federais, zelando pela vida daqueles que utilizam a malha viária federal para exercer o direito constitucional da livre locomoção. As atribuições legais são definidas, principalmente, pelo Código de Trânsito Brasileiro (fiscalização de trânsito) e pelo Decreto 1.655/95 (enfrentamento a criminalidade).

Para o cumprimento de sua missão constitucional de patrulhamento ostensivo dos mais de 5.000 km de rodovias e estradas federais dentro do estado da Bahia, a viatura mostra-se como uma das principais ferramentas de trabalho do Policial Rodoviário Federal. Dada sua importância, natural que seja grande o seu impacto em toda a estrutura do DPRF, tanto do ponto de vista orçamentário, como gerencial. Isso para que esteja disponível uma frota de veículos bem conservados, com manutenção adequada, que ofereça segurança aos seus usuários. As viaturas realizam operações em âmbito nacional, assim como apoio a missões em outras regionais.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

Frota da 10ª Regional Bahia por grupo:

Representação: 1

Administrativo: 27

Operacional caracterizado: 138

Operacional descaracterizado: 17

Motocicleta caracterizada: 35

TOTAL: 217

\* Desse total 38 veículos são considerados antieconômicos e serão leiloados.

\* Fonte Sistema SIPAC.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Representação: 25.000 km

Administrativo: 25.000 km

Operacional caracterizado: 50.000 km

Operacional descaracterizado: 35.000 km

Motocicleta caracterizada: 10.000 km

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

Representação	Administrativo	Operacional Caracterizado	Operacional Descaracterizado	Motocicleta
Ano 2010 - 1	Ano 1994 – 1	Ano 1998 – 6	Ano 2008 – 10	Ano 2002 – 3
	Ano 2001 – 1	Ano 1999 – 1	Ano 2009 – 1	Ano 2007 – 10
	Ano 2002 - 1	Ano 2000 – 2	Ano 2010 – 1	Ano 2012 – 10
	Ano 2004 – 1	Ano 2001 – 1	Ano 2012 – 2	Ano 2013 – 12
	Ano 2005 – 1	Ano 2002 – 8	Ano 2013 - 3	
	Ano 2006 – 2	Ano 2003 – 2		
	Ano 2007 – 4	Ano 2004 – 1		
	Ano 2008 – 4	Ano 2006 – 4		
	Ano 2009 – 5	Ano 2007 – 8		
	Ano 2010 – 1	Ano 2008 – 10		
	Ano 2013 – 6	Ano 2009 – 9		
		Ano 2010 – 22		
		Ano 2011 – 11		
		Ano 2012 – 19		
		Ano 2013 - 39		
<b>Idade Média das viaturas por grupo</b>				
4 anos	6,2 anos	4,5 anos	4,5 anos	3,9 anos

f) Custos associados à manutenção da frota

1- Gastos com manutenção: R\$ 768.332,68

Total de peças: R\$ 518.033,21

Total de serviços: R\$ 250.299,47

\* Desse valor, R\$ 60.000,00 foram gastos com viaturas de outras regionais que participaram de operações na 10ªSRPRF/BA.

2- Gastos com combustíveis: R\$ 1.207.630,46

3- Seguro obrigatório DPVAT: R\$ 18.138,06

g) Plano de substituição da frota;

Diversas medidas internas, necessárias a uma adequada recomposição veicular, são adotadas pelas áreas técnicas competentes do Órgão, onde anualmente cerca de 500 veículos são leiloados pelo próprio Órgão e a renovação da frota é propiciada pela realização de registro de preços para aquisição anual, embora os limites orçamentários não permitam o cumprimento desse ciclo.

Fonte: CGA/DPRF

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A Divisão de Patrimônio e Material (DIPAM), em conjunto com os gestores nacionais de frota, lançou o compêndio “Consolidação de Critérios Técnicos”, que versa sobre aquisição e distribuição de materiais e contratação de serviços, onde é definida uma vida útil de até 4 (quatro) anos para as viaturas operacionais, devendo haver novo suprimento ao fim desse prazo.

O fator depreciação dos veículos policiais impõe à Administração a necessidade de substituição mínima contínua da frota a cada período anual, sob risco de que sejam incrementados os dispêndios com o sistema de manutenção corretiva, ocasionando mais ônus ao erário. Assim a aquisição de veículos próprios tem se mostrado mais vantajoso para a Administração.

Fonte: CGA/DPRF

i) Estrutura de controle de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

São utilizados o sistema Sipac/DPRF, planilhas e pastas para controlar e gerir a frota, identificando suas lotações, status, quilometragens, revisões, auxiliando o controle também no que diz respeito à manutenção preventiva e corretiva das viaturas.

Atualmente foi realizada contratação de empresa com gestão participativa de manutenção de viaturas, o que incluiu novas ferramentas de controle.

O sistema de controle de abastecimento permite verificar e controlar a média de consumo de combustível de cada viatura, o que permite identificar aquelas que estão consumindo acima da média, para providências de manutenções.

#### 7.1.2 Gestão da frota de veículos de terceiros

Não existem veículos de terceiros no âmbito desta regional.

#### 7.2 Gestão do patrimônio imobiliário

##### 7.2.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial

**QUADRO 7.2.1 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	<b>BAHIA</b>	<b>27</b>	<b>25</b>
	Salvador	2	0
	Simões Filho	1	1
	Alagoinhas	1	1
	Santo Antônio de Jesus	1	1
	Feira de Santana	3	3
	Jequié	1	1
	Milagres	1	1
	Capim Grosso	1	1
	Senhor do Bonfim	1	1
Itabuna	1	1	

Camacã	1	1
Gandú	1	1
Ibotirama	1	1
Itaberaba	1	1
Seabra	1	1
Paulo Afonso	1	1
Ribeira do Pombal	1	1
Vitória da Conquista	1	1
Divisa	1	1
Poções	1	1
Eunápolis	1	1
Itamaraju	1	1
Teixeira de Freitas	1	1
Porto Seguro	1	1
Barreiras	1	1
<b>TOTAL</b>	<b>27</b>	<b>25</b>

### 7.2.2 Discriminação dos bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, exceto imóvel funcional

#### QUADRO 7.2.2 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UG, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor	Data da	Valor	Imóvel	Instalações

				Histórico	Avaliação	Reavaliado		
200114	3315.00091.500-5	Cessão	Regular	45806,95	08/11/2001	45806,95	0	0,00
200114	3597.00027.500-0	Em regularização-entrega	Ruim	43557,54	30/01/2014	46757,10	0	0,00
<b>Total</b>							<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Spiunet

### 7.2.2.1 Análise crítica

Alguns imóveis encontram-se em verificação se deverão continuar em funcionamento ou se serão devolvidos a SPU, pois por falta de efetivo encontram-se temporariamente desativados, como os postos de Feira de Santana – Norte ( RIP 3515.00091.500-5) e Ubaitaba ( RIP 3597.00027.500-5). Existem três imóveis que estão pendentes de regularização para cadastramento no SPIUnet, que são o Posto da PRF de Porto Seguro, Posto PRF de Santo Antônio de Jesus e a nova Sede da 10ªSRPRF. A antiga sede da 10ªSRPRF foi devolvida ao SPU e uma nova Sede foi locada em Porto Seco Pirajá, estando em processo de regularização. Existiu a necessidade de locação pois a antiga não mais atendia as demandas da Superintendência e apresentava diversos problemas, principalmente relativos a segurança dos servidores.

### 7.2.3 Discriminação de imóveis funcionais da União sob responsabilidade da UG

#### QUADRO 7.2.3 – DISCRIMINAÇÃO DE IMÓVEIS FUNCIONAIS DA UNIÃO SOB A RESPONSABILIDADE DA UG.

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
200114	3083.00002.500-2	Em regularização-entrega	Regular	40315,04	11/11/2013	411452,35	225159,31	0,00
200114	3117.00016.500-7	Cessão	Regular	287800,00	29/11/2001	287800,00	410956,64	0,00
200114	3313.00009.500-9	Em regularização-entrega	Regular	53332,46	04/06/2013	87302,67	0,00	0,00
200114	3363.00019.500-0	Em regularização-entrega	Regular	71400,50	20/08/2013	424000,00	217449,52	0,00
200114	3411.00006.500-2	Em regularização-	Regular	29500,00	12/09/2013	80015,24	112750,58	0,00

		entrega						
200114	3507.00068.500-9	Em regularização-entrega	Regular	35394,20	27/05/2013	49516,43	0,00	0,00
200114	3515.00093.500-6	Cessão	Regular	50154,85	08/11/2001	50154,85	0,00	0,00
200114	3515.00158.500-9	Cessão	Regular	102054,28	08/11/2001	102054,28	0,00	0,00
200114	3523.00045.500-5	Em regularização-entrega	Regular	40883,25	28/05/2013	47668,86	205088,69	0,00
200114	3565.00002.500-6	Em regularização-entrega	Regular	22598,59	24/04/2013	21347,95	0,00	0,00
200114	3595.00018.500-5	Em regularização-entrega	Regular	34355,21	07/05/2013	77094,04	0,00	0,00
200114	3597.00026.500-5	Em regularização-entrega	Regular	62682,79	29/05/2013	94149,88	44428,84	0,00
200114	3613.00008.500-2	Cessão	Regular	44422,68	08/11/2001	44422,68	0,00	0,00
200114	3661.00094.500-1	Em regularização-entrega	Regular	51562,65	07/08/2013	48922,61	0,00	0,00
200114	3727.00029.500-3	Em regularização-entrega	Regular	39900,00	15/08/2013	80263,60	131976,87	0,00
200114	3781.00083.500-2	Em regularização-entrega	Regular	51532,82	11/11/2013	67467,93	0,00	0,00
200114	3833.00005.500-3	Em regularização-entrega	Regular	40081,08	11/11/2013	60894,64	0,00	0,00
200114	3873.00004.500-7	Em regularização-entrega	Regular	68710,43	24/05/2013	228221,09	0,00	0,00
200114	3897.00002.500-3	Em regularização-entrega	Regular	40081,08	24/04/2013	66996,64	456573,00	0,00
200114	3901.00016.500-1	Em regularização-entrega	Regular	61429,00	11/11/2013	564666,57	380662,03	0,00
200114	3913.00041.500-1	Em regularização-entrega	Regular	168375,61	12/06/2013	169220,73	0,00	0,00

200114	3965.00039.500-3	Em regularização-entrega	Regular	74436,29	28/05/2013	76818,36	122236,92	0,00
200114	3993.00010.500-0	Cessão	Regular	51351,28	08/11/2001	51351,28	0,00	0,00
200114	Posto Santo Antônio de Jesus Sem RIP	Em regularização – Cessão	Regular	Não Avaliado	Não Avaliado	Não Avaliado	0,00	0,00
200114	Nova SEDE da 10ªSRPRF/BA – alugada / Sem RIP	Em regularização	Regular	Não Avaliado	Não Avaliado	Não Avaliado	0,00	0,00
200114	POSTO DE PORTO SEGURO – Sem RIP	Em regularização	Regular	Não Avaliado	Não Avaliado	Não Avaliado	0,00	0,00
<b>Total</b>							<b>2307328,48</b>	<b>0,00</b>

### 7.2.3.1 Análise crítica

De acordo com o Sistema SPIUnet existem 25 (vinte e cinco) imóveis sob gestão da UG 200114 sendo :

-23 (vinte e três) imóveis funcionais com RIP;

-2 (dois) imóveis não funcionais com RIP;

Além dos imóveis cadastrados no Sistema SPIUNET, possuímos ainda:

-3(três) imóveis funcionais sem RIP.

No exercício de 2013 foi criada uma Comissão Regional para Levantamento de Imóveis, que adotou as providências de reavaliar os imóveis cujas prefeituras municipais forneceram os dados solicitados, são os caso dos imóveis avaliados em 2013 e 2014 pelo processo 08655.004.674-2006-94. Estes imóveis estavam desatualizados desde 2001, e 19 dos 25 foram atualizados com êxito, devendo os demais serem atualizados no exercício 2014, bem como o cadastramento de mais 3 imóveis.

### 7.3 Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros

**QUADRO 7.3 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS**

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de Imóveis Locados de Terceiros dela UJ	
		Exercício 2013	Exercício 2012
BRASIL	UF - BAHIA	Σ	Σ
	SALVADOR	1	0

<b>Subtotal Brasil</b>		<b>1</b>	<b>0</b>
<b>EXTERIOR</b>	<b>PAÍS - todos</b>	$\Sigma$	$\Sigma$
	Cidade - todas	0	0
<b>Subtotal Exterior</b>		<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Total (Brasil + Exterior)</b>		<b>1</b>	<b>0</b>

## 8 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

### 8.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

**Quadro 8.1 – Gestão Da Tecnologia Da Informação Da Unidade Jurisdicionada**

<b>Quesitos a serem avaliados</b>	
<b>1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:</b>	
	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor (Em elaboração pelo DPRF).
	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
X	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI (Portaria 118/12-DG/DPRF).
X	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional (Portaria 118/12-DG/DPRF).
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
X	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional (PDTIC).
X	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição (PDTIC).
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI (Portaria 118/12-DG/DPRF).
X	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI (Portaria 118/12-DG/DPRF).
	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
<b>2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição (prerrogativa do DPRF):</b>	
X	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
X	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
X	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma

	decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
<b>3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:</b>	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
	Auditoria de segurança da informação.
	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)? _____
X	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
<b>4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:</b>	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: _____
<b>5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:</b>	
X	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
X	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
X	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
<b>6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:</b>	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
<b>7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</b>	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(4) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(1) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
<b>8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)</b>	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.

	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<b>9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?</b>	
	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
X	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
<b>Comentários</b>	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
Considerando a atual estrutura organizacional da PRF, similar à de outros órgãos, as questões poderiam prever a situação em que determinadas ações não competem à unidade regional.	

### 8.1.1 Análise Crítica

Conforme a estrutura organizacional da PRF e as atribuições definidas em seu regimento interno (Portaria MJ nº 1375/2007), a área desta Unidade Jurisdicionada afeita à Gestão da Tecnologia da Informação é o Núcleo de Telemática – NUTEL, que planeja, coordena e executa, no âmbito da unidade regional, atividades relacionadas com informática, telefonia e radiocomunicação, de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Coordenação-Geral de Planejamento e Modernização - CGPLAM.

Dessa forma, diversos quesitos relativos a Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada não são executados diretamente pela unidade regional (NUTEL da 10ª SRPRF/BA), visto que as estratégias, diretrizes, políticas e regras relativas à gestão e ao uso da Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC são definidas, aprovadas e publicadas em âmbito nacional pelo DPRF, através da estrutura da CGPLAM.

De fato, a atuação da gerência de TIC no âmbito regional está voltada à manutenção da infraestrutura de TIC; suporte técnico aos usuários; gestão dos recursos de TIC; implantação de projetos e soluções técnicas; estudos e pesquisas voltados a melhoria e modernização dos serviços; levantamento de informações e demandas para subsidiar o macro planejamento de TIC da Polícia Rodoviária Federal; e, principalmente, a fiscalização dos diversos contratos (no momento, mais de 15) envolvidos com as disponibilizações dos serviços, o que compromete sobremaneira a atuação dos membros da equipe nas suas demais atribuições. Obviamente, que a execução de tais responsabilidades se desdobram em várias outras atribuições e atividades.

Na prática, a equipe de trabalho do NUTEL, além da atuação descrita no parágrafo anterior, ainda participa de diversas ações e projetos em âmbito nacional, ocorrendo constantes convocações de servidores desta unidade desconcentrada para trabalharem dedicados à essas demandas. Destacamos, nesse sentido, a participação no Projeto Landell, que trata da modernização do sistema de radiocomunicação da PRF, em curso, mas que acabou por resultar na remoção em definitivo de

um dos membros de nossa equipe, que por ora tentamos recompor; e a participação em serviços de adequação dos sistemas de comunicação de outras regionais, também como forma de troca de informações para upgrade na gestão das nossas próprias demandas.

O grande desafio que se apresenta para realizar uma boa gestão de TIC, diz respeito a formar e manter uma equipe de trabalho, com integrantes que possuam conhecimento, capacidade e competências técnicas, capaz de suprir todos os campos de atuação que envolvem a informática, telefonia e radiocomunicação; além de manter em alta a motivação dos mesmos em permanecerem no quadro do Núcleo, devido as diversas dificuldades apresentadas e a falta de sensibilidade dos setores demandantes quanto a logística necessária ao atendimento de serviços, associada aos poucos recursos disponíveis e condições de trabalho. Um dos principais obstáculos percebidos é a ausência de um quadro de cargos especializados, na estrutura da Polícia Rodoviária Federal, que permitiriam a seleção e contratação de servidores públicos, profissionais com atribuições específicas para executar tais atividades. Apesar de existirem, na estrutura atual, profissionais com ótima qualificação; é notório que o fato desses servidores públicos terem sido contratados e formados para exercer as atribuições do cargo de Policial Rodoviário Federal, em diversos momentos dificulta a manutenção desses profissionais dedicados às atividades técnicas, bem como a seleção de novos talentos dispostos a compor as equipes de trabalho de TIC.

De acordo com o contexto apresentado, as respostas no Quadro 8.1 seguiram o seguinte critério:

- Item 1: “Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:” - as respostas referem-se às ações da unidade central, das quais a unidade regional tomou conhecimento;
- Item 2: “Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:” - foram consideradas as diretrizes do PDTI 2013/2014, que vincula todas as unidades da PRF, além dos relatórios de indicadores de desempenho aplicados regionalmente e do uso do Sistema de Informações Gerenciais – SISGER, na tomada de decisões;
- Item 3: “Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:” - esclarecendo que toda a estrutura de sistemas de informação e armazenamento de dados é mantida no datacenter nacional, sendo que apenas arquivos digitais e banco de dados dos serviços de TIC regional são mantidos pela UJ, sendo que não houveram auditorias na regional e não temos informações quanto a execução de tais ações na unidade central;
- Item 4: “Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congêneres:” - o PDTI da PRF é estabelecido pela unidade central, vinculando as unidades desconcentradas, dessa forma, as informações prestadas referem-se às ações da unidade central;
- Item 5: “Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:” - todas as questões são afetas ao órgão de maneira global;
- Item 6: “Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:” - há um conjunto de normas afetas a segurança da informação no âmbito do DPRF, entretanto não foi possível associá-las as questões apresentadas;

- Item 7: “Em relação às contratações de serviços de TI:” - respostas referentes aos contratos da UJ, esclarecendo que não há contratação para desenvolvimento de sistemas na regional;
- Item 8: “Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão”, a mesma foi elaborada e publicada pela unidade central, acessível em <http://www.dprf.gov.br/extranet/portalst/CartaServicosDPRF.pdf>;
- Item 9: “Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?” - levantamento baseado nos serviços apresentados na Carta de Serviços ao Cidadão e na forma de solicitação.

## 9 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

### 9.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

**QUADRO 9.1 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS**

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Licitações Sustentáveis</b>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.  • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				x	
	<b>1*</b>				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).		X			
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único <i>in fine</i> ), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.  • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).  • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?  Os ar condicionados, assim como as novas lâmpadas, são de classe econômica (selo procel).				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).  • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				x	
	<b>2*</b>				

<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</li> </ul>	X				
3*					
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p>	x				
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</li> </ul>	X				
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>					X
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>	X				
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p><b>*1:</b> Em suas contratações, a PRF tem solicitado aos seus contratados que adotem as seguintes medidas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada e energia, conforme Decreto nº 48.138/2006;</li> <li>2) dar destinação correta a baterias, óleos e filtros, descartados no processo de manutenção, segundo disposto na Resolução Conama nº 257, de 30 de junho de 1999;</li> <li>3) desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como sobre pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;</li> <li>4) separar resíduos como papéis, plásticos, metais, vidros e orgânicos para empresas de coleta apropriadas, respeitando as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;</li> <li>5) separar e acondicionar em recipientes adequados para destinação específica as lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral, quando descartados;</li> <li>6) encaminhar os pneumáticos inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, tendo em vista que pneus inservíveis abandonados ou dispostos inadequadamente constituem passivo ambiental, que resulta em sério risco ao meio ambiente e à saúde pública. Esta obrigação atende a Resolução CONAMA nº 258, 26/08/1999;</li> <li>7) fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários à execução de serviços;</li> </ol>					

- 8) racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
- 9) substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- 10) capacitar periodicamente os empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- 11) utilizar lavagem com água de reúso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);  
e
- 12) promover a reciclagem e a destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.

A Polícia Rodoviária Federal realiza diligências para verificar a adequação quanto às exigências, por exemplo: pilhas e baterias enviadas pelos contratados, para o descarte aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, após o encaminhamento, o responsável deve entregar à fiscalização do contrato, o comprovante de destinação do material. O mesmo processo é feito com lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral. Há também o envio de materiais para reciclagem.

Outro ponto a ser destacado é a construção do prédio da nova sede, a qual foi planejada para que fosse feito o reúso da água, conforme exigência da Instrução Normativa SLTI nº 1/2010.

**\*2:** Foram adquiridos diversos materiais como papel reciclado, granadas explosivas lacrimogêneas, espargidores de agente lacrimogêneo, entre outros que adotaram critérios de sustentabilidade.

**\*3:** Foram adquiridas munições, as quais os cartuchos são reutilizados, água mineral, com reutilização dos galões e no contrato nº 02/2014 de limpeza, como exemplo, há a previsão de envio de material para cooperativas que realizam a reciclagem dos produtos passíveis de reciclagem. Este envio é obrigatório e deve ser realizado pela empresa que foi contratada para realizar a limpeza da sede do DPRF. Existe a exigência de que a contratada informe quando constatar por meio de seus funcionários qualquer situação incorreta, como por exemplo, o vazamento de água no prédio. Esta exigência existe para que o Departamento possa tomar as providências cabíveis, o mais rápido possível.

Destaca-se ainda, que no DPRF, existem lixeiras para coletas seletivas que foram adquiridas para facilitar a coleta e separação dos diversos tipos de materiais, seguindo padronização internacional de identificação por cores. Verde para vidro, azul para papel, amarelo para metal, vermelho para plástico e branco para lixo não reciclável.

A unidade central, em âmbito geral, tem desenvolvido diversas iniciativas relacionadas ao respeito ao meio ambiente e a mitigação do consumo das energias não renováveis. Projeto como o do incentivo ao uso da bicicleta no traslado entre o trabalho e a residência; Coleta seletiva, inclusive de pilhas, baterias e eletrônicos; reutilização de águas de chuva para vasos sanitários; uso mínimo de iluminação artificial durante a permanência da luz solar. Todavia, os resultados ainda não são passíveis de medição e seus impactos só poderão ser avaliados no decorrer do atual exercício.

#### **LEGENDA**

##### **Níveis de Avaliação:**

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto

da UJ.

(2) **Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

(3) **Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

(4) **Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

(5) **Totalmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 9.2 Consumo de papel, energia elétrica e água

**QUADRO 9.3 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA**

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
<b>Papel</b>	1964 resmas	1883 resmas	1787 resmas	20346,37	18960,10	18112,84
<b>Água</b>	4623 m <sup>3</sup>	5438 m <sup>3</sup>	4846 m <sup>3</sup>	62793,10	65765,46	52903,52
<b>Energia Elétrica</b>	901401 KW	1252746 KW	773436 KW	346916,66	515104,21	366997,69
			<b>Total</b>	430056,10	599829,80	438014,10

Fonte: NUSEG - NUPAT

## 10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

### 10.1 Tratamento de deliberações exaradas em acórdão do TCU

#### 10.1.1 Deliberações do TCU atendidas no exercício

Não existiram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício.

#### 10.1.2 Deliberações do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existiram deliberações do TCU a serem atendidas no exercício.

### 10.2 Tratamento de recomendações do OCI

#### 10.2.1 Recomendações do órgão de controle interno atendidas no exercício

Não existiram deliberações do OCI a serem atendidas no exercício.

#### 10.2.2 Recomendações do OCI pendentes de atendimento ao final do exercício

Não existiram deliberações do OCI a serem atendidas no exercício.

### 10.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna.

Auditoria Interna afugura-se como uma temática que vem sendo comentada no Brasil desde 1949, imediatamente após os contadores terem identificado sua correlação com controles internos e contábeis. Os autores que mais abordaram sobre auditoria e auditoria interna foi Willian Attie e Marcelo Almeida.

Neste sentido, não seria inadequado defini-la como sendo um conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo examinar a integridade, adequação e eficácia dos controles internos e das informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais da Entidade.

Preliminarmente, cumpre registrarmos que esta Administração PRF compreende a relevância e pertinência de se implementar uma rotina administrativa que proporcione o desenvolvimento de um plano de ação que auxilie o Órgão a alcançar seus objetivos, adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de aprimorar suas operações e melhorar os resultados.

Sabidamente, a existência e plena operacionalização de uma Unidade de Auditoria e Controle Interno auxilia sobremaneira no alcance dos resultados pretendidos pelos Gestores, haja vista que o objetivo geral de tal área é avaliar e prestar ajuda a alta Administração, proporcionando-lhes análises, recomendações e comentários objetivos, acerca das atividades examinadas.

Atualmente, embora o Departamento de Polícia Rodoviária Federal não possua em sua estrutura organizacional uma Área especificamente encarregada pela Auditoria Interna do Órgão, estes trabalhos não se encontram prejudicados, haja vista as análises e acompanhamentos devidos são rotineiramente realizados nesta UG pela Controladoria Geral da União – CGU e pelo Tribunal de Contas da União, Órgãos de Fiscalização Governamental.

Cabe ressaltar que a alta Administração deste DPRF tem envidado esforços no sentido de dotar a Instituição de uma área encarregada pela adequada condução dos trabalhos de Auditoria e Controle Internos, conforme Projeto de reestruturação da PRF.

#### 10.4 Declaração de Bens e Rendias estabelecida na Lei nº 8.730/93

##### 10.4.1 Situação do cumprimento das obrigações impostas pela Lei 8.730/93

**QUADRO A.9.4.1 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR**

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro

<b>Autoridades</b>  (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	1	-	-
	Entregaram a DBR	1	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-
<b>Funções Comissionadas</b>  (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	38	-	-
	Entregaram a DBR	38	-	-
	Não cumpriram a obrigação	-	-	-

Fonte: SRH

Todos os servidores da 10ª SPRF/BA, que estão sujeitos às obrigações impostas pela Lei 8.730/93, cumprem o dever de apresentar a declaração de Bens e Rendias, ou autoriza o acesso às informações através da Receita Federal.

#### 10.4.2 Situação do cumprimento das obrigações

Acrescentando as informações dispostas no Quadro A.9.4.1, cabe destacar que a atividade de acompanhamento da entrega das declarações de bens e rendias pelas pessoas obrigadas pela Lei nº 8.730/93 compete à SRH – Seção de Recursos Humanos, que recebe a mencionada declaração diretamente do servidor ou, mediante autorização deste, procede ao acesso das informações prestadas pelo interessado.

Ademais, no ato da posse há a entrega da Declaração de Bens e Rendias (DBR), a qual é atualizada anualmente pelo servidor.

#### 10.5 Medidas adotadas em caso de dano ao erário

No âmbito da 10ª SPRF/BA, observadas as atribuições e competências que lhes são afetas, esclarecemos que todos os possíveis prejuízos ao erário são devidamente apreciados, sendo adotadas as providências que se fizerem necessárias e suficientes ao pelo restabelecimento do dano.

Uma vez exauridas as medidas administrativas internas voltadas para o ressarcimento do dano suportado, a autoridade competente promoverá a instauração de expediente próprio para processamento da Tomada de Contas Especial, atentando-se para o contido nos arts. 5º, 6º e 7º da IN-TCU nº 71/2012, o que configura uma medida de exceção.

Tomada de Contas Especial configura um mecanismo franqueado à Administração Pública que possibilita o ressarcimento de eventuais prejuízos que lhe foram causados.

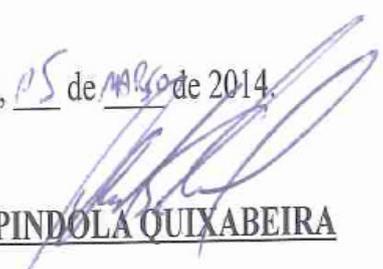
Compulsando os normativos acima epigrafados, constata-se que qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos pelos quais responda o Estado ou que, em nome dele, assumam obrigações de

natureza pecuniária poderá figurar no pólo passivo da TCE, além daqueles que, apesar de não atenderem a estas condições, agirem como co-autores de servidor público.

Por oportuno, informamos que a Instrução Normativa – CGU nº 04, de 17 de fevereiro de 2009, criou um instrumento que possibilita a realização de apurações simplificadas. O Termo Circunstanciado Administrativo – TCA é aplicável como alternativa para apuração disciplinar em casos de dano ou extravio de bem público de pequeno valor, que atualmente é de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) (Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666).

Feitas estas considerações iniciais, cumpre registrarmos que durante o exercício 2013, conforme consulta ao sistema de protocolo, esta regional promoveu a instauração de nenum expedinete específico, voltado para o processamento da Tomada de Contas Especial.

#### 10.6 Alimentação Siasg e Siconv

<p style="text-align: center;"><b>DECLARAÇÃO</b></p> <p>Eu, Rafael Spindola Quixabeira, CPF nº 711.710.021-49, Chefe do Núcleo de Compras, exercido no Núcleo de Compras do Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, <u>15</u> de <u>Março</u> de 2014.</p> <p style="text-align: center;"> <b><u>RAFAEL SPINDOLA QUIXABEIRA</u></b> CPF nº 711.710.021-49 <b><u>Chefe do Núcleo de Compras</u></b></p>
---

## 11. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

A Ouvidoria PRF é o canal de acesso à Polícia Rodoviária Federal destinado a atender o cidadão em suas solicitações, denúncias, sugestões e manifestações de descontentamento quanto aos serviços prestados pelo Órgão.

Todas as demandas advindas de atendimentos presenciais e eletrônicos (e-mail) registradas no ano de 2013 foram acompanhadas de forma absolutamente ordenada (recepção – distribuição - atendimento), com vistas a conferir ao processo a atenção e o zelo necessários.

No ano de 2013 foram registradas 3816 (três mil, oitocentos e dezesseis) ocorrências (demandas), sendo 32 (trinta e duas) oriundas de atendimentos presenciais e 3784 (três mil, setecentos e oitenta e quatro) de atendimentos feitos por meio eletrônico (e-mail), dessas últimas, 298 (duzentos e noventa e oito) foram filtradas e atendidas diretamente pela Ouvidoria PRF.

A área de representação nacional, sediada no DPRF, que registrou o maior número de inserções foi a Coordenação Geral de Operações/CGO, vale ressaltar, que o número expressivo de demandas registradas, em sua maioria, são referentes a solicitação de informação e serviço e comunicações

As unidades Desconcentradas 1ª SRPRF/GO, 4ª SRPRF/MG, 5ª SRPRF/RJ, 6ª SRPRF/SP, 7ª SRPRF/PR, 8ª SRPRF/SC, 9ª SRPRF/RS, 10ª SRPRF/BA, 11ª SRPRF/PE 12ª SRPRF/ES, 16ª SRPRF/CE, 19ª SRPRF/PA e 1º DRPRF/DF, tiveram maior representatividade no contexto geral de demandas, registrando um número significativo de inserções de avaliação negativa (Denúncia Anônima, Denúncia com Identificação e Reclamação).

Com vistas a emissão de relatórios precisos, que contemplem diagnósticos e sugestões de melhoria condizentes com as áreas assistidas, a equipe de trabalho da Ouvidoria analisa, em profundidade, todas as demandas registradas, possibilitando, assim, a apresentação de diagnósticos precisos e, conseqüentemente, a apresentação de sugestões de melhoria condizentes com as áreas assistidas.

## 12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

### 12.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

<b>Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público</b>	
Depreciação, Amortização, Exaustão e Mensuração de Ativos e Passivos	
Denominação completa (UJ)	Código da UG
Departamento de Polícia Rodoviária Federal	200109

## 1. Aplicação, pela UJ, dos dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10

## a) NBC T 16.9

A referida norma estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão, apurados sobre os valores dos bens componentes do Ativo Imobilizado, Intangível e Investimentos, integrantes do grupo Não-Circulante do Balanço Patrimonial de entidades do setor público.

Em complemento a esta norma, foram observados os procedimentos de análises contábeis estabelecidos pela Secretaria do Tesouro Nacional, onde consta uma padronização mínima das depreciações a serem efetuadas, conforme a Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações.

Dessa forma, as análises levadas a efeito revelaram que a Unidade Gestora não efetuou as depreciações, amortizações e exaustões, cujas disfunções foram objeto de registro de conformidade contábil com restrição (código 106) no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, nas seguintes contas contábeis:

- 14.212.02.00 – Aeronaves
- 14.212.06.00 – Aparelhos e Equipamentos de Comunicação
- 14.212.35.00 – Equipamentos de Processamento de Dados
- 14.212.52.00 – Veículos de Tração Mecânica

## b) NBC T 16.10

A citada norma define critérios e procedimentos para avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público.

As análises evidenciaram o que segue:

## b.1) Disponibilidades:

Caracterizadas pelos valores depositados na Conta Única do Tesouro Nacional, em operações internas (nacionais), pelo valor de cada operação. Foram analisados os seguintes recursos disponíveis por fonte (conta contábil 19.329.02.00), oriundos de Repasse/Sub-repasse, para execução no Departamento de Polícia Rodoviária Federal:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
112	Recursos oriundos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (UG 153978)	369.348,71
150	Recursos oriundos de arrecadação	56.258.802,11

150	Recursos oriundos de alienação de bens móveis e imóveis	16.356.394,03
151	Recursos oriundos da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Segurança – (UG 257001)	6.071.456,18
151	Recursos oriundos da Diretoria Executiva do Fundo Nacional de Segurança - (UG 257001)	684.000,00
174	Recursos oriundos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – (UG 393001)	7.318.557,90
174	Recursos oriundos da Agência Nacional de Transportes Terrestres – (UG 393001)	435.244,65
174	Recursos oriundos da Diretoria de Contabilidade – MEX – (UG 160075)	257.759,65
177	Recursos oriundos de outras unidades de exercícios anteriores	31.955,36
190	Recursos oriundos de Recursos Diversos	17.822,58
196	Recursos oriundos do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente – (UG 110244)	5.705,20
250	Recursos oriundos Departamento de Planejamento Orçamento e Finanças – (UG 110407)	3.140,00

**b.2) Créditos e Dívidas:**

Os direitos, títulos e créditos foram registrados pelo valor original, em consonância com o disposto na norma sob comento. (Conta contábil 11.216.01.01).

Em relação aos Créditos a Receber, conforme apresentado no Balanço Patrimonial, esta Unidade tem um total de R\$ 58.883.418,97, sendo que 82% (R\$ 48.107.045,46) referem-se a recursos provenientes da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (UG 200248) e o restante 18% (R\$ 10.776.373,51) é proveniente das demais Unidades.

**b.3) Estoques:**

Os materiais em estoque desta Unidade Gestora apresentaram conformidade em 2013 com os registros contábeis na conta 11.318.01.00 – Material de Consumo, os quais foram mensurados pelo valor de aquisição.

**b.4) Investimentos permanentes:**

Inexistem registros de participações em empresas e em consórcios público ou público-privado avaliados pelo método de equivalência patrimonial na Unidade Gestora sob análise.

**b.5) Imobilizado:**

Em relação ao registro de avaliação dos bens imóveis, informamos que as avaliações dos imóveis vinculados à UG 200109 estão válidas no SPIUNet até as datas de 14/01/2016, para o RIP nº:

9701.16762.500-6 e 27/07/2014 para o RIP nº: 9701.21123.500-0.

A Unidade Gestora apresentou bens móveis em trânsito, durante 2013, devidamente acompanhados pelo setor de Patrimônio, registrados pelo valor de aquisição.

**b.6) Intangível:**

A Unidade Gestora possui registros contábeis nas contas 14.410.00.00 – Softwares e 14.440.00.00 – Concessão Dir. Uso de Comunicação, mensurados pelo valor de aquisição; no entanto, não foram efetuados os registros de amortização desses bens em 2013.

**b.7) Diferido:**

O item 35 da referida NBC T não se aplica à Unidade Gestora.

**b.8) Reavaliação e Redução ao Valor Recuperável:**

Preliminarmente cumpre registrar que a macrofunção SIAFI 020300 estabelece que o cálculo da depreciação dos bens deve ser realizado a partir do valor inicial e do tempo de uso dos bens.

Neste sentido, o sistema de patrimônio utilizado por este Departamento até outubro de 2013, não possibilitava o cálculo da depreciação, o registro contábil das avaliações e nem mesmo a reduções a valor recuperável dos bens móveis. Sem a possibilidade de tais registros no sistema patrimonial do Órgão, quaisquer ações no sentido de cálculos ou parametrizações seriam inócuas, pois não permitiria a aferição dos valores contábeis, resultantes por elemento de despesa, necessários para lançamento no SIAFI.

Contudo, a partir de novembro de 2013, após homologação parcial da migração de dados do sistema ASI, este Departamento colocou em produção o módulo de patrimônio do SIPAC – Sistema Integrado de Patrimônio Administração e Contratos, que possui funcionalidades que possibilitam o cálculo da depreciação e registros das atualizações contábeis.

Assim, depois de superadas as eventuais inconsistências que se verificarem durante a implementação/homologação do aludido Sistema, serão iniciados, em ambiente de produção, todos os procedimentos para atendimento ao estipulado das NBC T 16.9 e 16.10.

**2. Impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ**

De acordo com o Demonstrativo de Variações Patrimoniais da Unidade Gestora, não houve impacto no resultado, uma vez que não foram efetuados os registros de depreciação, amortização, exaustão, de reavaliação e redução a valor recuperável em 2013.

## 12.1 Declaração do Contador atestando a conformidade das demonstrações contábeis



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
SECRETARIA EXECUTIVA  
DIRETORIA DE PROGRAMA  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO E FINANÇAS  
COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
10ª SUPERINTENDENCIA DE POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL			200114
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, NBC T 16.9 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.136/2008 e NBC T 16.10 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.137/2008, relativas ao exercício de 2013, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, <b>EXCETO</b> no tocante às ocorrências contábeis registradas no SIAFI, dentre as quais, as seguintes:</p> <p style="margin-left: 40px;">a) 315 - FALTA/RESTRICÇÃO CONFORMIDADE REGISTROS DE GESTÃO; b) 632 - SALDO A LONGADO INDEVIDO CONTAS TRANSIT. ATIVOS NÃO CIR.- IMOBIL; c) 634 - FALTA AVALIAÇÃO BENS MÓVEIS/IMÓVEIS/INTANGÍVEIS/OUTROS; d) 642 - FALTA/EVOLUÇÃO INCOMPATÍVEL DEP. ATIVOS IMOBILIZADO.</p> <p>Para emissão da declaração, foram considerados os seguintes critérios:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• O acompanhamento, a análise e as orientações de ajustes da execução contábil dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial da Unidade Gestora foram realizados pela Setorial de Contabilidade do Ministério da Justiça, via SIAFI; e</li> <li>• A análise dos documentos de suporte foi realizada pela unidade gestora e registrada a Conformidade de Registro de Gestão no SIAFI.</li> </ul> <p>Os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília/DF	Data	22 de janeiro de 2014
Contador Responsável	JOSÉ CARLOS GOMES	CRC n.º	DF - 9.261/O-7

*José Carlos Gomes*  
CCONT/DF/ROG/SE/MJ  
Coordenador